

O LUGAR NO/DO MUNDO

O LUGAR NO /DO MUNDO

Ana Fani Alessandri Carlos



ANA FANI ALESSANDRI CARLOS

O LUGAR NO/DO MUNDO

Edição Eletrônica/ LABUR

São Paulo, 2007

ISBN: 978-85-7506-143-5

Copyright © Ana Fani Alessandri Carlos

Direitos desta edição reservados à Labur Edições

Av. Prof. Lineu Prestes, 338 (Laboratório de Geografia Urbana)

Cidade Universitária – Butantã

05508-900 – São Paulo – Brasil

Tele fone: (11) 3091-3714

E-mail: gesp@usp.br

<http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

Editado no Brasil

Todos os direitos reservados. A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação do copyright (Lei nº5988)

1ª edição – 2007

Revisão do Original: Ana Paula Gomes Nascimento

Projeto Editorial: Comissão Editorial Labur Edições

Diagramação: Camila Salles de Faria

Foto Capa: Fabiana Valdoski

Logo Labur Edições: Caio Spósito

Logo GESP: Mayra Pereira Barbosa

Ficha Catalográfica

CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p.

Inclui bibliografia

1. Geografia Urbana 2. Cidade 3. Lugar

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação.

A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme a ficha catalográfica.

Disponibilizado em: <http://www.fflch.usp.br/dg/gesp>

Para meus pais, Mário e Adileta, pelo
incentivo ao longo da vida.

...Pra encontrar alguém ou alguma obra é preciso
sair ao encontro...

Henri Lefebvre

SUMÁRIO

Prefácio	11
Introdução	13
Definir o Lugar?	17
O lugar na “era das redes”	21
A guerra dos lugares	27
A natureza do espaço fragmentado	35
Os lugares da metrópole: a questão dos guetos urbanos	41
A Rua: espacialidade, cotidiano e poder	51
A produção do não-lugar	61
A construção de uma “nova urbanidade”	75
Bibliografia	85

PREFÁCIO

A primeira edição deste livro veio a público em 1997, esgotando-se em pouco tempo o número de exemplares, sem que uma segunda edição fosse realizada. Ao longo destes últimos anos muitas pessoas têm me solicitado cópias xerográficas do livro, o que significa que ele ainda suscita curiosidade. Além de constatar essa demanda, avalio que os temas aqui tratados não envelheceram e continuam ajudando a pensar o mundo moderno a partir da Geografia, daí a razão desta nova edição.

O tema da globalização permeia nosso cotidiano de pesquisa, mas também nossa vida. Para alguns pesquisadores, a globalização se constitui como um novo paradigma para entender o mundo moderno; mas os debates em torno da noção de globalização revelam, fundamentalmente, a dimensão econômica do processo; que por isso passa a ser visto como articulação de mercados, reunião de empresas, construção do mercado mundial, etc. A esta noção contraponho aquela de mundialização, que aponta para uma outra direção ao permitir que se reflita sobre a sociedade urbana em constituição, bem como sobre o conteúdo da construção de novos valores, de um modo de vida e de uma outra identidade, agora mediada pela mercadoria.

Nesse aspecto, a sociedade contemporânea mostra-se, tendencialmente, como uma sociedade urbana, ao mesmo tempo objeto real e virtual, pois além de caracterizar uma realidade ela aponta uma tendência. Está posta no horizonte, portanto, a produção da sociedade urbana e a constituição de um espaço mundial que revela novas articulações entre os espaços, bem como entre as escalas. Repensar a relação entre o local e o mundial torna-se, portanto, tarefa fundamental para entender o mundo moderno.

É no plano do lugar que é possível, por exemplo, compreender a racionalidade homogeneizante inerente ao processo de acumulação, que não se realiza apenas a partir da produção de objetos e mercadorias, mas liga-se cada vez mais à produção de um novo espaço, de uma nova divisão e organização do trabalho, além produzir modelos de comportamento que induzem ao consumo e norteiam a vida cotidiana.

A generalização da urbanização e da formação de uma sociedade urbana produz novos padrões de comportamento que obedecem a uma racionalidade inerente ao processo de reprodução das relações sociais, no quadro de constituição da sociedade urbana revelado na prática sócio-espacial. Ao lado da tendência à homogeneização, caminha progressivamente o processo de fragmentação do espaço e da sociedade.

De acordo com este raciocínio, decidimos acrescentar nesta edição um novo capítulo denominado “*A mundialização do espaço*”, o qual nos permitirá caminhar da escala da reprodução do lugar – que se manifesta também no plano do vivido - para aquela da produção de um espaço mundial.

São Paulo, maio de 2007.

INTRODUÇÃO

O caminho da construção do pensamento crítico que permita pensar o seu papel no desvendamento do mundo moderno, a partir do momento em que não se reduziria deliberadamente a um conjunto de temas. Ao contrário, deve vislumbrar a possibilidade de pensar o homem por inteiro em sua dimensão humana e social que se abre também para o imprevisível, criando cada vez mais novas possibilidades de resistir/intervir no mundo de hoje. O ser humano guarda múltiplas dimensões, seu processo de constituição, ou do nascimento do diferente contraponto do normatizado. O saber pensar o espaço apontado por Milton Santos como fundamental para o Geógrafo, se coloca nesta perspectiva.

A análise, para além da busca de modelos de interpretação, direciona-se ao entendimento da realidade urbana que se generaliza no mundo moderno, impondo a constituição de uma nova problemática espacial. O debate em torno do processo de globalização remete-nos a uma discussão sobre o mercado mundial, e traz, na sua esteira, como fundamento da análise, as considerações sobre as novas relações espaço/tempo.

Alguns autores vêm nesse novo processo a desterritorialização do homem e de suas atividades. Aqui nosso caminho é radicalmente oposto. Cada vez mais o espaço se constitui numa articulação entre o local e o mundial, visto que, hoje, o processo de reprodução das relações sociais dá-se fora das fronteiras do lugar específico até há pouco vigentes. Novas atividades criam-se no seio de profundas transformações do processo produtivo, novos comportamentos se constroem sob novos valores a partir da constituição do cotidiano.

Constatam-se, hoje, profundas e amplas transformações espaciais, mas em vez da anulação do espaço, o que se revela, na análise, é a sua reafirmação, posto que é cada vez mais importante dentro das estratégias da reprodução, no momento atual, que se realizam no e através do espaço. “No espaço se encontram a brecha objetiva (sócio-econômica) e a brecha subjetiva (poética). No espaço se inscrevem, e ainda mais, se ‘realizam’ as diferenças, da menor à extrema. Desigualmente iluminado, desigualmente acessível, cheio de obstáculos, obstáculo ele mesmo diante de iniciativas, modelado por elas, o espaço torna-se o lugar e o meio das diferenças (...). Obra e produto da espécie humana, o espaço sai da sombra, como um planeta de um eclipse”¹.

Por sua vez, o tempo se transforma, comprimindo-se. O tempo do percurso é outro, compactou-se de modo impressionante, mas as distâncias continuam, necessariamente, a serem percorridas — por mercadorias, fluxos de capitais, informações, etc. — não importa se em uma hora ou em frações de minutos; se nas estradas de circulação terrestres convencionais — auto-estradas que cortam visivelmente o espaço marcado profundamente a paisagem —, ou se nas *superhighways*, os cabos de fibra ótica, satélites, etc... O que presenciamos, hoje, é a tendência à eliminação do tempo. Na realidade, não se trata de sua abolição total — o que seria ingênuo afirmar — mas de sua substancial diminuição, como consequência do espantoso desenvolvimento da ciência e da tecnologia aplicados ao processo produtivo.

¹ Henri Lefebvre, *Hegel, Marx, Nietzsche*. Paris: Casterman, 1975, p.223.

Por sua vez a globalização materializa-se concretamente *no lugar*, aqui se lê/percebe/entende o mundo moderno em suas múltiplas dimensões, numa perspectiva mais ampla, o que significa dizer que no lugar se vive, se realiza o cotidiano e é aí que ganha expressão o mundial. O mundial que existe no local, redefine seu conteúdo, sem todavia anularem-se as particularidades.

A sociedade urbana que, hoje, se produz em parte de modo real e concreto, em parte virtual e possível, constitui-se enquanto mundialidade, apresentando tendência à homogeneização ao mesmo tempo que permite a diferenciação. O lugar permite pensar a articulação do local com o espaço urbano que se manifesta como horizonte. É a partir daí que se descerra a perspectiva da análise do lugar na medida em que o processo de produção do espaço é também um processo de reprodução da vida humana. O lugar permitiria entender a produção do espaço atual uma vez que aponta a perspectiva de se pensar seu processo de mundialização. Ao mesmo tempo que o lugar se coloca enquanto parcela do espaço, construção social. O lugar abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço. Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis.

Também é possível perceber-se a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura, etc.

Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo *o lugar* se apresentaria como *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento.

Esta coletânea de textos realizadas nos últimos três e revista e ampliadas, neste momento, não é uma soma de trabalhos escritos indistintamente conforme a ocasião; ao contrário, pontua momentos de reflexão a partir de um tema que vem fazendo parte de minhas preocupações com os caminhos que uma análise espacial permite abrir, para entender as transformações que estamos vivendo e que são passíveis de ser entendidas no e pelo lugar.

As análises, aqui desenvolvidas, se revelam em três planos. Inicialmente aquele do espaço, posto que aí se pode ler os traços e inscrições da produção humana. Divignaud² chama atenção para o fato de que o espaço nos remete aos conjuntos vivos, nascidos da prática e compostos pelo dinamismo de cada nova geração, seja em sua dimensão da imensidade nômade ou daquela da cidade ou ainda das toponímias, o espaço se compõe de experiências além de permitir a vida, lugar onde gerações sucessivas deixaram marcas, projetaram suas utopias, seu imaginário. Em seguida, articula-se o plano da análise da metrópole onde a constituição de urbano se revela enquanto modo de vida, de construção de uma cultura, hábitos, valores, produzindo um espaço, aquele da sociedade urbana, na qual a metrópole atual é a sua forma mais acabada.

Finalmente mas não separado dos outros dois, o plano do lugar que se refere ao processo de constituição, no plano do imediato, da vida revelando-a em suas múltiplas dimensões. Definido a partir do sujeito que se revela nas formas de apropriação pelo corpo “o lugar se completa pela fala, a troca alusiva a algumas senhas, na convivência e na intimidade cúmplice dos locutores”³.

Assim trata-se de uma articulação de textos que enfoca a possibilidade da análise do lugar no mundo moderno, mas também do mundo que se descortina no e através do lugar. A premissa que desenvolveremos

² Jean Duvignaud. *Lieux et nom lieux*. Paris: Ed. Galilée, 1977.

³ Marc Augé. *Não lugares*, Campinas: Papirus, 1994, p. 73.



refere-se ao fato de que a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis, no lugar encontramos as mesmas determinações da totalidade sem com isso eliminar-se as particularidades, pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos da vida, os modos de apropriação expressando sua função social, seus projetos e desejos.

O lugar guarda uma dimensão prático-sensível, real e concreta que a análise, ao poucos, vai revelando.

DEFINIR O LUGAR?

Nas Ciências Humanas e na geografia, em particular, o problema da redefinição do lugar emerge como uma necessidade diante do esmagador processo de globalização, que se realiza, hoje, de forma mais acelerada do que em outros momentos da história. Nesse contexto, é possível, ainda pensar o lugar enquanto singularidade? O lugar é uma noção que e se desfaz e se despersonaliza diante da massacrante tendência ao homogêneo, num mundo globalizado? Ou lugar ganha uma outra dimensão explicativa da realidade como, por exemplo “enquanto densidade comunicacional, informacional e técnica”, como afirma Milton Santos?

Há hoje um debate muito profícuo sobre o sentido da noção de lugar. Podemos iniciar a reflexão com Milton Santos¹ que afirma que existe uma dupla questão no debate sobre o lugar. O lugar visto “de fora“ a partir de sua redefinição, resultado do acontecer histórico e o lugar visto de “dentro”, o que implicaria a necessidade de redefinir seu sentido. Para o Autor o lugar poderia ser definido a partir da densidade técnica (que tipo de técnica esta presente na configuração atual do território), a (densidade informacional (que chega ao lugar tecnicamente estabelecido) a idéia da densidade comunicacional (as pessoas interagindo) e, também em função de uma densidade normativa (o papel das normas em cada lugar como definitório). À esta definição seria preciso acrescentar a dimensão do tempo em cada lugar que poderia ser visto através do evento no presente e no passado.

Acredito, no entanto, que podemos acrescentar ao que foi dito pelo professor o fato de que há também a dimensão da história que entra e se realiza na prática cotidiana (estabelecendo um vínculo entre o “de fora” e o “de dentro“), instala-se no plano do vivido e que produziria o conhecido-reconhecido, isto é, é no lugar que se desenvolve a vida em todas as suas dimensões. Também significa pensar a história particular de cada lugar se desenvolvendo ou melhor se realizando em função de uma cultura/tradição/língua/hábitos que lhe são próprios, construídos ao longo da história e o que vem de fora , isto é o que se vai construindo e se impondo como consequência do processo de constituição do mundial . Mas o que ligaria o mundo e o lugar?

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *triade habitante - identidade - lugar*. A cidade, por exemplo, produz-se e revela-se no plano da vida e do indivíduo. Este plano é aquele do local. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições mais banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo.

Como o homem percebe o mundo? É através de seu corpo de seus sentidos que ele constrói e se apropria do espaço e do mundo. O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida — apropriada através do corpo — dos sentidos — dos passos de seus moradores, é o bairro é a praça, é a rua, e nesse sentido poderíamos afirmar que não seria jamais a metrópole ou mesmo a cidade *latu sensu* a menos que seja a pequena

¹ Encontro Nacional realizado em Aracajú em setembro de 1995 , pela Associação Nacional de Pós- Graduação em Geografia. Mesa Redonda “*A redefinição do lugar*“.



vila ou cidade — vivida/ conhecida/ reconhecida em todos os cantos. Motorista de ônibus, bilheteiros, são conhecidos-reconhecidos como parte da comunidade, cumprimentados como tal, não simples prestadores de serviço. As casas comerciais são mais do que pontos de troca de mercadorias, são também pontos de encontro. É evidente que é possível encontrar isso na metrópole, no nível do bairro, que é o plano do vivido, mas definitivamente, não é o que caracteriza a metrópole.

A tríade cidadão-identidade-lugar aponta a necessidade de considerar o corpo, pois é através dele que o homem habita e se apropria do espaço (através dos modos de uso). A nossa existência tem uma corporeidade pois agimos através do corpo. Ele nos dá acesso ao mundo, para Perce² é o nó vital, imediato visto, pela sociedade como fonte e suporte de toda cultura. Modos de aproximação da realidade, produto modificado pela experiência do meio, da relação com o mundo, relação múltipla de sensação e de ação, mas também de desejo e, por consequência de identificação com a projeção sobre o outro. Abre-se aqui, a perspectiva da análise do vivido através do uso, pelo corpo.

Por outro lado a metrópole não é “lugar” ela só pode ser vivida parcialmente, o que nos remeteria a discussão do bairro como o espaço imediato da vida das relações cotidianas mais finas — as relações de vizinhança o ir as compras, o caminhar, o encontro dos conhecidos, o jogo de bola, as brincadeiras, o percurso reconhecido de uma prática vivida /reconhecida em pequenos atos corriqueiros, e aparentemente sem sentido que criam laços profundos de identidade, habitante-habitante, habitante-lugar. São os lugares que o homem habita dentro da cidade que dizem respeito a seu cotidiano e a seu modo de vida onde se locomove, trabalha, passeia, flana, isto é pelas formas através das quais o homem se apropria e que vão ganhando o significado dado pelo uso. Trata-se de um espaço palpável — a extensão exterior, o que é exterior a nós, no meio do qual nos deslocamos. Nada também de espaços infinitos. São a rua, a praça, o bairro, — espaços do vivido, *apropriados através do corpo* — espaço públicos, divididos entre zonas de veículos e a calçada de pedestres dizem respeito ao passo e a um ritmo que é humano e que pode fugir aquele do tempo da técnica (ou que pode revelá-la em sua amplitude). É também o espaço da casa e dos circuitos de compras dos passeios, etc.

Os percursos realizados pelos habitantes ligam o lugar de domicílio aos lugares de lazer, de comunicação, mas o importante é que essas mediações espaciais são ordenadas segundo as propriedades do tempo vivido. Um mesmo trajeto convoca o privado e o público, o individual e o coletivo, o necessário e o gratuito. Enfim o ato de caminhar é intermediário e parece banal — é uma prática preciosa porque pouco ocultada pelas representações abstratas; ela deixa ver como a vida do habitante é petrificada de sensações muito imediatas e de ações interrompidas. São as relações que criam o sentido dos “lugares” da metrópole. Isto porque o lugar só pode ser compreendido em suas referências, que não são específicas de uma função ou de uma forma, mas produzidos por um conjunto de sentidos, impressos pelo uso.

Qualquer que seja a organização global dos usos ou o modo de produção do espaço urbano, uma racionalidade, cada vez mais necessária, parece reinar sobre o lugar — a produção do construído privilegia uma certa manipulação do espaço fundado segundo uma lógica repetitiva e sob um princípio fundamental; produzir inicialmente um habitat urbano, para em seguida, liberá-lo para uso. Augoyard³ afirma que a imperativa planificação do espaço urbano reduz os poderes de expressão do habitante, mas esta redução é ainda redobrada pelo partido epistemológico que dá a totalidade como essencial e o fragmento por acidental ou acessório.

² B. Perce, no livro “Le corps” (Éditions du Seuil, Paris, 1995).

³ *Pas à pas - essai sur le cheminement quotidien en milieu urbain*. Éditions du Seuil, Paris, 1979.



Por outro lado o espaço tem uma monumentalidade que pode ser entendida como elemento revelador da história de um determinado lugar. Mas o que se revela no lugar não é apenas a história de um povo, mas o peso da história da humanidade. O lugar é também o espaço do vazio que refere-se àquele da monumentalidade do poder. Alguns exemplos podem elucidar a questão.

No amplo espaço que se descortina do alto dos degraus da Eglise de la Madaleine, em Paris, ao pé de suas colunas gregas gigantescas, o que se pode observar? Uma ampla área formada pela rue Royale que desemboca na place de la Concorde dominada pela obelisco egípcio trazido numa das campanhas de Napoleão, encerrando-se na Assembléia Nacional, também ela apoiada em formosas colunas dóricas. Da rue Royale, entrando-se à direita encontramos a Rue du Faubourg Saint Honoré, pouco tempo depois nos deparamos com o Palais de L'Élysées, sede do governo francês. Guardas no grande portão de entrada, a calçada da Avenue de Marigny, que margeia a construção do palácio, devidamente vigiada, fechada ao pedestre, interditando os passos, impedindo o acesso aos pedestres.

Esplanada dos Ministérios em Brasília: amplo, monumental e vazio. No caso do Palais de L'Élysée havia a necessidade das correntes e dos guardas para assegurar o vazio em torno da construção do palácio, no caso de Brasília tal atitude é desnecessária. O espaço já foi construído de forma intencional para afastar, para impedir os passos, para desviar os carros. A intencionalidade do vazio. O que diferencia esses exemplos? A monumentalidade do espaço do poder é vazio, impeditivo.

Como esses exemplos podem nos ajudar a pensar — definir o lugar? O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo, como já afirmamos. Então o espaço da monumentalidade é impossível de ser apropriado, pelo corpo, individualmente?

Voltemos à Église de la Madaleine obra do conjunto da humanidade (de homens) espaço monumental não precisa ser necessariamente estranho ao homem. Apesar da Place de la Concorde ser completamente inóspita ao pedestre, a praça aonde se construiu na época da revolução francesa uma guilhotina, e que hoje retrata o poder da conquista é fria, cinza, transformada apenas em passagem. Nó de entroncamento de vias de trânsito, sem bancos, sem nada que possibilite “o parar” vazia de vida ou de possibilidades, mas cheia de carros rodando em alta velocidade. É aí que as pessoas não ficam, mas atravessam no ritmo dos semáforos seguindo as ordens impostas pelo tempo da circulação rodoviária.

Brasília — Esplanada dos Ministérios — aqui, ao contrário os passos senão proibidos formalmente o são pela sua morfologia e concepção do lugar. Não há calçadas passíveis de serem percorridas pelo passo do *flâneur*, apesar de existirem calçadas; o traçado das avenidas, sua largura, a ausência de faróis a rapidez do trânsito, dificulta a travessia, impedem o passo. Uma monumentalidade vazia, não há tantos carros transitando eles estão parados nos estacionamentos dos prédios e anexos ministeriais. Mas as distâncias e o uso do solo desestimulam os passos, não é sequer passagem, mas destino fixo daqueles que aí trabalham.

A história do indivíduo é aquela que produziu o espaço e que a ele se imbrica por isso que ela pode ser apropriada. Mas é também uma história contraditória de poder e de lutas, de resistências compostas por pequenas formas de apropriação.

O espaço do poder enquanto espaço do vazio é o espaço do interdito / interditado. Os espaços da monumentalidade se cruzam, é o espaço do poder, e por isso “do ver”. O espaço é construído em função de um tempo e de uma lógica que impõe comportamentos, modos de uso, o tempo e a duração do uso.

Na metrópole paulista os exemplos são inúmeros tanto que não se tem o hábito de andar pela cidade, nem pelos bairros, é fácil comprovar isso passando de carro pela cidade as ruas são vazias de pessoas, só as

áreas comerciais e de serviços são animadas pelo movimento de pedestres e, com isso animam a rua. Porque mesmo quando a morfologia não impede os passos é a lógica do tempo/ atividade que o faz.

Praça Panamericana, próximo à USP, é tão inóspita ao pedestre quanto a Place de la Concorde ou ainda mais, pois ela não é usada nem para travessia de pedestre. É quase impossível acessá-la, é também com grande dificuldade que um pedestre pode ir daí até a Cidade Universitária a pé (que fica há menos de 2 km) devido a construção dos caminhos congestionados de carro, com calçadas que terminam antes de se chegar a algum lugar. Sem semáforos adequados a quem está sem carro, isto porque, na realidade, é uma área para carros, construída com essa lógica. Do outro lado da ponte que cruza o rio Pinheiros temos a monumentalidade vazia da Cidade Universitária com seus prédios premiados como símbolos de arquitetura, mas inóspitos, posto que vazios à convivência, representam, a meu ver o triunfo das formas, não da vida.

E a metrópole esta cheia destes lugares, vazios de sentido para o cidadão comum, do ponto de vista das possibilidades amplas do uso, mas sob o mesma concepção — onde as formas se impõem a apropriação.

O caminho que se abre à análise é pensar o cotidiano — onde se realizam o local e o mundial — que é um tecido pelas maneiras de ser, conjunto de afetos, as modalidades do vivido, próprios a cada habitante produzindo uma multiplicidade de sentidos. Podemos buscar o entendimento do lugar nas práticas mais banais e familiares o que incita pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria e que se instala no insignificante, no parcelar, no plural.

Para José de Souza Martins “a história local é a história da particularidade embora ela se determine pelos componentes universais da história. Isto é, embora na escala local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ele ganha sentido por meio deles quase sempre ocultos e invisíveis (...) é no âmbito do local que a história é vivida e é onde pois tem sentido”⁴. É preciso levar em conta que a história tem uma dimensão social que emerge no cotidiano das pessoas, no modo de vida, no relacionamento com o outro, entre estes e o lugar, no uso.

A produção espacial realiza-se no plano do cotidiano e aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico e, revela-se pelo uso como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Uma vez que cada sujeito se situa num espaço, o lugar permite pensar o viver, o habitar, o trabalho, o lazer enquanto situações vividas, revelando, no nível do cotidiano, os conflitos do mundo moderno. Deste modo a análise do lugar se revela — em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem — no cotidiano com suas situações de conflito e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade urbana a partir do estabelecimento do mundial. O lugar é o mundo do vivido, é onde, se formulam os problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos.

As novas formas urbanas e os modos de apropriação do lugar aparecem no miúdo, no banal, no familiar, refletindo e explicando as transformações ou a sociedade urbana que se constitui nesse final de século. O lugar aparece como um desafio à análise do mundo moderno exigindo um esforço analítico, muito grande que tente abordá-lo em sua multiplicidade de formas e conteúdos, em sua dinâmica histórica.

⁴ Entrevista à revista *Memória*, Departamento Histórico da Eletropaulo, julho/dezembro de 1993, São Paulo.



O LUGAR NA “ERA DAS REDES”¹

Num mundo em constante processo de transformação, onde a globalização afirma-se como tendência irreversível, muitos Autores, em função da constatação da queda das barreiras físicas entre os estados, vem questionando a existência do território e, conseqüentemente, do espaço como elemento de análise do mundo moderno, mais do que isso negam simplesmente o espaço. A questão, no entanto, parece muito mais complexa do que a simples anulação do espaço. Deste modo, no contexto do fim do estado-nação — que coloca em cheque a natureza e o sentido do território — e na “era das redes”, como se situaria um debate sobre o *lugar*?

O desenvolvimento da técnica vem implicando em profundas transformações no processo produtivo, as mudanças nos meios de comunicação ligando os espaços em redes de fluxos cada vez mais densas, ultrapassando fronteiras coloca, antes de mais nada uma necessidade de repensarmos a natureza do espaço num momento em que uma relação espaço-tempo se transforma de modo incontestável. Na realidade o que Harvey chama de compressão espaço tempo não faz mais do que apontar uma tendência de eliminação do tempo e não do espaço. O que se busca é a diminuição do tempo do percurso e não do espaço do percurso que continua sendo um dado inquestionável, os fluxos sejam eles materiais ou imateriais deslocam-se num espaço concreto a ser percorrido. O que efetivamente ocorre é que o desenvolvimento das comunicações tornou o espaço contínuo o que permite abolir o tempo.

As comunicações diminuem as distâncias tornando o fluxo de informações contínuo e ininterrupto; com isso, cada vez mais o local se constitui na sua relação com o mundial. Nesse novo contexto o lugar se redefine pelo estabelecimento e/ou aprofundamento de suas relações numa rede de lugares. A primeira conseqüência é a necessidade de se relativizar a idéia de situação. É evidente que o lugar se define, inicialmente, como a identidade histórica que liga o homem ao local onde se processa a vida, mas cada vez mais a “situação” se vê influenciada, determinada, ou mesmo ameaçada, pelas relações do lugar com um espaço mais amplo.

Repensar a identidade do lugar cada vez mais dependente e construída no plano do mundial faz com que, hoje, a história do lugar passe cada vez mais pela história compartilhada que se produz além dos limites físicos do lugar, isto é de sua situação específica. Assim a situação muda na trama relativa das relações que ele estabelece com os outros lugares no processo em curso de globalização que altera a situação dos lugares porque relativiza o sentido da localização.

Em segundo lugar é preciso pensar na natureza e implicações do lugar enquanto relação neste final de século. Nesse contexto como se articularia, hoje, a relação entre ordem próxima — o lugar — e a ordem distante — o espaço mundial?

O processo de reprodução das relações sociais vem se realizando, hoje, não invalida o fato de que o *lugar* aparece como um fragmento do espaço onde se pode apreender o mundo moderno, uma vez que o mundial

¹ Trabalho apresentado no I Encontro Nacional: Território e Globalização, setembro de 1995.

não suprime o local. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o *lugar* se apresentaria como o *ponto de articulação* entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento. É no lugar que se manifestam os desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade que se volta para o mundial. Mas se a ordem próxima não se anula com a enunciação do mundial, recoloca o problema numa outra dimensão, neste caso o lugar enquanto construção social, abre a perspectiva para se pensar o viver e o habitar, o uso e o consumo, os processos de apropriação do espaço.

Ao mesmo tempo, posto que preenchido por múltiplas coações, expõe as pressões que se exercem em todos os níveis aponta para a fragmentação do mundo na dimensão do espaço, do indivíduo, da cultura etc. que se gesta concomitante ao mundial.

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar liga-se indissociavelmente a produção da vida. “No lugar emerge a vida, pois é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si”². O lugar guarda e revela uma idéia cara a Geografia que Max Sorre³ explicita através da definição de Geografia Humana enquanto análise da vida humana e que Duvignaud⁴ expressa em outros termos ao afirmar que a reflexão sobre o espaço é uma análise da vida.

Assim a análise do lugar envolve a idéia de uma construção, tecida por relações sociais que se realizam no plano do vivido o que garante a constituição de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizatória que produz a identidade homem — lugar, que no plano do vivido vincula-se ao conhecido — reconhecido.

A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ao lugar ou das formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feitas de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo.

Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da história em constituição enquanto movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos. Isto porque a realidade do mundo moderno reproduz-se em diferentes níveis sem com isso eliminar-se as particularidades do lugar pois cada sociedade produz seu espaço, determina os ritmos de vida formas de apropriação expressando sua função social, projetos, desejos.

O lugar contém uma multiplicidade de relações, discerne um isolar, ao mesmo tempo em que apresenta-se como realidade sensível correspondendo a um uso, a uma prática social vivida. Neste contexto o lugar revela a especificidade da produção espacial global, tem um conteúdo social e só pode ser entendido nessa globalidade que se justifica pela divisão espacial do trabalho que cria uma hierarquia espacial que se manifesta na desigualdade e configura-se enquanto existência real em função das relações de interdependência com o todo, fundamentada na indissociação dos fenômenos sociais. Para Lefebvre “os lugares tanto se opõem como se completam ou

²Ana Fani Alessandri Carlos, “O lugar: mundialização e fragmentação” in *Fim de século e globalização*. Hucitec São Paulo, 1993.

³Max Sorre. *Les fondements de la géographie Humaine*, tomo III p. 6. Librairie Armand Colin . Paris 1952.

⁴Jean Duvignaud, *Lieux et non lieux*. Éditions Galilée, Paris 1977, p. 9.



se reúnem o que introduz uma classificação por topias, (isotopias, heterotopias, utopias, quer dizer lugares contrastantes), mas também e, sobretudo, uma oposição altamente pertinente entre os espaços dominados e apropriados”⁵.

Nesse sentido a lugar é sempre um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões cambiantes. Mas isto só pode ser entendido se se transcende a do lugar enquanto fato isolado — o que faz com que a vida de relações ganhe impulso na articulação entre o próximo e o distante.

Hoje percebemos que cada vez mais distanciamos-nos da idéia do lugar visto apenas enquanto ponto de localização dos fenômenos, isto é um ponto no mapa, visto apenas enquanto situação determinada por coordenadas do traçado geográfico. Mas como para Sorre a “permanência é apenas uma ilusão” o lugar enquanto noção geográfica transforma-se e ganha hoje novos enfoques pois o lugar ganhou conteúdo diverso. Assim, concomitante ao desenvolvimento da ciência geográfica a noção de lugar evolui e se transforma por uma necessidade imposta pelas transformações do mundo. Da Geografia como “ciência dos lugares” de Vidal de la Blache à idéia de não-lugar há um longo percurso. Há todo um percurso.

Em La Blache, Sorre e Le Lannou, a idéia de lugar esta associada àquela de localização do fenômeno na superfície terrestre. A diversidade dos lugares que nunca deixou de despertar, segundo La Blache, a atenção dos geógrafos aparece cada vez mais ameaçada no mundo moderno onde a natureza aparece totalmente dominada, modificada e onde o problema da reprodução social não requer mais “soluções locais para o problema da existência “como preconizava o Autor”⁶. Na realidade não se coloca mais o problema “das influências do meio expressando-se unicamente através de um amontoado de contingências históricas”, pois a acumulação da técnica tornou-se o elemento mais importante na análise do lugar na produção das condições de existência que as condições naturais.

Sorre aponta para o fato de que “desde que existe uma geografia humana põe-se em primeiro plano as noções de situação e área de extensão dos fenômenos. A *situação* pode ser absoluta, determinada pelas coordenadas geográficas (...) Enquanto a *área de extensão* inclui o limite inseparável dela que apresenta diversos graus de determinação”⁷.

Por outro lado a vida de relações que aparece em Le Lannou⁸ associada à idéia de solidariedade geográfica é superada por aquela de simultaneidade; uma determinação fundamental para entendermos hoje o lugar; isto porque no lugar se imbricam uma série de acontecimentos simultâneos que na visão do Aleph de Borges seria um lugar na terra onde se achariam todos os lugares, um espaço ilimitado de simultaneidade e paradoxo⁹, mas que não negaria também o fato da existência de uma simultaneidade de eventos interligados acontecendo em lugares diferentes. Significa dizer que a ótica da simultaneidade mais do que determinar a natureza do lugar, hoje, esclarece a articulação entre os diversos lugares do globo.

Aqui aponta-se para a co-presença, para a simultaneidade, a convergência entre passado-presente-futuro, entre o individual e o socializante. Neste contexto o espaço passa a ser a forma geral da simultaneidade, lugar de expressão dos conflitos, afrontamentos-confrontações.

A nosso ver o lugar não seria definido apenas pela escala mas como parte integrante de uma totalidade espacial fundamentada na divisão espacial do trabalho como produto direto morfologia social hierarquizada.

⁵Henri Lefebvre, *La production de l'espace*. Éditions Anthropus . Paris, p. 152.

⁶Vidal de la Blache. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1921, p. 30.

⁷Max Sorre. *El hombre en la tierra*. Barcelona: Editorial Labor, 1967.

⁸*La Géographie Humaine*, Paris: Flammarion Éditeur, 1949.

⁹ Citado por Soja in *Geografias pós-modernas*, Rio de Janeiro: Editora Zahar. 1993, p. 8.

Nessa perspectiva pode-se pensar o lugar definido a partir dos entrelaçamentos impostos pela divisão (espacial) do trabalho, articulado e determinado pela totalidade espacial; portanto não é uma forma autônoma dotada de vida própria, uma vez que sua reprodução se acha vinculada ao caráter social e histórico da produção do espaço geográfico global. Revisitar a noção de lugar é uma imposição hoje na medida em que de um lado as relações sociais de produção têm uma existência social enquanto existência espacial, isto é projetam-se concretamente no espaço, depois porque temos diante de nós um mundo que parece encolher-se com o desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação e da informática que diminui de forma impressionante o tempo do percurso no espaço. As redes de satélites parecem unir todos os pontos do planeta, produzindo uma visão instantânea dos acontecimentos o que nos coloca diante de profundas mudanças de escala no que diz respeito ao espaço. “Os meios de transportes rápidos põem qualquer capital no máximo ha algumas horas de qualquer outra. Na intimidade de nossas casas, imagens de toda espécie transmitidas por satélites, captadas por antenas que guarnecem os telhados das mais afastada de nossas cidadezinhas, podem dar-nos uma visão instantânea e, as vezes simultânea de um acontecimento em vias de se. produzir no outro lado do planeta. Além disso é preciso constatar que se misturam diariamente nas telas do planeta as imagens da informação, da publicidade e da ficção, cujo trabalho e cuja finalidade não são idênticos, pelo menos em princípio, mas que compõe debaixo de nossos olhos, um universo relativamente homogêneo em sua diversidade”¹⁰.

O próximo e o distante ligam-se quase que instantaneamente pela mediação da mídia; mas não só dela pois não podemos esquecer da tendência à flexibilização do trabalho que faz emergir um novo personagem que é o ciberexecutivo que passa a maior parte do tempo fora da empresa mas a ela conectado pela comunicação móvel baseada na telefonia celular nos micros computadores portáteis. A isso se associa a idéia do *telecommuting* e a *internet*, onde uma gama cada vez mais diversificada e densa de serviços *on line* são oferecidos mudando o modo como se realiza o trabalho no mundo moderno. Assim o lugar contém e diz respeito a uma ordem distante.

Trata-se, portanto de desvendar as relações espaço/tempo no mundo moderno cuja mediação é dada pela técnica que implica em transformações profundas na reprodução das relações sociais provocadas pela aceleração do tempo que transforma as condições históricas do território engendrando novas relações sociais produzindo um espaço regulador/ordenador que explode no seio do espaço mundial que tende a estabelecer-se.

O lugar na era das redes traz a idéia de que os novos processos de produção e de troca se dão hoje de outra forma no espaço num momento em que as vias de transportes e de comunicações mudam radicalmente sua configuração que não passa somente pelas rotas terrestres tradicionais — marítimas, rodoviárias, ferroviárias — mas cada vez mais aéreas, via satélites e através da ainda em instalação as *superhighway* que criam a aparência de que se perde as bases territoriais. Na realidade a tendência a anulação do tempo/distância entre lugares no espaço do globo terrestre parece diminuir de tamanho articulando lugares agora através das redes de alta densidade de trocas de informações. Para Guehemo¹¹ o essencial “não é mais dominar um território mas ter acesso a uma rede. Estas transformações explicam também como o homem voltou a ter mobilidade. O processo de fixação num lugar dos últimos séculos acabou e as migrações recomeçam“. Na realidade é preciso relembrar que se trata de migrações de todos os tipos pois junto com um densidade nunca vista de informações que se expandem e tomam o mundo nas redes de dados de alta velocidade, propiciando conexões acessíveis por meio de periféricos inteligentes conectados na tv ou mesmo em linhas telefônicas que dispensam até mesmo o computador, temos uma massa sempre crescente de capital errante que giram pelo globo em velocidades nunca vistas permitindo a captação de recursos e investimentos e aplicações nos pontos mais remotos do planeta.

¹⁰Marc Augé, *Não lugares*, Campinas: Papyrus, 1994 p. 34.

¹¹Jean Marie Guehemo, *O fim da democracia*, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1994, p. 22.



Para Pierre Veltz¹² o aspecto essencial é a componente comunicacional das novas técnicas, as possibilidades que elas oferecem de interconectar as tarefas, os sistemas, as organizações e a potência dinâmica de integração que daí resulta. Para o autor a nova palavra de ordem é “uma soma ótima de locais não cria um *otimum global*. É preciso integrar, sistematizar o ciclo desde a concepção até a distribuição. Esta lógica se encontra tanto nas grandes utopias de informatização integrada do tipo Computer Integrated Manufacturing quanto na filosofia da gestão em fluxo do *just in time* ou gestão por projetos (.....). O conjunto compõe uma paisagem na qual não se sabe mais onde começam e onde acabam as fronteiras da empresa que no limite não passa de uma ficção jurídica”.

A integração de funções a partir de uma gestão informatizada, a modernização do aparelho produtivo permitem a racionalização do processo produtivo e com isso uma nova localização industrial posto que dependente da acumulação técnica no lugar, com a invasão do microprocessador implicou em novos processos de trabalho, um nova divisão a do trabalho na indústria, tanto interna quanto para fora dela. Com a gestão da produção feita por computadores permite organizar o trabalho em sessões separadas e entre estabelecimentos de uma mesma firma, entre firmas através da subcontratação — tarefas autônomas e subordinadas — que se amplia cada vez mais indo da concepção a comercialização do produto. Isto produz no espaço o fenômeno da desintegração vertical de grandes firmas em firmas especializadas que Lipietz¹³ trata com conseqüência da automação flexível e da gestão informatizada, que gesta uma rede de firmas especializadas que trabalha por subcontratação para uma ou várias firmas contratantes, mudando a relação do espaço pois gera a desintegração espacial das unidades produtivas, o que requer uma maior articulação entre parcelas do espaço, a partir de uma rede de transportes eficiente e rápida, além da comunicação via satélite para difusão imediata de decisões num espaço cada vez mais amplo. Tudo isso significa que o controle total do fator tempo é um elemento cada vez mais importante do ciclo produtivo que produz uma rede de firmas especializadas articuladas num fluxo contínuo de bens materiais e imateriais, com ênfase nos serviços e consultorias altamente especializados.

Esse novo estágio que se anuncia no processo de produção sob a égide do emprego maciço e necessário da técnica exige cada vez mais investimentos, aplicação em centros de pesquisa apoiados em conhecimento de ponta num ambiente de grande competição internacional. Esse processo se de um lado, aprofunda a relação entre os lugares como condição primeira da reprodução, por outro muda os requisitos e atributos do lugar, os países subdesenvolvidos, por exemplo perdem suas vantagens locais assentadas em matérias-primas e energia abundantes e mão de obra barata. Em primeiro lugar a matéria-prima está mudando e não se precisa tanto de mão de obra além do que esta deve ser cada vez mais especializada, por sua vez o ciclo de vida do produto se vê encurtado e o grau de competitividade aumenta, por fim há necessidade maior de investimentos. “A gestão integrada do tempo torna-se a variável estratégica da competição e da regulação (...) o que significa que os impactos espaciais passarão por lógicas temporais diferenciais do que por vantagens de custos diretos”¹⁴. Assim, com base nas novas tecnologias, as localizações industriais obedecem a um novo padrão formando os tecnopolos, as metrópoles policêntricas, onde o processo em curso de desconcentração do capital, além da concentração de novas modalidades de atividades urbanas. Por outro lado o mercado é cada vez mais mundial dando ao produto nova mobilidade espacial. São elementos que apontam para uma mudança do sentido do lugar mas sem esconder o fato de que o processo de globalização realiza-se aprofundando as contradições entre o local e o mundial, reafirmando e aprofundando a desigualdade espacial gestada no seio da produção capitalista.

¹² “Nouveaux modèles d’organisation de la production et tendances de l’économie territoriale” in *La dynamique spatiale de l’économie contemporaine*. La Garenne-Colombe: Sous la direction de G. Benko Éditions de l’espace European, 1990, p. 57-58.

¹³ Alain Lipietz. “O pós fordismo e seu espaço” in *Espaço e Debate*, número 25. São Paulo, 1988, p. 22.

¹⁴ Valtz. op cit., p. 60/61.

Por outro lado a globalização aponta para uma discussão de tendências que nos coloca diante da perspectiva de um processo ainda em realização, enquanto possibilidade, tendências que se gestam no presente e se abrem para o futuro, numa sociedade mundial que se manifesta e se expressa no lugar.

Para Milton Santos¹⁵ o lugar permite ao mundo realizar-se, a oportunidade de uma história que ao se realizar muda, transforma, determina a ação, é onde os homens estão juntos vivendo, sentindo, pulsando, e que tem a força da presença do homem. Esta é para o Autor a abertura da Geografia neste final de século.



¹⁵Conferência realizada no V Congresso Latino Americano de Geógrafos, Habana, Cuba, 31 de julho a 5 de agosto, 1995.

A GUERRA DOS LUGARES ¹

O Aleph? Sim o lugar onde estão sem se confundir todos os lugares do mundo vistos de todos os ângulos diferentes.

J.L.Borges

Como nos posicionarmos diante da idéia de que existiria uma guerra dos lugares pela atividade? Ao nos referirmos a uma guerra não estaríamos atribuindo, erroneamente, o estatuto de sujeito ao espaço ignorando o papel dos atores sociais e mesmo do estado no seu processo de produção?

A espacialidade não se define em si, independente de um conteúdo real, o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso mesmo, é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade.

Ao iniciarmos um debate sobre o tema proposto uma idéia se impõe. Alguns autores acreditam que, no momento atual, o espaço se esfuma. Segundo Harvey “o progresso implica a conquista do espaço, a derrubada de todas as barreiras espaciais e a aniquilação última do espaço através do tempo”². Para Ianni, a globalização tende a desterritorializar coisas, gente e as idéias (...) tudo tende a desenraizar-se mercadorias, moeda e capital. Segundo o Autor, o processo de desterritorialização caracteriza o essencial da sociedade global³.

Mas a meu ver o que se assiste hoje com o grande e rápido desenvolvimento das ciências e da tecnologia aplicada à produção e o conseqüente processo de globalização é que, longe de anularem o espaço, impõem uma nova perspectiva para se pensar o espaço. Isto porque, as condições de reprodução variam no tempo em função do estágio do desenvolvimento técnico e científico aplicado à produção o que produz mudanças espaciais dos valores de cada lugar na reprodução geral da sociedade — é quando se articula os fixos no espaço e a rede de fluxos exigindo uma nova configuração espacial. É também, necessário, repensar o novo papel que o Estado assume no mundo moderno o que dá novos contornos ao processo em curso.

O Estado-Nação tornou-se impotente no sentido de poder definir independentemente, uma política industrial, monetária ou cambial além do que, mostra-se incapaz de assegurar benefícios como no passado (como por exemplo, as políticas de bem-estar social). Por sua vez, o estágio monopolista, no sentido da escala, perdeu o sentido. As fronteiras parecem perder a materialidade pois o capitalismo se desenvolve destruindo fronteiras entre os estados e ultrapassando obstáculos através do seu processo de mundialização.

O capital flui com incrível rapidez e as atividades se articulam no espaço global unidas pelo mercado mundial e as técnicas modernas tornam difícil o controle dos fluxos entre as nações. É também indiscutível a dispersão dos centros decisórios por diferentes lugares além do encolhimento do mundo devido à eficácia das redes de telecomunicação e dos transportes.

¹ Trabalho apresentado no Encontro Internacional “Lugar, Formação Socioespacial, Mundo” em setembro de 1994. O título é sugestão dos professores Milton Santos e Maria Adélia Ap. de Sousa.

² David Harvey, *A condição pós-moderna*, Edições Loyola, 1992, p. 190.

³ Otávio Ianni, *A sociedade global*, Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1993, p. 92.

Constata-se também, hoje, grandes transformações no processo produtivo em função do desenvolvimento de novas tecnologias que produzem, incessantemente transformações na organização do trabalho e da produção fato que produz uma nova articulação espacial. Antigas regiões industriais perdem importância em detrimento de outros lugares criando uma desintegração espacial porque o capital migra constantemente em função das suas necessidades de reprodução o que se traduz pela busca de novas vantagens locais. Com isso presenciamos uma nova redistribuição espacial da atividade e do emprego.

Novas tecnologias oferecem novas possibilidades de organização industrial graças à gestão de fluxo de informação e de produtos assistidos pelo computador, à flexibilidade dos equipamentos a fabricação automatizada de alta precisão, a concepção modular dos produtos e montagem automatizada do conjunto. A segmentação em módulos do processo de trabalho, a gestão integrada que permite as transformações dos processos seqüenciais em processos de fluxo contínuo além da produção contínua de bens diferenciados. gera as firmas especializadas que pode se realizar espacialmente, segundo Lipietz⁴, através de uma integração ou explosão espacial. Deste modo o novo ponto de equilíbrio em formação passa a ser a firma especializada produzindo uma gama restrita de bens diferenciados que aprofundam a divisão do trabalho e criam uma, rede de firmas especializadas.

A condição da localização atual esta baseada na indústria de alta tecnologia que impõe uma trajetória do crescimento intensiva em conhecimento e requer uma infra-estrutura de natureza diferente da anterior. As telecomunicações, por exemplo envolvem a instalação de fibras óticas, satélites espaciais, redes de comunicação de dados e, operários altamente qualificados. Esse processo se dá com grandes distorções pois as áreas beneficiadas são aquelas com melhor condição para incorporar novas tecnologias. No plano do espaço mundial os países centrais são aqueles que nessa nova divisão do trabalho estão mais equipados o que aprofunda a desigualdade do processo no espaço mundial hierarquizando-o.

O Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer-se no seio do mundial reproduzindo a oposição centro-periferia que se estende das grandes capitais e cidades mundiais até as regiões dos países em desenvolvimento, o que significa a dominação de centros sobre o espaço dominado que exercem controle do ponto de vista organizacional administrativo, jurídico, fiscal e político sobre as periferias, coordenando-as e submetendo-as as estratégias globais do estado. Estratégias de poder fundadas no aparelho estatal enquadram territórios e populações reproduzindo um espaço de confrontos e conflitos. Firms multinacionais operam em escala planetária tecendo interações complexas, regulações e negociações permanentes.

Desse modo o que se questiona hoje é a existência de um Estado-Nação que não tem mais sentido pois os espaços das nações tendem a explodir. Para Lefebvre a realidade do mundo moderno se estabelece como globalidade, o estado moderno generaliza-se, mundializa-se enquanto sistema de Estados. O processo de globalização cria a unificação do espaço mundial onde a organização se produz a partir de uma hierarquia de estados que vão do centro à periferia a partir de relações de dominação-subordinação que tem como elemento de articulação o mercado mundial.

O espaço das empresas multinacionais é descontínuo, o novo deste momento que estamos vivendo é a possibilidade de — com as novas tecnologias — superar essa situação. Mas, por outro lado deve-se considerar o fato de que a hierarquização espacial se acentua promovendo o aprofundamento da segregação espacial urbana pois as diferenciações na distribuição social dos serviços à população aumentam com a redução das despesas públicas e com a privatização dos serviços.

⁴Alain Lipietz. *L'après fordisme et son espace*. Paris: CEPREMAP, s/d.

Esboça-se assim uma nova divisão espacial do trabalho hierarquizada através da produção de espaços capazes de incorporar a nova tecnologia baseada num sistema educacional, laboratórios, centros de pesquisa, redes eficientes de comunicação e capacidade de absorver novas formas de produção, além de recursos humanos. Portanto, no espaço, há o fenômeno de concentração que envolve de redes articuladas a partir de estratégias definidas pelo estado através de políticas de subvenção e de investimentos aliado a criação da infra-estrutura.

“A tendência a concentração geográfica se opõe a tendência a dispersão, e não há uma garantia de equilíbrio estável entre elas. As forças que levam a aglomeração podem facilmente produzir uma concentração excessiva que se opõe a acumulação anterior. As forças que levam a dispersão podem, igualmente, sair do controle. Ademais as revoluções em tecnologia, em meios de comunicação e de transporte na centralização e descentralização de capital (incluindo o grau de integração vertical) nas convenções monetárias e de crédito, nas infra-estruturas sociais e físicas, afetam materialmente o equilíbrio das forças que estão em ação. Isto impõe fases ao capital — algumas vezes simultâneas outras sucessivas — em que abundam e ampliam as configurações espaciais das forças produtivas e das relações sociais. É através dessa teoria que se pode entender melhor o desenvolvimento acelerado das forças produtivas em um lugar e não outro.”⁵

A concentração de novas tecnologias no espaço forma o que se chama de tecnopolos que nada mais é do que uma forma avançada de implantação de estabelecimentos de pesquisa e tecnologia de ponta. No dizer de Droulers são cidades caracterizadas por centros de pesquisa de ponta, industriais inovadoras formação superior que ultrapassa a concentração urbana.

O que diferencia os lugares, do ponto de vista da sua competitividade no espaço regional e nacional é sua capacidade de concentrar infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do processo de reprodução. Assim a infra-estrutura e as instituições sociais se coligam dentro de um sistema de relações sociais. Nesse sentido e só nesse contexto se pode falar que o lugar regula o intercâmbio, o crédito, centraliza o capital assim como a concorrência entre capitalistas pelas condições mais favoráveis de infra-estrutura, crédito, mão-de-obra. Além do que o lugar também concentra as condições de reprodução da força de trabalho, da vida cultural dos meios de vigilância, administração e a repressão. Esses produzem o espaço porque os atores sociais aí se concentram e os capitais aí se centralizam juntamente com o poder.

Nesse sentido o desenvolvimento técnico e científico aplicado à produção, o desenvolvimento do mercado mundial e das empresas multinacionais, longe de anularem o espaço, permitem sua mundialização pois, os mecanismos espaciais repousam na justaposição entre o local, o regional e o nacional e, nesse sentido, o espaço inteiro torna-se o lugar da reprodução, que se realiza tendo como pano de fundo o mundial que se sinaliza nas tendências pela atenuação das fronteiras nacionais e na constatação de que o local se torna global e o global se localiza no lugar.

A imaterialidade do processo de produção atual que se acentua, fundamentalmente, no desenvolvimento dos circuitos informativos, o que aponta como tendência o desenvolvimento das *information super highways*, rede formada por cabos de fibra óticas conectadas a supercomputadores — criadas pela fusão das telecomunicações e informática e que vai colocar todos em contato com todos — atesta que vai ser possível num futuro não muito distante comprar, operar um banco, assistir uma aula, ou quaisquer filmes sem sair de casa. Mas é bom não esquecer que as mercadorias compradas no *shopping* virtual são materiais e precisam chegar às mãos do consumidor, bem como o dinheiro para comprar miudezas, o que implica num percurso pelo espaço. Isto significa que o processo não perdeu toda a materialidade. O desenvolvimento das forças produtivas que agiliza

⁵David Harvey. “*Los límites del capitalismo y la teoría marxista*”, México: Editora Fondo de Cultura Económica, 1990, p. 421.

a circulação de capitais, moedas, mercadorias, idéias, trabalho — e que tem no fluxo uma eventual limitação — não anula o fato de as condições de produção são também materiais cristalizam-se no plano da cidade, no traçado das ruas, na confluência das vias de acesso.

As rotas se materializam espacialmente revelando estratégias concretas das empresas na fabricação/ criação de objetos materiais pois nem toda produção é imaterial apesar de ser esta a tendência. Podemos fazer uma analogia com relação ao automóvel ou mesmo com o avião. Eles permitiram maior locomoção, das pessoas em escalas sempre maiores, ganhou-se enormemente em mobilidade. No caso do carro teve grande importância na reprodução de espaço urbano permitindo a criação da cidade polinucleada, dos subúrbios residenciais as margens do sítio da metrópole, mas o tempo de percurso que se ganhou com o carro, não eliminou o espaço a ser percorrido, mas apenas o tempo de locomoção. A *information super highway*, conectando os mercados do mundo não vai conseguir eliminar a produção num determinado lugar. Para funcionar precisa de uma rede instalada de fibras óticas e seu tamanho vai ser decisivo. O Brasil, por exemplo está atrás do Chile com apenas 600 km de cabos instalados contra 5000 km, os USA tem 18 milhões de km de cabos óticos de longa distância.⁶

Assim o espaço é justaposição de fluxos, mas também, justaposição de unidades produtivas cuja produção integra processos produtivos, centros de intercâmbio, de serviços, mão-de-obra, produzindo uma configuração espacial própria. Isto significa que o capital se concentra enquanto capital fixo sem todavia *deixar de ser essencialmente circulante*. Apesar das redes de transmissão eletrônica dos dados da produção, por satélites, a localização das empresas guarda concretude no lugar. Deve-se também pensar que as referências são cada vez mais universais, mas a vida se localiza, e ganha sentido no cotidiano. A relação espaço-tempo, bem como a relação entre fixos e fluxos assinalam a totalidade do processo que se realiza enquanto mundial, porém localizado.

Nesse contexto, a idéia de lugar único se recicla pois todos os lugares se articulam aos demais e a sociedade se mundializa e se faz presente em cada lugar. Se a localização concreta do lugar lhe dá materialidade específica, sua existência pontual não exclui o mundial.

O sentido do mundial é aquele das redes de fluxos, das interrelações pelos satélites dando um novo sentido para o espaço e para o tempo. Nova velocidade fruto da revolução técnica e do desenvolvimento da informática, das *super highways* produto do desenvolvimento do binômio indústria-tecnologia que torna mais flexível a localização e que requer a reconstituição dos lugares.

Permanece, por outro lado, as bases sobre as quais se estabelecem os elementos do crescimento. O que se presencia no cenário mundial é a nova relação entre o estado e a economia que através de incentivos, subvenções, proteção, reestruturação de indústrias maduras acabam produzindo uma nova relação espacial. As áreas de industrialização antiga tendem a sofrer fuga de capitais algumas são remodeladas com a introdução de novas tecnologias e, de outro lado há o que Soja chama de uma re-industrialização seletiva que vem detendo o declínio em algumas regiões (caso da Nova Inglaterra) ou concentrando a expansão industrial em novos complexos territoriais tipicamente na periferia das grandes áreas metropolitanas. Ocorre também o fato de que as novas atividades se realizam acompanhando, de certa forma, a antiga concentração industrial.

Aqui pode ser citado o caso da metrópole paulista onde assistimos a um processo de desindustrialização com o estancamento da localização industrial no município de São Paulo, Santo André, São Caetano, Mogi das Cruzes e Osasco com a mudança de estabelecimentos industriais apontando para um processo de terceirização. Tal situação recebe o incentivo das políticas públicas que favorecem o processo de interiorização criando infra-

⁶Revista *Exame*, N° 11, ano 26, 1994.



estrutura básica para o desenvolvimento, das atividades econômicas no interior e direcionando os investimentos. Configura-se nesse momento o que se convencionou chamar de macrometrópole ou complexo metropolitano expandido (CME) — ao longo de um espaço de cerca de 150 a 200 km de raio do centro metropolitano um complexo que forma o pólo direcional produtivo e de pesquisa/tecnologia mais destacado no conjunto do país — enquanto configuração espacial decorrente do processo de descentralização na GSP e da realocização das atividades fora dos limites da RMSP sustentados pela ampliação de infra-estrutura, principalmente no campo das telecomunicações e pela presença de facilidades de formação de mão-de-obra⁷.

Para Milton Santos⁸, nas condições de passagem de uma para outra, somente a metrópole industrial tem os meios para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas pré-condições para mudar qualitativamente. A metrópole transnacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole.

Soja chama atenção para o fato de que nos USA e em outros lugares, a acelerada mobilidade geográfica do capital industrial relacionado com a nova indústria deflagrou e intensificou uma concorrência territorial entre órgãos governamentais por novos investimentos e pela manutenção das firmas existentes no lugar em que estão. Essas guerras regionais por empregos e dólares abrem um volume crescente das verbas públicas e amiúde dominam o processo de planejamento urbano e regional⁹.

Podemos também citar o exemplo da Coreia, onde o planejamento econômico assentado em planos quinquenais enfatiza desde os anos 80 as indústrias intensivas em tecnologia, sobretudo o complexo eletrônico. A política coreana priorizou a formação de infra-estrutura básica para o desenvolvimento de atividades de pesquisa e desenvolvimento e utilizou tratamento pouco discriminatório com relação ao capital estrangeiro, além do que estimulou importação de tecnologia que coloca à disposição das empresas um conjunto de incentivos fiscais e creditícios e uma política de compras governamentais realmente efetivos. Juntamente com incentivos fiscais, a criação de mecanismos de financiamento de longo prazo constitui importante instrumento de promoção a indústria local. Tonooka¹⁰ chama atenção para o fato de que além da importância que ciência e tecnologia ocupam no interior da estrutura estatal há o complexo de institutos públicos de pesquisa montados nos últimos 20 anos. Os gastos do PIB com P&D elevaram-se de 0,3 em 1971 para 1,9 em 1989.

Podemos dizer que o Estado pesa sobre a sociedade planejando-a racionalmente com a contribuição do conhecimento e das técnicas através de planos e programas. Nesse contexto ao mesmo tempo que produto social e meio o espaço é também instrumento da ação — meio de controle, logo de dominação e de poder que produz uma hierarquia dos lugares centrado no processo de acumulação que produz a centralização do poder. O poder central assegura uma forte estabilização do sistema territorial e reforça sua capacidade de resistência à mudança social pois a administração formula a hierarquia e a demanda social através de processos de planificação e organização do território.

Assim o processo de valorização-desvalorização dos lugares depende de sua situação enquanto ponto estratégico dentro do sistema de reprodução ampliada das relações sociais enquanto lugares estratégicos controlados por estruturas que permitem ao sistema mundial se manter e reproduzir.

A sociedade urbana caminha de forma inexorável à sua realização global e a informação e as redes são fatores importantes nesse processo. Um lugar contém sempre o global é específico e mundial, articula-se a uma rede de lugares. Apoiar-se numa rede de difusão — de fluxos de informação, bens e serviços processo que tem

⁷ Emplasa, *Plano Metropolitano da Grande São Paulo, 1993-2010*, São Paulo, 1994, p. 126.

⁸ Milton Santos, *Economia Política da cidade*, São Paulo: Hucitec - EDUC, 1994, p. 41.

⁹ Edward Soja, *Geografias Pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993, p. 225.

¹⁰ Eduardo Tonooka, “Estudo e informática: duas experiências internacionais e o Brasil”. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 7, nº 4. São Paulo, 1994, p. 50-54.

como pano de fundo a mundialização da sociedade, da economia, da cultura e do espaço que se constitui cada vez mais num espaço mundial articulado e conectado o que implica num novo olhar sobre o local.

Assim os fluxos cortam o espaço, as rotas materializam-se espacialmente revelando estratégias concretas de reprodução. É evidente que se transcende fronteiras mas o que se deve é repensar o papel do Estado e suas novas relações com o espaço que assumem novos contornos. Os vínculos globais se desenvolvem e aprofundam-se e as estratégias devem levar em conta o global. Não nos parece correto confundir a tendência às explosões das fronteiras nacionais e dos Estados nacionais com o fim ou anulação do espaço, pois significaria desenfocar o centro da análise que deve recair sobre as transformações do papel do Estado na economia hoje e suas novas formas de reprodução que envolvem a produção de um novo espaço. Assim apagar fronteiras nacionais não significa anular espaço mas torná-lo contínuo, do ponto de vista da produção, essa é a meu ver a revolução que se prepara.

O desenvolvimento da técnica aplicada a produção ao diminuir o tempo de percurso, compactando a distância entre dois pontos, resolve o problema das descontinuidades espaciais — um problema para a reprodução do capital — daí poder falar-se em globalização da produção.

O capitalismo, o estado e o espaço mundializam-se, o mercado mundial permite a convergência dos fluxos de informação e de mercadorias. O capitalismo constitui-se em totalidade contornando, destruindo, e absorvendo obstáculos, destruindo fronteiras. No processo de globalização o lugar ganha um novo conteúdo, produz-se uma hierarquia diferencial dos lugares que aparece sob a forma de uma competição entre lugares pelo investimento.

Essa hierarquia se baseia na ação do estado e dos poderes locais através de políticas de organização do espaço que o normatizam. O Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer-se no seio do mundial, pois transforma as condições históricas do território nacional engendrando novas relações que se articulam no plano de totalidades mais vastas. Afirma-se em todos os lugares produzindo uma hierarquia espacial através de uma nova relação entre a produção e o saber — fato este que confere novos poderes que desenvolvem e controlam o processo de produção e organização do trabalho — através da planificação racional que, longe de atenuar, aprofunda a desigualdade espacial mundial, hierarquizando o espaço apesar de uma forte tendência à homogeneização.

A diferenciação entre os lugares aparece como produto da especialização e da divisão espacial e social do trabalho onde as parcelas particulares participam de modo diferenciado da reprodução do sistema. Daí o sentido da planificação.

As diferenciações espaciais — cada lugar com sua posição e atributos sociais, econômicos, culturais, físicos — produz uma gama de valores, logo de situações.

Dentro desses parâmetros “só é possível o entendimento do mundo moderno a partir do lugar na medida em que este for analisador levando-se em conta um processo mais amplo - aquele que toma como referência a sociedade urbana em processo de constituição, apesar de ser no lugar que se manifestamos desequilíbrios, as situações de conflito e as tendências da sociedade urbana”¹¹.

Deste modo a análise do lugar enquanto fragmento, se revela em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade urbana a partir do estabelecimento do mundial.

¹¹Ana Fani Alessandri Carlos “O lugar: mundialização e fragmentação”, in *Fim de século e globalização*, São Paulo: Hucitec - ANPUR., 1993, p. 303.



O espaço intervém na produção e organização do trabalho produtivo, ao mesmo tempo em que determina as relações de produção é também produtor e produto, suporte das relações sociais e, portanto tem papel importante no processo de reprodução geral da sociedade, uma produção espacial que aparece nas formas de apropriação, utilização e ocupação de um determinado lugar, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho que produz uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada. Na realidade o que se tende a eliminar não é o espaço que é cortado por um complexo de redes e fluxos inúmeros, e que é fundamental para sua materialização. O que se tende a eliminar é o tempo através de sua compactação.

Para Lefebvre, a produção de um espaço político mundial aparece como um *devoir* desigual cheio de contradições com regressões, deslocamentos e saltos. Deste modo a ação do Estado engendra o espaço da *télescope* entre o público e o privado referentes ao choque entre duas práticas; uma logística global, racional e homogêneo (vinculada às estratégias do Estado que produz a cadeia de equivalentes) e outra local, vinculada aos interesses privados (aqueles dos promotores e dos agentes da produção do espaço). Nesse embate consolida-se um novo espaço em escala nacional e supranacional.

As análises referentes às transformações espaciais hoje devem levar em conta as novas tendências presentes no processo de reprodução social que tem levado a uma nova redistribuição das atividades e com isso mudando estruturas urbanas regionais e nacionais. Para Preteceille, as mudanças das estruturas urbanas estão evidentes resta saber quais os mecanismos dessas transformações identificadas seja a partir das transformações do processo de trabalho ligado á difusão de novas tecnologias, seja nas perspectivas macro econômicas ou macro sociais levando em consideração a nova DIT (Divisão Internacional do Trabalho) ou mais recentemente as formas globais dos processos de acumulação do capital em suas relações dominantes da reprodução social.¹²

As transformações urbanas que se operam com a crise afetam, principalmente, a população operária. Diretamente por causa da diminuição do número dos empregos oferecidos provenientes das transformações do processo de trabalho na indústria e do papel decrescente que determinadas atividades nos processos de reprodução atual. Há no mundo moderno grandes transformações demográficas. As grandes aglomerações vêm diminuindo sua população, tendência que já se esboça na França e Itália desde a década de 70. As migrações para os grandes centros se desaceleram, as mudanças na economia trazem uma menor mobilidade por razões profissionais.

Cria-se um espaço que também tem uma dimensão instrumental enquanto lugar e meio da reprodução das relações de produção que engloba a produção do espaço em geral. Este não aparece na análise enquanto elemento abstrato, visto que organiza-se em função da divisão do trabalho na escala planetária, assentadas em estratégias mundiais. Resultado da superposição de diferentes níveis tanto econômicos quanto políticos. Produz-se espacialmente uma morfologia estratificada hierarquizada enquanto imbricação de espaços dominados-dominantes, como consequência da hierarquia social.

A leitura do mundo de hoje passa pelo entendimento do processo de globalização da cultura, da economia, dos valores, do conhecimento, das idéias. Mas o espaço não se coloca em abstrato, o espaço planetário se reorganiza em função da nova DIT em função de estratégias mundiais, que como afirma Lefebvre resulta da superposição de níveis diferentes econômicos e estratégicos onde tudo converge para o problema do espaço, ele é a primeira via para se chegar ao mundial.¹³

¹²Edmond Preteceille, *Mutations Urbaines et politiques locales*. Paris: CSU, 1988.

¹³Henri Lefebvre, *Les temps des méprises*. Paris: Editora Stock, 1975, p. 217.

Em Lefebvre — onde espaço aparece como campo de possibilidades concretas, categoria de análise importante para o desvendamento do mundo moderno — encontramos uma contribuição importante para o que estamos querendo dizer. Para o Autor a mundialidade do espaço se manifesta claramente a partir do momento histórico onde a reprodução das relações sociais de produção ganham um outro sentido. O que há de moderno no processo de produção, hoje, onde as forças sociais estão apoiadas na técnica e no conhecimento é a intervenção do Estado no espaço através de instituições consagradas à gestão e à produção do espaço. Tal fato permitiria, para o Autor, reintegrar o espacial no pensamento político e, com isso, precisar a estratégia: auto-gestão da base social e territorial, controle social da produção.

A mundialidade se estabelece, para o Autor, com a predominância do espaço sobre o tempo. Deste modo o interesse se deslocaria das coisas no espaço para a produção do espaço. Assiste-se a uma reorganização do espaço através do poder político que coloca o estado no centro da gestão das relações sociais. No percurso do processo de mundialização o modo de produção engendra um espaço mundial. A análise do mundial aparece como uma necessidade para a compreensão do movimento do mundo que se desenvolve, criando virtualidades. Nesse sentido a mundialidade estabelece a predominância do espaço sobre o tempo. No dizer de Lefebvre, “se é verdade que o futuro se esclarece pelo passado, o futuro reserva surpresas, pois ele se define pelo mundial (espaço) e não pelo histórico (tempo)”¹⁴.



¹⁴Henri Lefebvre. *De L'État*, vol. IV, cap. V. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978, p. 10-18.

A NATUREZA DO ESPAÇO FRAGMENTADO ¹

“Lembrar-me de ti! Sim pobre espectro, enquanto a memória tiver
assento neste mundo enlouquecido.”

Shakespeare

A metrópole aparece hoje, como manifestação espacial concreta de um fenômeno que está posto de forma clara no mundo moderno, qual seja, o espaço se reproduz a partir do processo de constituição da sociedade urbana apoiado no aprofundamento da divisão espacial do trabalho, na ampliação do mercado mundial, na eliminação das fronteiras entre os estados, e na generalização do mundo mercadoria. Este processo produz profundas mudanças espaciais, criando uma nova identidade que escapa ao nacional, apontando para o mundial como tendência. Isto é, o processo não diz mais respeito a um lugar ou a uma nação somente, estes explodem em realidades supranacionais, apoiados nos grandes desenvolvimentos científicos, basicamente o desenvolvimento e transmissão da informação.

Generaliza-se pelo espaço planetário os fluxos de informação e mercadorias pois o capitalismo, num primeiro momento, contorna as fronteiras nacionais para se reproduzir, hoje destruiu-as totalmente unificando mercado, constituindo-o em mundial e hierarquizando espaços que vão do centro à periferia assentadas em sólidas, mas camufladas, relações de dominação — subordinação. Nessa perspectiva o urbano não designa mais a cidade nem a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar, pois tudo que existe entra em contato com o mundo todo, ligando pontos isolados do planeta. A união destes pontos dá-se através de nós de articulação que determinam as funções da metrópole, sede da gestão e da organização das estratégias que articulam espaços.

A metropolização, hoje, diz respeito a hierarquização do espaço a partir da dominação de centros que exerce sua função administrativa, jurídica, fiscal, policial e de gestão. A metrópole guarda uma centralidade em relação ao resto do território, dominando-o e articulando áreas imensas. “Todos os lugares são mundiais, escreve Milton Santos; o que torna um lugar mundial são os componentes que fazem de uma determinada parcela do território o *locus* da produção e troca de alto nível, consequência da hierarquização que regulariza a ação em outros lugares ².

A metrópole é vista como um símbolo do mundo moderno, um centro onde a vida flui com incrível rapidez, o que impõe um ritmo alucinante e a banalização de tudo como produto direto do processo de homogeneização. A fluidez do tempo aparece como algo não natural, no dizer de Virílio, “o tempo consciente se

¹ O presente trabalho, em sua quase totalidade foi publicado no livro *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994, p. 191/197.

² A aceleração contemporânea: tempo mundo, espaço mundo. Conferência de abertura do Simpósio “O novo mapa do mundo”.

recolhe automaticamente, formando um tempo contínuo e sem cortes aparentes.”³ O ritmo da metrópole é aquele da velocidade contínua, de uma anamorfose que faz da fugacidade um espetáculo de imagens sem sentido.

O caráter da globalidade dá um novo sentido à produção *latu sensu*. Um novo espaço tende a se criar na escala mundial. O aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho busca uma nova racionalidade, uma lógica subjacente pelo emprego do saber e da técnica, da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço através do controle, da vigilância, apoiado na mídia que reproduz uma realidade vivida e imposta através da utopia da tecnologia que tende a programar e a simular o futuro.

A urbanização coloca, hoje, problemas atuais, produz-se em função das exigências em matéria de comunicação, de deslocamentos os mais variados e complexos criando uma hierarquia de lugares. Os problemas atuais postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução da sociedade. Por isso mesmo a globalização também produz modelos éticos estéticos, gostos, valores, moda, constituindo-se como elemento fundamental da reprodução das relações sociais, um cotidiano, ainda em formação, onde todas as relações sociais passam a ser mediadas pela mercadoria. Por isso mesmo o processo de mundialização da sociedade urbana não elimina, mas aprofunda o processo de fragmentação contido no espaço, na ciência, na cultura, na vida do homem.

A globalização e a fragmentação dão-se no plano do indivíduo, tanto quanto no espaço. Na sociedade essa fragmentação dá-se através da dissolução de relações sociais que ligavam os homens entre si, na vida familiar e social bem como na sua relação com novos objetos dentre eles a tv que banaliza tudo, da religião à política, através de seu poder hipnótico extraordinário que consegue transformar a guerra num aparato cômico (como aquele que vimos na “guerra do Golfo”). A segmentação da atividade do homem massacrado pelo processo de homogeneização, onde as pessoas “pasteurizadas tornam-se idênticas”, presas ao universo do cotidiano, submissas ao consumo e à troca, capturadas pela mídia, encontram-se diante do efêmero e do repetitivo como condição da reprodução das relações sociais.

No caso do espaço — no lugar —, este aparece como produto de uma atividade dividida, onde a se fragmentação ocorre enquanto produto do conflito entre o processo de produção socializado e sua apropriação privada. Esta fragmentação que se aprofunda divide o espaço em parcelas cada vez menores, que são compradas e vendidas no mercado, como produtos de atividades cada vez mais parceladas.

Mundializado, o espaço fragmenta-se através de formas de apropriação para o trabalho, para o lazer, para o morar, para o consumo, etc. Deste modo, o espaço fragmenta-se em espaços separados, parcelas fixas, como conseqüência de uma atividade parcelada fundada no trabalho abstrato. O espaço aparece como mercadoria, apesar de suas especificidades, produzido e vendido enquanto solo urbano, cujo conteúdo escapa aos indivíduos, posto que submissos à troca e à especulação — uma troca que se autonomiza em relação ao uso num processo de produção assentado na propriedade privada da terra que gera a apropriação diferenciada do espaço por extratos diferenciados da sociedade. Com isto transforma-se, constantemente o lugar e produz-se o estranhamento do lugar com através da perda das referências.

Essa fragmentação produz um constante movimento de atração-impulsão da população do centro para a periferia e vice versa. Produz também uma multiplicidade de centros que tende a dissipar a consciência urbana na medida em que o habitar hoje a metrópole tem um sentido diverso, mudando hábitos e comportamentos, bem como formas de apropriação do espaço público, além da dissolução de antigos modos de vida e relações entre as pessoas. Bairros inteiros foram descaracterizados ou mesmo destruídos pelas necessidades de expansão

³ Paul Virilio. *Esthétique de la dispersion*, Paris: Baland, p. 9.



desenfreada proveniente da acumulação de capital que reproduz o espaço metropolitano mudando referenciais e comportamentos. Os aparelhos de tv, por exemplo, substituíram as cadeiras nas calçadas de antigos bairros de São Paulo, assim como, os vídeos-games substituem o outro nas brincadeiras infantis, colocando cada criança sentada numa mesa diante de uma tela. As mercadorias substituíram as relações diretas entre as pessoas; até as relações de troca modificam-se formalmente distanciando os agentes da relação, as antigas vendas e mercearias, por exemplo, foram substituídas pelos supermercados e as lojas de armarinho desapareceram.

Como conseqüência o estranhamento do indivíduo diante do produto, a normatização das relações sociais, desencantamento do mundo, rarefação dos lugares destinados às festas. A vida urbana impõe conflitos e confrontos e o processo de fragmentação aparece como justaposição de atividades parcelares cujo conjunto escapa ao indivíduo. Em decorrência, a produção de um cotidiano onde a vida aparece atomizada, ao mesmo tempo que super organizada. Campo da auto-regulação voluntária e planejada, o cotidiano aparece enquanto construção da sociedade, que se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada; preenchido por repressões e coações.

Assim a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo, como decorrência, um processo de homogeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana.

A cidade produzida liga-se a forma de propriedade que reproduz a hierarquia espacial enquanto conseqüência da hierarquia social passível de ser percebida na paisagem urbana através da segregação espacial cuja dinâmica conduz, de um lado a redistribuição do uso das áreas já ocupadas levando a um deslocamento de atividades e dos habitantes e, de outro, a incorporação de novas áreas que criam novas formas de valorização do espaço urbano.

Em Henri Lefebvre, o conceito de urbano hoje, permite pensar a idéia do processo de implosão-explosão da cidade, pois de um lado a centralidade se acentua, isto é, o centro ainda representa o *locus* da administração, da decisão, da organização política da informação, etc. Mas de outro lado assiste-se a constituição de uma pluralidade de centros (culturais, religiosos, simbólicos do mercado, etc.). Ao mesmo tempo se dispõem em torno da metrópole aglomerações secundárias, cidades satélites. As periferias se estendem a perder de vista. A metrópole hoje apresenta-se polinucleada englobando sempre novas áreas e extensões fragmentadas.

Esse processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de formas que ganham novos conteúdos: cada vez mais acentua-se a contradição que está na base do processo de produção do espaço, qual seja produção socializada — processo de apropriação privada do solo urbano. O espaço fragmenta-se, divide-se, em inúmeras parcelas compradas e vendidas aos pedaços, pois o acesso ao solo urbano dá-se através da mediação do mercado. Convém lembrar que a propriedade monopoliza a distribuição como domina a produção o que implica na produção espacial hierarquizada e fragmentada que se generaliza pelo espaço mundial.

Todavia o processo urbano apesar de mundial (ou porque é mundial) produz-se de modo desigual o que vale dizer que especificidades referentes a tempos e lugares diferentes são fundamentais para seu entendimento. Fato este apontado por Milton Santos⁴ quando afirma que a análise da metrópole paulista, só pode ser entendida no contexto de um país subdesenvolvido industrializado, numa situação de uma modernidade incompleta, onde se justapõem traços de opulência, devidos a pujança da vida econômica e suas expressões materiais, e sinais de desfalecimento graças ao atraso das estruturas sociais e políticas.”

⁴ *A metrópole corporativa fragmentada*. São Paulo: Nobel, p.13.

Pode-se constatar, na Grande São Paulo, um sério descompasso entre crescimento econômico, crescimento urbano, entre provimento de moradias e infra estrutura básica (bens de consumo coletivo) que estão na base do surgimento de muitos movimentos sociais urbanos que põem em cheque o modo como se dá o parcelamento do solo urbano a partir do direito que a sociedade confere à propriedade privada. Como consequência temos um processo de produção espacial onde a reprodução da vida, nem sempre apresenta as condições mínimas de subsistência, isto porque há ou inexistência ou deficiência de rede de água, esgoto, asfalto, escolas, hospitais ou mesmo iluminação e transportes. As favelas e os cortiços, por exemplo, com áreas ínfimas, onde se acotovelam famílias numerosas numa promiscuidade que lembra-nos as descrições de Engels sobre a situação de moradia dos operários na Londres do século XIX.

Assiste-se o aprofundamento da segregação espacial na maior metrópole da América do sul, onde em 1990 uma parcela significativa dos habitantes morava em cortiços ou favelas (o percentual passa de 11% em 1970 para 36% em 1980 e atingindo 3.000.000 de habitantes nos anos 90), sem ignorar aqueles que perambulam pelas ruas centrais da cidade e (que somam mais de 100.000, sendo que 32.000 só no centro da cidade) que só tem como alternativa de moradia os vãos livres de pontes, viadutos e marquises de prédios. Nesse sentido o mundial que impõe o homogêneo nos coloca diante de contradições específicas de realidades históricas e locais específicos. O processo de produção da sociedade se, de um lado cria um espaço homogêneo, de outro, produz sua fragmentação que se concretiza de modo diferenciado.

Essa situação, decorrência da contradição entre a produção socializada do espaço e sua apropriação privada, é a forma mais acabada daquilo que Lefebvre chamou da vitória do valor de troca sobre o valor de uso e que a meu ver esclarece a natureza do processo de fragmentação do espaço. Essa vitória expressa-se também através das formas de dominação que se estabelecem em todos os níveis da vida do homem englobando o conjunto das relações sociais que se processam no nível do cotidiano onde a supremacia do valor de troca se impõe sobre o valor de uso através das “reduções correspondentes do ser humano à passividade e a vida social e política ao espetáculo e a *mise en scène* do consumo, dito de outro modo o triunfo espetacular da mercadoria.”⁵

O processo de esfacelamento do indivíduo e da fragmentação da família decorrente da rapidez do processo de transformação da cidade — que pode ser percebido na paisagem dos bairros — aparece de forma inequívoca na cena final do filme *AVALON*: “Há alguns anos fui ver a casa em Avalon. Não estava mais lá. Não é só a casa, mas toda a vizinhança. Fui ver o salão aonde eu e meus irmãos costumávamos tocar, também não existia mais. Não só ele mas o mercado onde fazíamos nossas compras também. Tudo desapareceu. Fui ver o lugar onde Eva morava. Não existe mais. Nem a rua existe mais, nem mesmo a rua. Então fui ver o clube noturno do qual fui dono e, graças a Deus estava lá. Por um minuto achei que eu nunca tivesse existido.”⁶

Esse trecho aponta a existência prática da abstração que ocorre num momento histórico real e concreto. A separação entre homem natureza, animalidade e humanidade, marca a existência social da abstração que se concretiza na separação entre uso e valor de uso; valor de uso — valor de troca. Nesse processo assiste-se a prevalência da troca sobre o uso, com isso o uso distancia-se do valor de uso e da troca cujo conflito atinge seu ápice quando o espaço torna-se objeto que se compra e vende e reproduz-se enquanto tal. Produz-se neste processo o estranhamento do cidadão diante da cidade que se transforma com incrível rapidez, eliminando as referências do lugar que diz respeito, diretamente à sua vida e onde se reconhece enquanto habitante de um lugar determinado.

⁵ De *L'Etat*. cit., p.29.

⁶ Filme escrito e dirigido por Barry Levinson, 1992.



Deste modo, a crescente urbanização do planeta propicia a volatilização das relações sociais, através da ampliação do domínio do mundo da mercadoria que invade a vida das pessoas onde tudo é comprado e vendido, posto que o ato de troca é um ato do cotidiano que traz como consequência uma relação entre sujeitos baseada na cadeia de equivalência de não equivalentes. Os cidadãos perdem sua identidade concreta diante da identidade abstrata do trabalho e surge a idéia de que para viver a modernidade é necessária uma constituição de Homero.

A concepção de herói moderno, descrito por Rouanet, a propósito do tema em Benjamin ⁷, refere-se ao fato de que no mundo moderno todas as energias psíquicas devem concentrar-se na consciência imediata, para interceptar os choques da vida cotidiana, o que envolve um empobrecimento de outras instâncias como a memória e, com isso o herói moderno perde todo o contato com a tradição, transformando-se numa vítima da amnésia.

O que deve ser mantido, perde-se para sempre, o moderno impõe o efêmero. Mas se pensar-mos que a memória é uma atividade, (aquela da apropriação da natureza pela espécie humana) o que Rouanet chamou de amnésia pode ser entendido como “ausência de memória”, não como perda total, como produto do poder da abstração, pois o cidadão está preso ao universo da necessidade, num cotidiano repetitivo, submetido à banalização do sentido do humano. Não é à toa que a modernidade põe fim a *flânerie*, pois as transformações no processo de reprodução coloca-nos diante de uma nova noção de tempo, imposto pela ciência e pela técnica. O ritmo acelera-se, explode para criar infinita e ininterruptamente novas formas. As metrópoles se transformam em imagens aguçando o sentido da visão em detrimento daquele da audição.”O que aqui fala é a mercadoria(..) um dos efeitos sociais mais notórios das drogas consiste no encantamento que os viciados, sob o efeito da droga, descobrem no cotidiano. O mesmo efeito a mercadoria extrai, por sua vez, da multidão que a embriaga e inebria.”⁸

Chamamos aqui “ausência de memória” o processo que diz respeito ao sentido da não — identificação em relação ao lugar (mas que guarda latente o seu oposto) como consequência do processo de reprodução espacial que tende a eliminar/destruir o que existe e que causa o estranhamento do ser humano, produzindo dentro do homem um deserto que nas palavras de Saramago significa “tudo o quanto esteja ausente dos homens ainda que não devemos esquecer que não é raro encontrar desertos e securas mortais em meio de multidões.”⁹

Todavia a memória tem outro sentido ela é também a possibilidade do resgate do lugar, revelando-o e dando uma outra dimensão para o tempo. Ainda nas palavras de Saramago “foi ontem, e é o mesmo que dizer-mos foi há mil anos, o tempo não é uma corda que se possa medir nó a nó, o tempo é uma superfície oblíqua e ondulante que só a memória é capaz de fazer mover e aproximar.”¹⁰

⁷ Sérgio Paulo Rouanet. *É a cidade que habita os homens ou são eles que moram nelas?* Simpósio Sete Perguntas a Walter Benjamin. Instituto Goethe. 1990.

⁸ Walter Benjamin. “A Paris do segundo Império de Baudelaire”, in Flávio Kothe (org). *W. Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985, p. 83.

⁹ José Saramago. *O evangelho segundo Jesus Cristo*. São Paulo: Companhia das Letras, p.78.

¹⁰ Idem, *Ibidem*, p.168.

OS LUGARES DA METRÓPOLE: A QUESTÃO DOS GUETOS URBANOS

“... mas a cidade não conta seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grandes janelas, nos corrimões das escadas, nas antenas dos pára-raios, nos mastros bandeiras, cada segmentos riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras...”

Ítalo Calvino

Vivemos, hoje, sob a égide de um novo tempo, marcado pelo tempo abstrato imposto pela sociedade produtivista que determina a vida de relações e as possibilidades dos encontros. Espaço e tempo são cada vez mais, no contexto das transformações do processo produtivo, dominados pela troca. O desenvolvimento do capitalismo, no estágio atual, *tende* a reduzir as diferenças e homogeneizar a sociedade reduzindo-a a um mesmo modelo. Aqui o espaço e tempo entram numa ordem: o tempo associado ao ritmo do processo de trabalho, preso a um calendário rígido e o espaço dominado por fluxos de mercadorias, capitais, informações. Ao se reproduzirem destroem as referências urbanas e, como consequência, a memória social.

Do ponto de vista espacial, que se refere especificamente – para condições das análises aqui desenvolvidas – à da grande cidade, podemos dizer que esta se refere mais a um lugar único, posto que contém cada vez mais o mundial, constitui-se a partir de valores, de um modo de vida, de uma cultura, que dizem respeito a uma sociedade urbana em constituição; isto porque o desenvolvimento das técnicas, das comunicações ligando todos os pontos do espaço reproduzem um mesmo padrão. Significa também dizer que as cidades também se assemelham no plano do construído. Nesse contexto, as relações entre o habitante e a cidade passam, cada vez mais, por novas determinações, posto que o movimento incessante de transformação por que passa a sociedade atual reproduz um espaço e um tempo com a mesma velocidade. Com isso produz-se, contraditoriamente, dois fenômenos a partir da relação cidadão/metrópole: de um lado o estranhamento – como produto da perda dos referenciais da vida e a criação de novos padrões universais – e de outro o reconhecimento – como produto da constituição de identidades espaciais que gestam no plano do vivido. Isto é, coloca-se como fundamental que nos interstícios, no plano da vida, nem tudo foi completamente modelizado, cooptado, homogeneizado.

O processo de urbanização que produz grandes transformações na metrópole cria o fenômeno da concentração-centralização de poder que permite a extensão da periferia e do tecido urbano, integrando parcelas do espaço através da gestão, revela, por sua vez, o conflito prático e social entre o uso e o valor de troca que reproduzem constantemente os laços de dominação-dependência. Nesses sentidos os lugares são submetidos à dominação da troca através da aplicação de um rigoroso critério de rentabilidade. Assim as trocas fragmentam o espaço, processo que altera profundamente a vida cotidiana, através da sua institucionalização que cria uma vida programada e idealizada pelo consumo manipulado. É nesse contexto em que o processo de produção do espaço urbano tende para a homogeneidade, o que não elimina uma forte distinção de áreas do território da



cidade, que se diferenciam pelos modos de apropriação; usos. São áreas de poder, riqueza, de lazer, espaços nobres, vulgares, residenciais, comerciais, industriais, áreas de migrantes, conjuntos para elite, onde cada vez mais os laços entre formas espaciais e culturais são mais tênues e difíceis de serem estabelecidas na metrópole. Essas áreas que se diferenciam e multiplicam simultaneamente na metrópole, hierarquizam-se formando “guetos”.

A análise das transformações que ocorrem na metrópole paulista revela dois fenômenos. O primeiro refere-se à relação da cidade com áreas extensas produzidas através das redes de suas esferas de influência; significando a existência de uma multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e que ganham vida através dos fluxos de mercadorias de todos os tipos – materiais e imateriais – mão-de-obra, informação, criando um circuito de conexões especiais unidos e ampliados em redes espaciais ligando os lugares, que se concretiza numa rede de pontos, produzindo, na metrópole, um identidade que não se refere mais a um lugar único mas à articulação de todos os lugares. Em segundo lugar, assistimos à fragmentação de territórios contidos dentro da grande cidade, fato que se revela a partir das modalidades dos usos que contemplam características culturais, étnicas, religiosas diferenciadas e que para efeitos de análise estamos denominando de “guetos urbanos”. Isto porque os lugares são dotados de uma realidade físico-sensível, que corresponde a um uso do espaço, logo a uma prática socioespacial na medida em que permite ações, ora sugerindo, ora impedindo, e na sua realização produzem diferenciações.

A metrópole enquanto expressão formal do trabalho social materializado, guarda a dimensão do lugar, enquanto dimensão da sociedade urbana em processo de constituição. Para Henri Lefebvre¹, há no mundo moderno um conflito violento entre uso e troca que se expressam no lugar. Áreas inteiras são vendidas aos pedaços no mercado, amputando a cidade em sua dimensão humana, produzindo um sentido de perda provocada pelas mudanças nas formas de apropriação. Isto porque a cidade cresceu, expandiu seus limites, dispersou-se em periferias cada vez mais distantes reproduzindo uma hierarquia espacial diferenciada que se articula ao processo de apropriação que determina os usos e produz guetos, redefinindo o uso do espaço público e privado.

Esse processo que decorre das transformações no uso e que provoca o estranhamento do cidadão diante da metrópole, produz-se como consequência da fragmentação das relações sociais e da cidade colocando o indivíduo diante de situações sempre cambiantes, ligadas à tendência na modernidade em direção ao efêmero, fato este que produz novos conflitos que se inscrevem no espaço, onde se podem ler os traços, as inscrições e realizações dos sujeitos da história. Deste modo é evidente que os novos usos impostos na sociedade moderna marcam o aprofundamento do estranhamento do cidadão ante a metrópole em constante processo de transformação, visto que as relações sociais se inscrevem num espaço e tempo determinado, apropriando-se deles com o sentido da reprodução da vida em suas múltiplas facetas.

Nesse capítulo, discutiremos o sentido do uso que não se refere àquele que produz o estranhamento, mas àquele vinculado à identidade que se revela pelo uso atestando o fato de que não há uma redução absoluta do uso ao valor de troca na sociedade contemporânea. Para tal análise, parto da noção de lugar, que permite analisar a dimensão concreta da qual a cidade ganha materialidade apontando limites e características distintas. O lugar representa e fixa relações e práticas sociais produzindo uma identidade complexa que diz respeito ao mesmo tempo ao local e ao global. Se de um lado ganha materialidade numa ordem próxima que se revela enquanto territorialidade imediata, de outro, a constituição da sociedade urbana nos coloca diante do fato de que o urbano não designa mais a cidade e a vida na cidade, mas passa a designar a sociedade que constitui uma realidade que engloba e transcende a cidade enquanto lugar, ligando pontos isolados do planeta que se constitui no mundial em processo de realização.

¹ O autor levanta esta questão em vários trabalhos; dentre eles podemos citar os quatro volumes da obra *De l'État*. Paris: Union Générale d'Éditions. 10/18.



Na mesma vertente de raciocínio, pode-se dizer que a metrópole contém o mundial, sendo sua própria expressão, na medida em que se conecta com um espaço mais amplo desenvolvendo a função da articulação entre os lugares, unindo territórios. O caráter mais significativo da grande cidade liga-se a uma extensão funcional que ultrapassa suas barreiras físicas a partir de atividades que se estendem por intermédio dela, no espaço e no tempo, determinando uma repartição geográfica. Todavia deve-se também considerar que ela também contempla, na multiplicidade das práticas sociais que produz, identidades entre áreas no seu interior criando lugares distintos a partir de usos diferenciados. Nessa perspectiva os lugares da metrópole espelham o fato de que existem uma morfologia espacial hierarquizada e estratificada como produto de uma morfologia social diferenciada.

O sentido da constituição do lugar é essencialmente coletivo; para Roncayolo² é definido pela forte relação com um local particular, é uma relação entre os homens derivada da prática e constituindo em referência para os indivíduos. Assim os lugares enquanto áreas definidas da metrópole podem ser analisados enquanto espaço material onde se inscrevem os atos de gerações e onde o processo de apropriação aparece como condição necessária à vida que se realiza no e através do uso. Mas o uso não é um simples ato de consumo, ele coloca acento sobre as relações entre as pessoas com o espaço no plano do imediato, no nível das relações de vizinhança, na construção de uma identidade concreta. É nesse contexto que para o cidadão a metrópole aparece como o lugar do desejo, da mesma forma que representa também um conjunto de coações que impede ou inibe os desejos.

Na realidade o que estamos, aqui, chamando de “guetos urbanos” são áreas do desenvolvimento necessário de ações sociais que marcam a articulação entre o individual e o coletivo, bem como modos de percepção afetando o comportamento humano, constituindo-se através de formas de solidariedade e do sentimento do “pertencer a um lugar”. Esse fenômeno aparece como decorrência do fato de que a metrópole é múltipla, contém várias temporalidades. A simultaneidade cria particularidades nas metrópole, cada pedaço da cidade apresenta formas diferenciais marcando modos de usos e formas de apropriação.

O gueto é produto direto da relação entre morfologia social/hierarquia espacial, que segrega grupos e lugares enquanto consequência da fragmentação do tecido urbano e de suas formas de apropriação. Inicialmente podemos afirmar que a morfologia espacial também revela um forte esquema administrativo e policial que acompanha a produção do espaço, exercendo seu controle sobre o uso que dele se faz; basta lembrar as proibições do governador do Estado de São Paulo quanto ao uso das cercanias do Palácio dos Bandeirantes, sede do governo, ou as do prefeito Paulo Maluf que levantou a idéia da criação de um “protestódromo”(1995) que limitaria as áreas que a população poderia utilizar para suas reivindicações. Ou ainda leis aprovadas pela Câmara Municipal de São Paulo que vetam, terminantemente, a “Avenida Paulista” (principal área de manifestações na metrópole de São Paulo) para manifestações nos dias de semana, sendo apenas liberadas (desde que avisadas com antecedência) nos finais de semana. Ou ainda o decreto que veta a realização de *shoms* no vale do Anhangabaú, zona central da metrópole. São exemplos do controle político que se realiza, no espaço, através de dispositivos de vigilância e de controle policial, administrativo e repressivo enquanto estratégias de poder.

A hierarquia social, por sua vez, determina o acesso ao solo urbano que a partir das necessidades de apropriação produz os guetos residenciais que revelam de forma inequívoca a hierarquia social. Nos guetos formados pelos bairros nobres, as casas e mansões tornam-se construções fortificadas como se fossem prisões, mas aqui não há identidade aparente, posto que os muros separam e isolam seus habitantes impedindo relações de vizinhança. Os condomínios fechados, que pontuam a periferia da mancha urbana da metrópole paulista, são a expressão máxima desse confinamento, pois além de rigidamente demarcadas, apresentam forte esquema

² Marcel Roncayolo. *La ville et ses territoires*. Paris: Folio Essais.

de segurança e controle. Ambos apontam, todavia, para a existência de uma identidade que se constrói a partir da renda e que acaba produzindo um modo de vida próprio, bem como um modo de pensar e sentir o espaço que cria uma “aparente” identidade entre seus moradores. Nesses espaços existem duas atitudes. De um lado há a preocupação de se resgatar formas de vida tradicionais, chamadas de “mais humanas”, por seus moradores, que privilegiam o encontro, e a construção de um lugar de vida diferenciado; por isso, a preocupação de criação de uma comunidade solidária ligada ao verde e à natureza. De outro lado há aqueles que se mudam para esses locais e a primeira coisa que fazem é erguer muros altíssimos, são os chamados “intramuros” que se fecham em suas conchas, altamente protegidos tanto de possíveis ladrões como de seus vizinhos. Reproduzem na “periferia rica” o mesmo comportamento que existe nos bairros centrais, pontuados por luxuosos apartamentos. Isto é a não-vizinhança; estão abertos apenas a alguns amigos que desfrutam de sua confiança.

Paquot³ desenvolve a idéia de que emerge hoje, na sociedade urbana, um novo personagem, o *homo urbanus*, resultado de uma longa e tumultuada história, fruto do processo de urbanização do mundo que provém da eclosão da cidade e do indivíduo, este exprimindo ou contestando sua individualidade tendo como referência outros continentes além do Ocidente. O que caracteriza a urbanização do mundo é para o Autor a emergência de uma civilização urbana, onde o *homo urbana* substitui o *homo economicus*. Assim esse novo homem que “não ignora os perigos da grande cidade, da insegurança e da delinqüência, da solidão, e do isolamento, da não-comunicabilidade e da auto-reclusão...”⁴ mas ressalta que os problemas que nascem na cidade têm suas respostas nos interstícios da própria cidade, posto que é somente aí que o *homo urbanus* toma consciência da artificialidade do mundo e da amplitude dos simulacros que ocultam o ser.

Podemos dentro da metrópole perceber que, ainda na periferia, há áreas que se distinguem perfeitamente dos espaços da elite, em forma e conteúdo. A densidade e a quantidade dos bairros pobres que pontuam a mancha urbana metropolitana, formados por uma grande parcela da população de baixo poder aquisitivo como marcha da deterioração das formas de vida na metrópole – revela o fato de que as formas de uso, mediadas pela propriedade privada da terra, restringem o acesso de parcela significativa da sociedade à metrópole. Nesse caso a morfologia socioespacial produz uma identidade marcada pela apropriação e também pela carência em que muitas SAB’S – sociedades amigos de bairro – foram formadas em função desta particularidade, produzindo movimentos reivindicatórios fortes. Ao questionar a propriedade privada da terra que inibe o livre acesso à moradia, esses movimentos reavivam o uso sem reduzi-lo a um simples, consumo do espaço e, nesse sentido, colocam acento nas relações entre as pessoas (indivíduos, grupos, classes) com o lugar seja no que se refere à vizinhança e o imediato, ou com a região mais ampla ou mesmo com todas as dimensões do urbano. Constituem-se a partir de laços de solidariedade tendo na base o reconhecimento do “outro”, constituem uma identidade forjada e criada no plano da vida num determinado lugar da cidade – onde também se revela o sentido do “pertencer a um lugar e a um determinado grupo”. São pequenas lutas para manter algo no espaço urbano que se perdeu e cujo mote reivindicatória tende a ser em torno de um objetivo específico, mas que só podem ocorrer mediante algum laço de solidariedade e identidade. Isto porque o “contato cotidiano evidencia modos de vida, de problemas e perspectivas comuns. Por outro lado, produz, junto com a identidade, a consciência da desigualdade e das contradições nas quais se funda a vida humana. Os movimentos sociais nascem da consciência das condições de vida das diversas classes, surgindo para o indivíduo como direito de participar das decisões (...) podem ser entendidos enquanto superação das particularidades na formação da consciência do coletivo, na liberdade do particular constituída a partir do genérico”⁵.

³ Thierry Paquot. *La ville*. Paris: Arléa-Corlet, 1994.

⁴ Thierry Paquot. *Homo urbanus*. Paris: Éditions du Félin, 1990, p.135.

⁵ Ana Fani Alessandri Carlos. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Editora da USP, 1994, p.187/8.



Esses contrastes no uso da metrópole revelam a morfologia social hierarquizada mascando uma diferença quanto à identidade na formação do guetos, mas essa identificação também pode ser dada por critérios culturais, como é o caso dos bairros formados por migrantes estrangeiros que reproduzem um modo de vida específico apoiados em referenciais de “outros lugares”, de outros países, que determinam comportamentos, valores, etc. Um caso bastante típico da metrópole é constituído pelos bairros italianos – formados a partir da imigração italiana do fim do século XIX e início do XX, que acabam produzindo “lugares na cidade” com características marcantes, como o tipo das construções, a língua, a cultura e a culinária. Estes foram, durante muito tempo, um exemplo típico do que estou definindo como “gueto urbano”; uma comunidade articulada e definida a partir de uma forte identidade que liga as pessoas ao grupo e que produz um espaço determinado por qualidades específicas, marcadas por relações sociais diferenciadas.

Para Heidegger⁶ o habitante, mortal só existe pelo seu enraizamento, sua adesão a um *terroir*, um lugar de origem uma referência familiar; é onde as redes de vizinhança produzem e estabelecem identidades que “confortam minha individualidade e combatem minhas hesitações”. Isto porque o espaço se reproduz enquanto lugar da vida em todas as suas dimensões o que foge à racionalidade homogeneizante imposta pelo processo de reprodução. O vivido tem um caráter espacial local – no bairro. Liga-se ao habitar um espaço produzido. O lugar da habitação que envolve a peça do apartamento ou da casa, a rua, o mercado ou centro comercial ou cultural, os centros de serviços, áreas de lazer ou mesmo de trabalho, descrevem e dão conteúdo aos lugares da metrópole, correspondem a usos, logo, a uma prática espacial, ligando lugares e pessoas na metrópole, posto que o uso se refere sempre a uma prática, atividade que deixa marcas.

Como o espaço não é para o vivido um simples quadro e como o sujeito vive através de um modo de apropriação, a atividade prática vai mudando constantemente o espaço e os seus significados, marcando e renomeando os lugares acrescentando, por sua vez, traços novos e distintos que trazem novos valores, presos aos trajetos construídos e percorridos.

O bairro nos coloca diante de relações de imediatidade, enquanto lugar precípua da reprodução no plano da vida imediata, mas esta reprodução se refere não somente ao plano da ordem próxima mas realiza a ordem distante, aquela da constituição da sociedade urbana. É nesse contexto que percebemos que hoje os bairros de migrantes se descaracterizam posto que se torna evidente que alguns guetos (que caracterizam a metrópole, dando-lhe um sentido cultural de diversidade) tendem a desaparecer em consequência das transformações que ocorrem no espaço como decorrência da aceleração técnica do processo de reprodução. Nesse processo a cidade implode produzindo periferias imensas atenuando a centralidade, distanciando e deslocando pessoas. Este é também o caso dos bairros de migrantes italianos que sofreram um processo total de transformação que destruiu as fachadas das casas, mudou os aspectos do uso da rua, criou novas funções eliminando-se a identidade cultural e o sentido da comunidade, mergulhando-os na tendência homogeneizante do processo socioespacial da metrópole. Isto porque a nova territorialidade caracteriza também o desenraizamento, o anonimato e o individualismo. Mas se não resistem como um todo, também demonstram, hoje, como a implosão da cidade, as possibilidades e os referenciais nos bairros mais centrais da metrópole e que ainda resiste cada vez mais dentro de um universo normatizado, enquanto resíduos, resistindo ao caminho da urbanização que reproduz, que compacta cada vez mais a mancha urbana da metrópole, adensando-a.

É impossível ignorar o fato de que o homem para habitar produz um certo espaço, delimita um território com o qual se identifica. Mas também é impossível ignorar que, cada vez mais na metrópole as

⁶ Citado por Thierry Paquot. *La ville*, cit., p. 243.

formas de morar se constituem em exacerbação de individualidades, pelo fato de o cotidiano estar impregnado por um ritmo que impede a construção de sociabilidades. Assim a reprodução da metrópole, hoje, dá-se exacerbando a contradição entre a produção do estranhamento de um lado e do reconhecimento de outro.

O que ainda resta na metrópole explodida, aqui e ali, são pequenos movimentos em torno da manutenção de pequenas áreas dos bairros, da resistência contra a instalação de estacionamentos subterrâneos que implicariam a derrubada de árvores centenárias (caso da Praça Buenos Aires, no antigo bairro de Higienópolis), na luta contra a instalação das “zonas azuis” (áreas de estacionamento nas ruas por um período de uma ou duas horas sob os cuidados da prefeitura da cidade) em algumas ruas da metrópole (caso específico da Rua Itararé no bairro da Bela Vista) posto que tal fato descaracterizaria a vida na rua; a luta pela manutenção do nome das ruas que os vereadores da cidade insistem em modificar, etc.; são pequenas resistências que enfocam a tendência à perda dos referenciais urbanos mas também evidências do fato de que o cotidiano é marcado por estratégias determinadas pelo processo de reprodução das relações sociais nem sempre presas a um modelo fixo.

Para Duvignaud, há lugares parciais onde a atividade humana se exerceria em sua existência diária, comum, trivial, onde os homens procuram uma intensidade de comunicação que não permitiria a imensidade do domínio global – seriam as seitas, grupos de todos os tipos, inclusive terreiros de macumba. “O homem aproveita sua vida nesses abrigos micoscópicos, nesses lugares fechados no interior de um imenso espaço euclidiano da ‘cidade máquina’ ou do Estado Moderno. Ele a vive em grupúsculos, que foram cimentados pelo sagrado, pela utopia, pela música, droga, o eros e a política”⁷. Sua existência se referiria à morte dos grandes impérios e dos blocos nos quais estaria dividido o planeta que se confundem com a existência do poder. “Assim, os homens se retiram em lugares, abrigos, nichos. Eles procuram se enraizar num espaço no momento em que a potência dos impérios apaga o espaço no jogo do terror (...) são lugares fechados onde se experimentaria, ao abrigo das ideologias massivas e da economia, o que a vida coletiva tem de mais intenso (...) experimentar uma substância coletiva que as ‘nações’ ou os ‘impérios’ não podem mais dar”⁸. Ainda para o Autor, o ser vivo só poderia ter existência substancial no espaço ou no que ele chama de “nicho”, microorganismos sociais; onde a vida coletiva não seria programada pelo poder eletrônico.

Podemos ainda fazer referência à existência, em São Paulo, dos guetos étnico-culturais, quase despercebidos, como o caso de alguns na região metropolitana de São Paulo assentados em elementos afro-brasileiros visíveis como o caso da congada que tem uma função importante na coesão e do grupo de moradores da favela Vila Pelé no bairro do Riacho Grande em São Bernardo do Campo, por exemplo, onde o elemento mágico-religioso que dá coesão ao grupo é a devoção a Nossa Senhora do Rosário. “A congada serve para avivar a memória africana, apesar dos elementos do catolicismo embora tênue, a volta da memória africana serve para esses grupos negros se reencontrarem como negros, se rearticularem, manter-se unidos em torno desses símbolos evocados. Por outro lado estimula o desenvolvimento de lideranças, o que motiva a a conservação de sua dinâmica interna. Além da reminiscência africana, a congada serve para estimular a memória histórica criando no lugar uma identidade”⁹. É também o caso da umbanda em que o negro se utilizou de “unidades religiosas para se preservar e se recompor socialmente”¹⁰.

Aqui o gueto pode significar a liberdade através da possibilidade de atuar e de reivindicar pois são elementos de construção de identidades que lhe permite lutar contra o racismo oculto, mas presente, na sociedade

⁷ Jean Duvignaud. *Lieux et non lieux*. Paris: Éditions Galilée. 1977.p.136.

⁸ Idem. *Ibidem*, p.136/7.

⁹ Clóvis Moura. “Organização negra”. In: P. Singer & V. Brant (orgs.). *São Paulo, crescimento e pobreza*. São Paulo: Vozes-Cebrap. 1983. p.167.

¹⁰ Idem. *Ibidem*. p. 163.



brasileira. O uso do território da cidade revela a segregação baseada nas desigualdades dos atos de uso. Há também outros usos que definem uma certa territorialidade através das formas de apropriação difusa e em alguns casos delimitadas, até certo ponto, pelo poder público, como é o caso das áreas de prostituição. Segundo Sarah Feldman¹¹, “essa atividade caracteriza e marca alguns bairros da metrópole como é o caso de Santa Ifigênia e Campos Elíseos com seus hotéis, apartamentos e o *trottoir*. A chamada ‘boca do lixo’ se mantém como território definido, delimitado e controlado pelo Estado policial e são lugares onde se combinam as funções de local de trabalho, e de moradia das mulheres”. Esta apropriação se dá através de um acordo tácito com a polícia e nesse sentido o processo segregatório se configura como um confinamento velado.

Ainda segundo a Autora, processo diverso ocorre na Vila Buarque onde se estrutura o primeiro território de prostituição destinada exclusivamente às classes altas; nesse caso há um processo de camuflagem que possibilita a organização de um território que se exclui da cidade como um território de prostituição que se inclui no contexto da cidade enquanto espaço de concentração da vida noturna. A chamada boca do luxo se configura como espaço de especialização funcional em que a organização da prostituição é internalizada na organização das boates e não exerce a dupla função de ser local de trabalho e de moradia¹².

Os lugares da cidade se dispõem desigualmente, dos centros de decisão aos centros comerciais. Há também aqueles que apontam para a constituição de uma *identidade cultural abstrata*, determinada pela sociedade de consumo, que marca a relação entre pessoas mediadas pela mercadoria, como é o caso dos *shopping centers* que se transformam em imensas áreas privadas e normatizadas de lazer para a população de alto poder aquisitivo, seguras e assépticas, mas que determinam comportamentos, relacionamentos e a fama do lugar criando uma identidade espacial. Isto porque a reprodução das relações sociais se realiza cada vez mais fora da fábrica, na cidade cuja vigilância camufla e onde a normatização ocorre da forma difusa, determinando gestos, gostos, comportamentos, valores, modos de morar, de consumir, onde se gastam as horas de lazer, etc., e onde a mídia vai assumindo papel cada vez mais determinante no processo, fornecendo uma “ideologia do consumo”. Assim o cidadão enquanto representação do “eu” consumidor se realiza no ato da compra, ou mesmo no lugar onde a mercadoria parece reinar de forma absoluta como é o caso do *shopping centers* – lugar precípuo da exposição da mercadoria, do consumo imaginário, cujo sucesso, no Brasil, se baseia na existência imaginária das coisas, posto que o consumidor se nutre de símbolos e dos desejos coisificados.

Trata-se da constituição de um modo de vida urbano a partir da programação do cotidiano – num ambiente urbano adaptado para esse fim. Aqui podemos, no externo, afirmar que é a identidade do *homo urbanus*, enquanto produto de um modelo forjado pelas necessidades da reprodução. Podemos, se quisermos ir mais a fundo e pensar a identidade abstrata enquanto identidade possível, proveniente da predominância absoluta da troca sobre o uso. “Depois da casa, os lugares mais seguros são os shopping centers que procuram na sua artificialidade recriar a vida exterior, simulando ruas, praças, alamedas, bulevares, implantando praças de alimentação e outros equipamentos de lazer como cinemas, discotecas, parques de diversão, circos, pistas de patinação, exibindo *shows*, desfiles de moda, exposições de artes, só para citar alguns. Longe de resgatar a vida social tradicional dos antigos bairros, as relações são impessoais, garantido o anonimato, tão afeito ao individualismo pós-moderno”¹³.

Podemos constatar que “assiste-se ao rompimento do modo de vida tradicional e com isso finda-se a unidade que estava na base das antigas relações que permeavam a vida na cidade. As mercadorias substituem os

¹¹ “As segregações espaciais da prostituição feminina em São Paulo”. *Espaço e Debate*, 28, ano IX. São Paulo, 1989.

¹² *Ibidem*, p. 64/5.

¹³ Adyr A. Balastrieri Rodrigues. “Lugar, não-lugar e a realidade virtual no turismo globalizado”. *Revista do Departamento* n° 10. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1996.



vínculos entre as pessoas, enquanto a mídia produz a não-comunicação num mundo em que exaltam-se as virtudes da comunicação (...) a cidade transforma-se no espetáculo do consumo, as ruas redimensionam-se e ganham outro conteúdo que elimina o lúdico, transformando-se em lugar de passagem. As grandes lojas de departamento e os *shopping centers* substituem o lazer, ou melhor, viram lazer”¹⁴.

Há também lugares delimitados onde as ações não se fixam de forma contínua pois o uso é esporádico, o que marca o que poderíamos chamar de uma “territorialidade móvel”. Isto é, como a forma do espaço é também aquela do encontro-reencontro e contempla a simultaneidade, pode-se falar em formas de apropriação de “uso temporário” e irregular no tempo, mas que guarda uma territorialidade marcante no plano simbólico dos habitantes da metrópole como é o caso da Avenida Paulista, em São Paulo, que acabou ganhando significado do encontro, da comemoração, da reivindicação, da festa, e que para o cidadão da metrópole dá a sensação de pertencer ao lugar e a uma comunidade.

A identidade do grupo guarda uma dimensão espacial, o que, para Maurice Halbwachs¹⁵, diz respeito ao fato de que toda memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo, portanto uma memória dividida – real ou fictícia – propicia a coesão de um grupo e, em consequência, cria a integração. Um grupo que só se pode visualizar num espaço onde elementos da sua história estão presentes. Cada grupo definido localmente tem a própria memória e uma representação do tempo que é só dele. Ocorre que cidades provinciais se fundem em uma nova unidade enquanto o tempo comum se amplia. Esse fato nos colocaria diante de uma nova dimensão da relação entre a constituição da identidade e das relações do indivíduo com o espaço e o tempo. Paquot chama atenção para o fato de que a aceleração das temporalidades urbanas exige novos modos de compreender o espaço. Ao demarcar o lugar, com suas ações, com seu “ir e vir” no *uso*, para a vida, o homem se identifica com o espaço porque seus traços, suas marcas o transformam. Na convivência com o lugar, e nele se produz a identidade.

Essa exposição demonstra que há formas múltiplas e simultâneas (se bem que não justapostas, posto que hierarquizadas) de lugares na metrópole marcando momentos da relação entre espaço e cidadão no desenvolvimento do processo de reprodução que cria constantemente novas territorialidades através do processo de destruição-criação apontando identidades, segregações e exclusões. Já dissemos que os lugares são delimitados, mas os limites se chocam na metrópole, o espaço urbano aparece em sua multiplicidade como um caleidoscópio cujos desenhos, sempre móveis, se definem por práticas sociais fluidas que significa que os espaços não apenas podem justapor-se, mas compõem, interpõem, se chocam, mas cada fragmento revela também particularidades pois se move em função de estratégias. O gueto assinala o fato de que o lugar é construção e delimitação que ganha sentido no tempo enquanto expressão espacial particular e localizada que se coloca, para o cidadão, no plano do vivido e do imediato. Nesse sentido o gueto permite pensar a constituição da identidade vivida e não concebida.

A existência dos guetos aponta para as particularidades da sociedade que se impõe como o diferente, posto que reafirma as diferenças apontando possibilidades de resistência do cidadão diante da construção da identidade abstrata produzida no mundo moderno. São resíduos que se mantêm e que estipulam claramente a luta pelo direito à cidade.

As formas que a sociedade produz guarda uma história, pois o tempo implica duração e continuidade. As formas materiais arquitetônicas guardam uma certa monumentalidade com seu conteúdo social que a memória ilumina, torna-o presente e com isso lhe dá espessura (conteúdo ao presente). A memória articula espaço e

¹⁴ Ana Fani Alessandri Carlos. “O espaço e tempo no cotidiano”. *Revista Brasileira de Geografia*. IBGE, 1993.

¹⁵ Citado por Paquot, in *La ville*, cit., p. 233.



tempo, ela se constrói a partir de uma experiência vivida num determinado lugar. Produz-se pela identidade em relação ao lugar, assim lugar e identidade são indissociáveis. O histórico tem suas conseqüências, o diacrônico, o que se passa modificando lugares inscrevendo-se de outra forma no espaço. O passado deixou traços, inscrições, escritura do tempo. Mas esse espaço é sempre hoje como outrora um espaço presente dado como um todo atual com suas ligações e conexões em ato. A memória liga-se decididamente a um lugar. Pode-se perceber de modo mais claro, no caso da metrópole paulista, nos bairros, no momento em que a metrópole explode em uma multiplicidade de centros e subcentros implodindo a centralidade, mas, ao mesmo tempo, interioriza no vivido o coletivo pois o indivíduo só se realiza no e pelo outro pelo imbricamento entre as histórias coletivas e individuais, ligadas a um espaço determinado, aquele da vida.

A memória aproxima, faz mover/retroceder o tempo. É o campo do irreduzível, é o que permite ao passado aproximar. Enquanto há o que recordar, o passado se enlaça no atual e conserva a vivacidade cambiante que significa uma ausência em presença¹⁶.

Se de um lado a cidade não conta o seu passado, mas “o contém como nas linhas das mãos, inscrito nas ruas...”, por outro lado, “todas as futuras cidades estão contidas dentro da outra, apertadas, exprimidas, inseparáveis”¹⁷, significa dizer que passado e futuro, memória e utopia contidos no presente da cidade, a primeira enquanto virtualidades realizadas, a segunda enquanto possibilidades que se vislumbram.

¹⁶ Henri Lefebvre. *Presencia y ausencia*. Mexico: Fondo de Cultura Económica. 1983, p. 63.

¹⁷ Italo Calvino. *Cidades invisíveis*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. p. 14.

A RUA: ESPACIALIDADE, COTIDIANO E PODER

“...a rua em derredor era um ruído incomum...”

Baudelaire

Pode-se pensar várias alternativas para se abordar o tema da espacialidade. Como minha preocupação está centrada no entendimento do urbano a partir das análises da metrópole paulista, fui buscar na RUA um ponto de partida para a reflexão. Por que a rua?

Escrevem alguns autores que nas ruas os homens não fazem mais do que passar. Já para Saramago, há na rua mais do que simples pressa. Para nós há um mundo que se revela nas ruas da metrópole. Nas ruas o presente nos assedia, traz a marca dos itinerários às vezes dispersos, difusos ou mesmo concentrados definidos pela vida cotidiana.

Podemos afirmar que a vida aí é inesgotavelmente rica e plena de energia — é o nível do vivido. Na rua encontra-se não só a vida mas os fragmentos de vida, é o lugar onde o homem comum aparece ora como vítima, ora como figura intransigente e subversiva. No movimento da rua encontra-se o movimento do mundo moderno. “Não posso dizer o quanto me fazem falta as ruas”, escreve Charles Dickens de Lausanne onde trabalhava, “é como se elas fornecessem algo ao meu cérebro do qual ele não pode prescindir para poder trabalhar (...) minhas personagens parecem querer ficar quietas se não têm uma multidão ao redor”¹.

A rua se coloca como dimensão concreta da espacialidade das relações sociais num determinado momento histórico, revelando nos gestos, olhares e rostos, as pistas das diferenças sociais.

Monet em seu quadro *La rue Montorgueil* datado de 1878, em cores vibrantes, onde os corpos se destacam preenchendo os espaços da rua num bailado livre e gracioso, nos dá a impressão de que a rua é o lugar da vida. O colorido parece expressar um momento de festa que marca as formas de uso da rua... “mostra, às claras o domínio, a liberdade resplandecente e alegre de Monet que sugere tudo...” segundo o guia do Musée d’Orsay.

Finalmente na rua se tornam claras as formas de apropriação do lugar e da cidade, e é aí que afloram as diferenças e as contradições que permeiam a vida cotidiana, bem como as tendências de homogeneização e normatização impostas pelas estratégias do poder que subordina o social.

O tema da “rua” nos coloca diante do fato de que na análise do espaço urbano o lugar aparece com significados múltiplos. A cidade, em si, só pode ser determinada como lugar à medida que a análise incorpore as dimensões que se referem à constituição, de um lado, do espaço urbano, e de outro, aquela da sociedade urbana. Todavia a cidade é reproduzida a partir da articulação de áreas diferenciadas com temporalidades diferenciais que se produzem, fundamentalmente, da constituição de uma forma de apropriação para uso que

¹ Citado por Benjamin. “Paris do segundo império Baudelaire”, in Flávio Kothe (org). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.



envolve especialidades que dizem respeito à cultura, aos hábitos costumes, etc..., que produzem singularidades espaciais que criam lugares na cidade das quais a rua aparece como elemento importante de análise.

A rua expressa, na metrópole, uma morfologia hierarquizada socialmente como aponta Gogol em seu livro *Avenida Nievesky*, quando discute os usos da avenida a partir do uso pelos habitantes da cidade em cada momento do dia. Marca a vida no movimento dado pelo uso. E assim os usos da rua, o entendimento de como se organiza a sociedade em seus hábitos e costumes, pois a rua se liga à idéia da construção dos caminhos que junto com a casa criam o quadro de vida. Mas na metrópole o caminho vira rua, depois se transforma em avenida, e nesse ponto da história das formas de apropriação da cidade, a rua deixa de ser extensão da casa para se contrapor a ela. O que temos é que as casas de hoje, na metrópole, vivem trancadas com pessoas dentro, diante da televisão, sem contatos com a vizinhança pois cada vez mais a casa tem a função de preservar a individualidade, reforçando o privado. Desse modo o que era público, o que acontecia no ambiente da rua se fecha “intramuros”. Desse modo os lugares da cidade se delimitam, se fecham, se tornam exclusivos. De um lado produz-se um espaço onde se limita cada vez mais rupturas entre os lugares do trabalho, do lazer, da moradia, onde a estratificação socioespacial se revela nos acessos diferenciados funcionalmente. De outro, como a sociedade existe no uso, dado pelas divisões no espaço, as atividades tendem a se desenvolver, na metrópole, em ambientes fechados. Por toda a metrópole pontuam academias de ginásticas, escolas de natação ou clubes; enquanto os numerosos edifícios que se constroem sem parar nascem com estruturas privada de lazer (*playground*, saunas, quadras de esporte). O que significa que se atenua a sociabilidade na metrópole com o aprofundamento da diferenciação entre o “público” e o “privado”.

A atenuação da sociabilidade é marcada pelo fim de atividades que aconteciam nos bairros, com o fim das relações de vizinhança provocado pela televisão, num primeiro momento, e pelo adensamento dos automóveis, em outro, que tirou as cadeiras das calçadas. Consta-se o fim das procissões, onde todos se encontravam; o fim das quermesses que marcaram o período das festas juninas; o fim dos encontros nas esquinas, os ensaios das escolas de samba que antes ocorriam nas ruas dos bairros, hoje ocorrem em quadras cobertas e fechadas, a destruição de ruas e praças em artigos bairros que acabam com pontos de encontro, etc.

A metrópole — em visão de grandiosidade aparece em formas exuberantes, ensurdecidora — aparece como o símbolo de um novo mundo, do moderno. Tudo lembra, ou melhor, em tudo há sinais dos tempos modernos marcados pelas formas arquitetônicas grandiosas, nas largas avenidas congestionadas, ruidosas. Espaço instável, em profundo processo de mutação em que no seio da agitação a multidão cada vez mais densa, amorfa, perde sua identidade.

A rua se abre para a discussão dos novos objetos construídos no mundo atual e que contribuem para transformar as relações entre os homens — relações de vizinhança, por exemplo — e entre estes e a cidade. Os *walkmen*, os telefones celulares nos carros, os patins, as bicicletas, são elementos importantes para discutir a construção de uma nova urbanidade na metrópole.

A cidade de São Paulo pode ser lida através dos usos da rua. Todavia, como assinalamos, o significado da rua nem sempre foi o mesmo e nem é o mesmo em todos os lugares da metrópole. Mas de “lugar do estar” as ruas da metrópole definitivamente se transformam em lugar de passagem. Mas não perdeu para sempre o seu sentido de lugar de encontro bem como de reunião, por mais que, hoje, se tenham tornado esporádicos. Quantos pés já não deixaram aí suas pegadas?

No transcurso de um único dia é possível presenciar que as ruas da cidade são tomadas por passos com ritmos diferenciados, com destinos diferentes. Os usos da cidade vistos através da rua permitem perceber os tempos simultâneos. Ela guarda múltiplas dimensões.



A rua pode ter o sentido de passagem, apenas enquanto meio — de manhã o que vemos pelas ruas desde as primeiras horas do dia é um grande fluxo de trabalhadores, que meio acordados, meio sonolentos, se dirigem ao trabalho.

A rua pode ter o sentido de fim em si mesma quando seu uso se volta para, por exemplo, a realização da mercadoria. No caso de São Paulo há os *camelôs* que se instalam no espaço público da rua, apropriando-se dela privadamente. Há também *comércio de semáforo* nas esquinas mais movimentadas da metrópole onde se vende um pouco de tudo, dependendo da estação e do calendário de festas e atividades. Em dias de jogos de futebol abundam bandeiras, camisas, bonés, fitas dos times envolvidos. Quando o Brasil está na final de algum evento esportivo são bandeiras brasileiras, que estão em todos os pontos movimentados da cidade. No dia das mães, dos namorados, das secretárias, de finados, há flores por todos os lados. Durante os dias da semana e nos finais de semana a frequência é diferenciada por tratar-se de atividade sensível ao fluxo de pessoas. E este é variável em função das 24 horas do dia e entre dias da semana e finais de semana.

A rua pode ter o sentido do mercado/aquele vinculado à troca com destino — aqui é o lugar da feira que reúne pessoas, a rua ocupada pelos camelôs, como podemos ver no caso do centro de São Paulo.

A rua pode ter o sentido da festa ao final dos campeonatos esportivos mundiais de que o Brasil participa, ou mesmo nas finais do campeonato paulista ou brasileiro de futebol, quando os torcedores tomam as ruas da metrópole para comemorar.

A rua pode ter o sentido da reivindicação — é na cidade que emergem as lutas que se manifestam enquanto movimentos que ganham visibilidade quando tomam os espaços públicos, principalmente os pontos de centralidade.

A rua no caso de São Paulo também tem o sentido do morar — os “sem-teto”. É cada vez maior o número de pessoas desempregadas ou que vivem de “biscate” e que não podem alugar sequer um barraco numa favela, e que vivem pela cidade em baixo dos viadutos e pontes que lhes servem de abrigo.

As ruas também são apropriados como território de domínio de gangues as mais diversas que recortam os lugares determinado territórios exclusivos onde impõem suas leis e normas de comportamento.

As ruas têm sentido da normatização da vida — as placas, os semáforos indicam o sentido dos passos, o lugar do encontro, orientam e determinam o fazer, bem como o modo de percorrê-las.

As ruas têm o sentido da segregação social, elas apontam a hierarquia social através de uma hierarquia espacial — marcada nas formas de uso.

Há também a *formação dos guetos* abundantes na metrópole e que marcam a diferença entre usos e costumes, que estamos chamando de *guetos urbanos* e que se diferenciam dos das gangues pois têm uma dimensão cultural.

Finalmente a rua *ainda preserva o sentido do encontro*. Estes quase sempre referem-se aos finais de semana quando, em virtude da diminuição do tráfego de automóveis, é possível, às crianças brincarem em alguns lugares da cidade. Os parques e algumas praças são usadas nesse sentido. Aqui os ruídos diferem sensivelmente daqueles dos dias da semana. Em algumas áreas públicas as pessoas vão para se expor. O encontro de pessoas que se conhecem há tempo e que jogam carta, por exemplo. Aqui também se incluem alguns dos usos acima citados mas queremos exemplificar com a festa de San Genaro que ocorre anualmente na Mooca e que nos parece ter o sentido do *encontro enquanto festa* que marca o fato de que mesmo com a escalada do individualismo cresce, emergem aqui e ali, na metrópole, novos ou velhos usos do espaço que provam que nem tudo foi capturado. Nos bairros italianos antigos da metrópole paulista, ainda restam as festas em homenagem à padroeira das regiões de origem dos migrantes; as procissões ainda têm apelo em algumas comunidades, as quermesses

reúnem vizinhos em torno das barracas típicas para conversar tomando quentão, mudando no seu decorrer, literalmente, a vida no bairro.

Assim, a rua enquanto nível de entendimento do cotidiano e da espacialidade das relações sociais coloca-se na perspectiva da constituição da sociedade urbana em seu movimento interno baseado na prática social na medida em que expõe o vivido. Ela também se abre enquanto palco e espetáculo em que se transformou o cotidiano hoje no mundo moderno, abrindo uma infinidade de perspectivas para análise e entendimento da sociedade urbana.

Para Henri Lefebvre², a rua “representa a cotidianidade na nossa vida social (...) Lugar de passagem, de interferências, de circulação e de comunicação, ela torna-se, por uma surpreendente transformação, o reflexo das coisas que ela liga, mas viva que as coisas. Ela torna-se o microscópio da vida moderna. Aquilo que se esconde, ela arranca da obscuridade. Ela torna público”.

A rua, nos trabalhos de Lefebvre³, não é apenas um lugar de passagem e de circulação, mas o *lugar do encontro*, sem o qual não é possível outros lugares de encontros como os cafés e os teatros. A rua tem uma animação própria: “na rua, teatro espontâneo, eu me torno espetáculo e espectador, às vezes ator. Aqui se efetua o movimento, uma mistura sem a qual não existe vida urbana, mas separação, segregação estipulada e fixa”.⁴

Na rua se joga e aí se aprende no contato com o outro uma nova dimensão da vida — aquela que se constrói na prática social onde está posta a sociedade urbana em constituição: com seus símbolos e funções informativa e lúdica.

A rua também é o lugar da desordem, na medida em que os elementos da vida urbana, imóveis na ordem fixa, se liberam e para aí afluem. Para Lefebvre, “a rua e por meio deste espaço, um grupo (a cidade mesma) se manifesta, aparece, se apropria dos lugares, realiza um tempo-espaço apropriado; uma tal apropriação mostra que o uso e o valor de uso podem dominar a troca e o valor de troca. Quanto ao movimento revolucionário, ele se passa geralmente na rua”.

Tanto quanto o cotidiano a rua apresenta-se para análise a partir de dois momentos intrínsecos e contraditórios; se de um lado a rua é lugar da manifestação da diferença ela de outro é expressão da normatização do cotidiano. Basta pensarmos no viaduto do Chá — no centro da metrópole de São Paulo — onde uma multidão fervilha. Lugar de encontro? Não se pode chegar a tanto visto que as pessoas se acotovelam, mal se vêem, passam rapidamente esperando chegar em algum lugar no mais curto espaço de tempo possível. Alguns efetivamente aí ficam no caminho, os camelôs e os fregueses em potencial. Nesse caso a rua não permite a constituição de um grupo a partir da relação com outro. Eventuais contatos são mediados pela mercadoria oferecida-comprada. Aqui trata-se da rua invadida pelo “mercado”.

Aqui o *tempo* é o tempo da sociedade capitalista, é o ritmo do trabalho, e o contato é aquele imposto pela troca que seduz, tenta e transforma a cidade em vitrine, luzes coloridas de *néon*, em imagens.

Na realidade, essas imagens representam o poder da não-comunicação que manifesta a alienação do cotidiano. O mundo da mercadoria entra no cotidiano obedecendo à lógica geral do processo de reprodução — “o mundo trata melhor quem se veste bem” apareceu, certa vez escrito em *outdoor da Us Top*.

O cotidiano hoje se empobrece no sentido em que cada vez mais ele está subordinado ao mundo das mercadorias, em que os sinais de *status* permeiam as relações, e o valor de troca subjuga e captura o sentido do uso. Nessa perspectiva o cotidiano se apresenta como o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e

² *Critique de la vie quotidienne*, vol.II. Paris: L’Arche Éditeur, 1961, p.309.

³ *Ibidem*, p.310

⁴ *La révolution urbaine*. Paris: Gallimard, 1970, p.29.



homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valores, etc. Tudo programado pelo capitalismo e pela estratégia estatal que organiza o cotidiano (modo de morar, vestir, como e onde despendem as horas de folga e lazer) tratando de abolir a diferença.

O flâneur, personagem da Paris de Baudelaire analisado por Walter Benjamin, nos dá a dimensão desse empobrecimento. “Ocioso caminhava como se fosse uma personalidade: assim era o seu protesto contra a divisão do trabalho, que transforma as pessoas em especialistas. Assim ele também protestava contra a operosidade e eficiência. O flâneur gostava que seu ritmo fosse determinado pelas passagens. Se dependesse dele o progresso teria que aprender esse passo mas não foi ele quem nisso teve a última palavra, foi Taylor que transformou em palavra de ordem ‘abaixo a *flânerie*’ (...) se a passagem é a forma clássica do interior — e é assim que a rua se apresenta para o *flâneur* — a sua forma decadentista é a casa comercial. A casa comercial é a última grande brincadeira *flâneur*. Se no começo a rua se transforma no interior de uma casa, agora esse interior se transforma para ele numa rua, e ele criava pelo labirinto das mercadorias assim como antes pelo labirinto da cidade.”⁵

Na rua, o comportamento das pessoas e suas estratégias de sobrevivência na multidão que configura a grande metrópole marca o limite entre cheio e vazio. Os homens se movem em meio às ruas abarrotadas de gente, tendo a solidão ao seu redor onde os sinais de trânsito coordenam a passagem do tráfego os passos dos pedestres, “regendo a orquestra da cidade”⁶.

O ritmo da vida cotidiana é marcado pelas estratégias da reprodução das relações sociais — pela compra e venda, pela especulação no espaço.

Assim, o cotidiano, o espaço e o urbano se reproduzem em função da reprodução das relações de produção a partir das determinações de um lado da valorização do capital e de outro da estratégia estatal que ganha espacialidade através da *morfologia hierarquizada* que se consubstancia a partir de uma rede de fluxos que interligam os lugares, ao mesmo tempo em que expressa a morfologia social, que hierarquiza os indivíduos na sociedade.

As estratégias de poder atuam na produção do espaço através das instituições — de modo a interferir com rapidez a partir de uma operação programada, em que o dispositivo policial não é mais do que um aspecto do controle — os órgãos burocráticos funcionam em todos os níveis da administração e sua estratégia baseia-se no repetitivo na programação da vida em todas as suas instâncias.

A dimensão espacial da realidade social nos coloca diante da articulação espaço-sociedade na medida em que a produção da vida, no cotidiano do indivíduo, não é só a produção de bens para a satisfação de necessidades materiais é também a produção da humanidade do homem.

A produção espacial é desigual posto que é produto decorrente da produção social em que a unidade espaço-sociedade traz implícita a desigualdade que repousa na reprodução que se estrutura a partir de relações de dominação-subordinação centrada no processo de acumulação do capital/centralização do poder criando a metrópole como expressão última da base urbana onde todos os elementos são conhecidos e as semelhanças vão até a identidade e a equivalência visível. É o processo de homogeneização, consequência do processo de globalização que tem implicado a unificação do espaço mundial hierarquizado entre Estados que têm por elo formal o mercado mundial.

Mas a hierarquização do espaço não se dá apenas na escala mundial, na medida em que o processo desigual distingue centros de poder, riqueza, lazer, informação, guetos, que se multiplicam e se hierarquizam em todos os níveis espaciais.

⁵ “A Paris do segundo império em Baudelaire”, p. 81/2.

⁶ Benjamin. *Rua de mão única*. São Paulo: Brasiliense, p.158.

Hierarquizado, o espaço também se fragmenta através das formas de apropriação seja ele para a produção quanto para o consumo (residência, lazer, etc.). Nesse sentido o espaço se fragmenta em pedaços separados cujo conjunto se apresenta cada vez mais como consequência da atividade parcelada, que escapa às pessoas. Nesta fragmentação o sujeito se esfuma no cotidiano, expresso nas cenas dramáticas que a rua nos oferece.

Podemos citar exemplos do controle no cotidiano através de fórmulas de determinação de padrões na metrópole passíveis de ser percebidas na rua.

a) a indústria do corpo — para a manutenção através de forma física a partir de um padrão que impõe à mulher o cultivo dos músculos a cintura perfeita, “uma típica cena urbana daquelas da metrópole, no capítulo angústia estética, o mundo da ginástica e o culto do corpo, com uma parafernália técnica cada vez mais desconcertante”⁷. Homens e mulheres de bicicleta, ou fazendo *cooper*, marcam a paisagem dos calçadões da orla marítima, por exemplo.

b) A existência dos *shopping centers* nas grandes cidades como “templos do consumo” determina quem aí entra, com que roupa, e comportamento, que povoa a imaginação dos jovens como ponto de encontro e modificando o bairro onde se localizam pois tendem a esvaziar a rua.

c) Numa reportagem sobre a boate Gallery em São Paulo, a revista *Veja* (maio/91) mostra um mapa interessante: é a distribuição hierarquizada dos freqüentadores do local pelo nível de consumo e lugar na escala social, um ponto que determina e cria comportamentos a partir de uma etiqueta rígida.

d) A construção do sambódromo da cidade de São Paulo que normatiza uma festa que era popular e espontânea agora capturada e vendida como mercadoria. Ele aparece como a *não-apropriação da rua*. “Ele foi construído dentro do Parque Anhembi fora das rotas internas de tráfego (...) pode ser alcançado por uma malha viária funcional (...) Os sambistas ganharam de fato um lugar que reúne um bom número de condições técnicas para desempenharem-se”⁸. Ao mesmo tempo que se faz a apologia da técnica enquadra-se o cidadão em papéis que lhe são impostos pela normatização da sociedade, e se “mata a rua”.

No que se refere à estratégia política mediante controle estatal o espaço se produz de modo a regularizar os fluxos — não somente de energia, de compra e venda das matérias-primas e mercadorias, mas também de informação, mão-de-obra — impondo um espaço regulador, repressivo e contraditório.

Campo da auto-regulação voluntária e planejada, o cotidiano, enquanto construção da sociedade, se organiza segundo uma ordem fortemente burocratizada e preenchido por repressões, coações, pressões de todos os níveis, que incluem a vida familiar.

A rua é também o lugar privilegiado da repressão imposta de forma clara ou sub-reptícia em função das estratégias do Estado. Isto fica claro nas proibições de reunião de pessoas em áreas públicas — praças, ruas, avenidas.

Preso a inúmeras coações que se compõem de repetições mecânicas no trabalho e dias sempre iguais a rua acaba reduzindo-se à função de passagem, de ligação entre lugares desta forma organizada para o consumo do lugar: regularização da velocidade de proibição/liberação de estacionamento, liberação ao tráfego quando se torna necessário “olhar as vitrines” e comprar produtos expostos, e não a apropriação para o uso. Nesse caso a rua, para Lefebvre⁹, regula o tempo além do tempo de trabalho; ela submete ao mesmo sistema, o do rendimento e do lucro. Ela é apenas transição obrigatória entre o trabalho forçado, os lazeres programados e a habitação como lugar de consumo.

⁷ O corpo a corpo do massagista das dores e vaidades. *Veja*, junho92,p.10.

⁸ O carnaval ganha seu espaço e já não pede passagem. *Veja*. 6/2/91

⁹ *La vie quotidienne*, vol. III, cit.



Mas a rua em sua função de passagem também organiza o cotidiano do trabalhador. Assim se expressa o poeta Jacques Prévert em *Paysage Changeante*: (...) “todos os trabalhadores, meio acordados, meio adormecidos atravessam a paisagem fixa entre a madrugada e a noite, a paisagem de tijolos e janelas, a paisagem eclipse, a paisagem prisão, a paisagem sem ar sem luz sem risos nem estações a paisagem gelada em pleno verão como o coração do inverno...”¹⁰

Na rua se observa o predomínio do econômico na sociedade levado ao extremo, em que a eliminação dos símbolos se dá de forma inequívoca em proveito dos signos, que normatizam o comportamento, ordenam o que comprar, vestir, onde e como ir, através da generalização dos condicionamentos da vida cotidiana a uma só dimensão; aquela do comando.

Os *out doors*, o *néon* e as placas manipulam pessoas como signos da modernidade enquanto efêmero e transitório, são a expressão do tempo no cotidiano — o tempo da troca.

É esse tempo da troca que privilegia a circulação em detrimento dos pontos de encontro que marca num conto de Benjamin o tema da solidão e o sentido do vazio da cidade: “homens e grupos que se movem em suas ruas têm a solidão ao redor. As ruas de Berlim aparecem como largas avenidas principais isoladas e desertas”¹¹. Em Lefebvre quando a rua cessa de ser interessante a vida cotidiana perde o interesse. Para o Autor¹², à medida que a rua perde a característica de lugar de encontros ou de solicitações e de aventuras, quando ela se esvazia e quando a circulação intensa de carros a torna insuportável, a cidade se transforma em deserto lunar.

Assim a supressão da rua implicaria a extinção de toda a vida. Alguns autores (Berman e Levy por exemplo) discutindo as cidades americanas e canadenses apontam a tendência da supressão ou eclipse da rua na vida da cidade proveniente de um tipo de urbanismo que constrói a via expressa, as amplas pistas de trânsito rápido como necessidade imperiosa dos ciclos de reprodução do capital e do controle da vida cotidiana que aparece como o “único mundo possível”. Em São Paulo, a quase extinção dos “campos de várzea”, a construção de sambódromos e do “minhocão” destruindo bairros é expressão clara desse fato.

O eclipse da rua que se apresenta para Jacques Levy¹³ como traço comum da cidade americana, na realidade refere-se ao esvaziamento do centro da cidade que se transforma cada vez mais num lugar despovoado, exclusivo centro de negócios e poder, concentração comercial relegado aos centros de compra em lugares fechados que “reduzem o atrativo do centro” — um centro que não se tem praticamente ocasião de acessar a pé, e que interessa cada vez menos às pessoas, fazendo com que as trocas/encontros se dêem de forma mais difusa, reforçando as práticas individualistas cuja estratégia implicou o binômio carro-subúrbio como produto de auto-exclusão dos habitantes das áreas centrais.

Marshall Berman¹⁴ escrevendo sobre o Bronx, em Nova York, nos dá uma idéia da transformação da rua que se transforma na via expressa como sinal do mundo moderno que, afastando as pessoas, destrói pontos de encontro como consequência irreversível da construção de uma nova forma de cidade cujo primeiro imperativo era a ausência do espaço para a rua urbana, as visões, as instituições da cidade criaram a rodovia (*highway*). Para o autor, por obra de uma dialética fatídica, como a cidade e a *highway* não se coadunam, a cidade deve sair criando-se uma qualidade suburbana que tornou clara a obsolescência da cidade como indicou Levy.

¹⁰ *Paroles*, Paris: Gallimard, 1949, p.87/8.

¹¹ Walter Benjamin. *Rua de mão única*. cit., p.159.

¹² *Critique de la vie quotidienne*. vol. II. cit., p. 309.

¹³ *Le centre-ville vers toutes les directions*. *Espace et Temps*, n° 33.

¹⁴ *Tudo o que é sólido desmancha no ar*.

A rua nos dá pistas, nos abre perspectivas de análise, nos dá elementos sobre o mundo real, sobre a vida, os cidadãos. Sua história, suas perspectivas. Também nos deixa perdidos, mas perder-se, usando analogia de Benjamin, é uma forma de saber. Como a cidade “saber orientar-se não significa muito; no entanto perder-se numa cidade, como alguém se perde numa floresta requer instrução”¹⁵. A multidão na rua, aparentemente disforme e caótica, tem um rico significado de movimento, pois à semelhança “dos ricos caleidoscópios que giram de tempos em tempos, a sociedade coloca sucessivamente, de modo diverso, elementos que se supunham inevitáveis e compõem uma nova figura”¹⁶.

Assim pode-se afirmar que o cotidiano é muito mais que o inconsciente fluir de dias sempre iguais; é no cotidiano que o cidadão se encontra diante de coações e vigilância; mas na repetição também pode surgir a essência do imaginário. Lefebvre¹⁷ chama a atenção para o fato de que a música é mobilidade, fluxo, temporalidade e se fundamenta na repetição de motivos, temas, combinados, intervalos melódicos e através dela há o surgimento de sentimentos desaparecidos, uma recordação de momentos acabados, evocação de ausências. Nesse sentido a repetição é também obra. Há, portanto criação de um mundo prático e sensível a partir de gestos repetitivos. Há brechas no cotidiano que abrem espaço para o criativo e para o virtual. Isto posto, para apontar o fato de que há irredutibilidade ao cotidiano, pois aí é também o lugar de conflito e o lugar onde se formulam problemas; portanto, o lugar da ação.

Nesse contexto, pode-se, através da rua, apreender o imprevisto, a improvisação, o espontâneo. Isso significa pensar a rua enquanto evento. Teatralidade que se superpõe à rotina no igual e no repetitivo, onde as formas ganham a dimensão da vida cotidiana e que se refere aos pontos de referência da cidade, as praças e avenidas. Isto ocorre quando se interdita uma avenida ou mesmo se estaciona na frente de um prédio público para reivindicar. Um exemplo disto no Brasil ocorrido de norte a sul foi o movimento pelas “diretas já” quando a população tomou as ruas para exigir eleições diretas para presidência da República.

Outro exemplo marcante que varreu o país foram as manifestações pedindo o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Melo em 1992, quando multidões saíram as ruas com o objetivo de pressionar o Congresso Nacional a votar o *impeachment* do presidente, enquanto jornais e revistas estampavam as manifestações. Nas fotos os corpos dos cidadãos ocupavam ruas e praças mudavam seu uso, expulsavam os carros (donos absolutos das ruas e avenidas das grandes cidades brasileiras). “Prontos para a rua... os alunos voltam às ruas para protestar e mudar o país”, escrevia o Jornal da USP de agosto de 1992, destacando que os alunos voltavam às ruas para protestar e mudar o país. O apropriar-se das ruas aparece nos jornais como preocupação de mudar o país, o uso para o protesto marca a expressão de opinião e de determinação — é o uso para a contestação que aponta para o papel do sujeito ativo, momento de conquista da cidadania.

Os estudantes nas ruas — os jornais não se fartam de apresentar reportagens que marcam o fato de que, com suas manifestações nas ruas, inaugura-se um novo período da história do país. Mas há um elemento que quero ressaltar, para análise: é o caso de que as manifestações eram sempre muito bem-humoradas, irreverentes, descontraídas, expressas em gestos, expressões, posturas e *slogans*. Aparece como rebeldia, pois o ponto de vistas dos periódicos é aquele que reforça a racionalidade capitalista e estatal, em que não há lugar para improvisações nem acasos. Daí tanto espanto quando os jovens saem de sua apatia para reivindicar o direito de serem ouvidos, tomando o lugar dos carros, paralisando o trânsito. “Só sabemos que algo da rotina, por enquanto só sabemos que algo da continuidade foi rompido, e é nesse instante de explosão que a memória pode ressurgir: Não

¹⁵ Walter Benjamin. *Rua de mão única*. cit., p.73

¹⁶ Marcel Proust. *Em busca do tempo perdido*. Vol.II, Rio de Janeiro: Globo, 1997, p.70.

¹⁷ Henri Lefebvre. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.



enquanto nostalgia dos ‘anos dourados’ mas enquanto possibilidade de criação do novo” sentencia Miriam Chnaiderman¹⁸.

O cheio das ruas e avenidas — dado pelas manifestações — mudava de conteúdo, não era o movimento imposto pelo tempo do trabalho/do consumo; era um outro tempo que se impunha decorrente de um outro uso dos espaços públicos. Era o uso — imposto pelo corpo — que marca a expressão da opinião e da determinação públicas; o uso para a contestação.

A multidão improvisa e ao se apropriar da rua, enquanto lugar da apropriação — seja para manifestar-se politicamente, seja para a festa ou pela vitória de um campeonato de futebol, ou para participar de uma corrida ciclística, um jogo de futebol de várzea, uma procissão religiosa ou mesmo um comício ou *show* — em todas elas, muda o sentido da rua.

Mas é preciso também pensar que os negócios inteiros se baseiam na forma improvisada com a qual a rua é apropriada, marcando as condições que permeiam o cotidiano e a produção do espaço: enquanto uma multidão se reúne para comemorar a vitória de seu time, alguns montam barracas vendem um pouco de tudo; também improvisada as barracas e carrinhos tomam as ruas e esquinas. Mas há também um “comércio improvisado” permanente na metrópole; uma forma diferenciada de vida comercial torna as áreas dos grandes e movimentados cruzamentos da metrópole com o chamado “comércio semáforo” como expressão mais acabada da chamada economia informal, movimentando diariamente somas expressivas das mais diversas mercadorias.

A questão da improvisação, da espontaneidade liga-se ao nível do vivido que emerge e caracteriza o cotidiano de um determinado lugar, marcando a sua especificidade, testemunhando a existência do movimento da análise dialética que incorpora o irracional, enquanto elemento fundamental do real, que articula o essencial ao acidental, a essência e a aparência. O imprevisto, o inusitado aflora na rua e é passível de ser apreendido como elemento essencial ao entendimento do cotidiano e de sua superação. Basta estar atento. Baudelaire no poema “Lês Foules”¹⁹ acredita que gozar a multidão é uma arte e o poeta, o passante solitário e pensativo, tira proveito pois tem paixão pela viagem e sua alma está inteiramente aberta “a poesia, à caridade, ao imprevisto, que se mostra, ao desconhecido que passa”.

Podemos ainda dizer que é também a partir da rua que se pode perceber a contradição entre a existência do cotidiano enquanto categoria de análise e a do infracotidiano, pois a reprodutividade de todas as relações sociais, mediadas pela mercadoria e pelo mercado, não se dá ainda de forma homogênea no Brasil.

¹⁸ In *Folha de S. Paulo*, 26 de agosto de 1992.

¹⁹ In *Les fleurs du mal*. Paris: Calman Lévy, s.d.

A PRODUÇÃO DO NÃO-LUGAR

“... cada lugar se comunica instantaneamente com todos os outros, não experimentamos um pouco de isolamento a não ser no trajeto de um lugar para o outro, isto é, quando não estamos em lugar nenhum...”

Ítalo Calvino

O rápido processo de transformação histórica a que assistimos hoje, no mundo moderno, coloca-nos diante de uma série de desafios. Para Soja, “talvez seja mais o espaço do que o tempo que oculta de nós as conseqüências, mais a ‘construção da geografia’ do que a ‘construção da história’ que proporciona o mundo tático e teórico mais revelador”¹.

Em capítulo anterior, sobre os “guetos urbanos”, desenvolvemos a idéia de que o processo de reprodução do espaço comporta, em sua dimensão local, a constituição de um processo que se realiza na relação cidadão/cidade baseada na construção da identidade, no sentido de “pertencer ao lugar”, posto que a vida humana se realiza no plano do lugar. Aqui vou trabalhar no sentido oposto, isto é, ao lado da construção da identidade e do reconhecimento inerente ao processo de produção espacial, que produz, neste fim de século um novo espaço baseado na não-identidade e no não-reconhecimento; que é o que estamos caracterizando como “não-lugar”.

Evidentemente esse fenômeno, a nosso, ver diz respeito a um movimento específico do processo de reprodução espacial, no momento em que o processo de acumulação, para continuar de realizando, exige a existência de outros ramos da atividade produtivas, capazes de produzir para além de objetos, novas relações, comportamento valores, e um novo espaço assentado em novas estratégias. Mas é, no entanto, um espaço completamente diferente daquele gerado pelo “estranhamento” que só se cria como conseqüência do processo de transformação muito rápida por que passam as grandes cidades, em função de novas relações espaço-temporais que fazem do espaço construído algo fluido e efêmero, destruindo os referenciais urbanos que dão sustentação à vida e, com isso, dissipando a consciência urbana. Este fenômeno é produto direto da contradição entre tempo da vida humana (com delimitação biológica/cultural) e o tempo da técnica (cada vez mais veloz).

A diferenciação conceitual entre “guetos urbanos”, “não-lugar” e “a produção do sentido de estranhamento” nas grandes cidades, só pode ser entendido no contexto da reprodução espacial no momento histórico atual, no plano das contradições do espaço.

Faz-se necessário elucidar, ao leitor, que a idéia de “não-lugar”, que será aqui desenvolvida, e não se coloca como a antítese do “lugar”; por outro lado não tem, evidentemente, um sentido de negatividade, nem tampouco a ausência apesar do prefixo “não”. Na realidade vamos construir esse conceito no plano das

¹ Edward Soja. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

contradições do espaço, como conseqüência direta da relação contraditória entre valor e uso. Convém aqui esclarecer que partimos da tese de que o espaço geográfico é social, produto do processo de trabalho geral da sociedade em cada momento histórico. Assim as parcelas do espaço-produto (social e histórico) apresentam-se enquanto trabalho materializado acumulado a partir de uma série de gerações, e nesse caso específico o espaço como um todo tem valor e se reproduz a partir de uma multiplicidade de usos (não podemos esquecer que todos os lugares produzidos têm um uso sempre diferenciado), como decorrência do fato de que o processo de produzir/reproduzir é também um ato de apropriação. Nesse contexto o sentido do espaço produzido é aquele marcado por modos de produção e, conseqüentemente, de apropriação.

“Na discussão do espaço como produto social e histórico se faz necessário articular dois processos: o de produção e o de reprodução. Enquanto o primeiro se refere ao específico, o segundo considera a acumulação de capital através de sua reprodução, permitindo apreender a divisão do trabalho em seu movimento. A perspectiva da reprodução coloca a possibilidade de compreensão do geral. É evidente que só pode ser reproduzido o que antes foi produzido pelo trabalho humano; que se constrói a partir de particularidades, pressupõe a totalidade (englobando processos de circulação, distribuição, troca, consumo e seu movimento de retorno à produção de modo interligado e ampliado como um processo que se cria e se reproduz). (...) O processo de reprodução está associado às condições de vida da sociedade e determinado por ela. São as condições sociais de produção que determinam o grau e a medida em que se darão a ampliação e o desenvolvimento de suas relações. Nesse sentido o espaço geográfico incorpora uma diversidade que escapou à noção de meio geográfico.”²

O processo de reprodução atinge hoje um novo patamar; o desenvolvimento do capitalismo atinge tendencialmente todos os planos do planeta, derrubando fronteiras, nesse processo realizando-se numa escala espacial cada vez ampliada. A análise da reprodução no sentido amplo se consubstancia para além do processo de produção de mercadorias e objetos. Estes, por sua vez, “parecem ter mudado de sentido, pois no processo de mundialização do capital há uma transformação da mercadoria e de seu equivalente. Nessa escala o objeto mudou qualitativamente. No estágio atual do processo de produção o objeto, em vez de designar uma simples coisa, um objeto material, torna-se estratégico e político. Ocorre que agora não se vende mais tijolos ou habitação, mas cidades. O espaço entra na troca, torna-se mercadoria; áreas antes desocupadas entram na comercialização, posto que ocupadas por novas indústrias, como a da cultura, do turismo e do lazer (...). Assim as relações sociais de produção ultrapassam os limites do mundo da mercadoria.”³ Neste plano de análise é preciso considerar o sentido da mundialização, o que significa que o processo de reprodução das relações sociais se realiza na escala mundial. Em seu desenvolvimento o capitalismo tomou o espaço da mundialidade. Tal processo implicou a unificação do espaço mundial, onde a organização se produz a partir de uma hierarquia de Estados que vão do centro à periferia e se desenvolvem a partir de relações de dominação /subordinação, que têm como elemento articulador o mercado mundial.

Todavia a unificação das trocas não é um fenômeno meramente econômico ou mesmo político, posto que o capitalismo se modifica mudando o mundo, reproduzindo constantemente novos valores, uma cultura comportamentos, desejo, etc., a partir de uma rede sempre mais complexa de trocas, estabelecendo a predominância do espaço sobre o tempo. Significa dizer que as condições de desenvolvimento do capitalismo não são estáticas, ele se desenvolve realizando virtualidades. Mas um processo que se desenvolve desigualmente, aprofundando suas contradições. É Touraine quem faz questão de ressaltar que a globalização, “termo usado

² Ana Fani Alessandri Carlos. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP, 1994, p. 34.

³ Ana Fani A. Carlos. “A mundialidade do espaço”, in *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996, p. 124-125.



também de maneira ainda mais simples, para dar nome à difusão generalizada de uma sociedade de consumo que, à primeira vista, transformaria o planeta num imenso ‘duty free’ (...) choca-se com o fato de que todos participam do mercado mundial, mas nos países ricos 20% da população ficam fora do processo econômico, cifra que atinge 50% na América Latina e eleva-se para determinadas regiões, sobretudo na África a 80%⁴.

Como o processo de reprodução envolve a produção da vida material em seu sentido amplo, em cada momento histórico surgem novas perspectivas para sua realização. Cada vez mais este ocorre fora da fábrica, na vida cotidiana, na cidade; por sua vez o processo de mundialização, em curso, para além da cidade se realiza na esfera da sociedade urbana, colocando-nos diante de novos problemas. Henri Lefebvre, em várias de suas obras, salienta o fato de que a reprodução, que envolve a produção, acrescenta algumas coisas a esta, posto que sua estratégia está assentada no repetitivo, burocrático e cotidiano – uma reprodução que se realiza a partir de múltiplas estratégias e, notadamente, no e pelo espaço.

O capitalismo produziu um espaço instrumental, aquele da reprodução das relações sociais, o lugar e o meio da reprodução das relações de produção. A história do capitalismo tem por termo a predominância do espaço sobre o tempo. Trata-se da produção no sentido amplo, nesse sentido o espaço inteiro torna-se lugar desta reprodução aí compreendido o de lazer e o de urbano, aquele da cotidianidade. No centro do processo de reprodução, que é inerente à prática social, o processo se desenvolve criando outros setores de atividade.

A análise do mundo moderno coloca-nos diante de uma série de desafios de correntes das transformações aceleradas provocadas pelo processo de globalização como produto de desenvolvimento do capitalismo que destrói barreiras e ultrapassa obstáculos, como conseqüência de sua realização. Nesse processo o espaço tem um papel fundamental na medida em que cada vez mais entra na troca, enquanto mercadoria. Isso significa que áreas inteiras do planeta, antes desocupadas, são divididas entrando no processo de comercialização. Cada vez mais o espaço é produzido por novas indústrias como aquela do turismo, e deste modo praias, montanhas e campo entram no circuito da troca, apropriadas privativamente, enquanto áreas de lazer para quem pode fazer uso delas.

O lazer na sociedade moderna também muda de sentido, de atividade, espontânea, busca do original como parte do cotidiano, passa a ser cooptado pelo desenvolvimento da sociedade de consumo que tudo que toca transforma em mercadoria, tornando um homem num elemento passivo. Tal fato significa que o lazer torna-se uma nova necessidade. Isto é, no curso do desenvolvimento da reprodução das relações sociais, produz-se uma nova atividade produtiva, diferenciada, com ocupações especializadas que produzem um novo espaço e/ou novas formas de uso deste espaço. “A civilização industrial moderna com seu trabalho parcelar suscita uma necessidade geral de lazer e de outro lado no quadro da necessidade, necessidades concretas diferenciadas”⁵.

Nesse sentido cidades inteiras se transformam com o objetivo precípuo de atrair turistas, e esse processo provoca de um lado o sentimento de *estranhamento* – para aqueles que vivem nas áreas que num determinado momento se voltam para a atividade turística – posto que violenta e rapidamente transformado e, de outro, transforma tudo em *espetáculo* e o turista em espectador passivo.

O *sentimento de estranhamento* aparece de forma inequívoca em *A especulação imobiliária*, de Ítalo Calvino, em que descreve as transformações ocorridas na Riviera italiana a partir da incorporação da área na rota do turismo e as mudanças que este fato provoca nos moradores da cidade diante uma paisagem “querida que se morre”, da “visão de uma cidade que era as e que se desfigurava debaixo do concreto” fatos que dificultam a identificação com o lugar da vida. Deste modo “o lugar em que nasceu foi convertido em ruínas e a pátria que buscava é

⁴ Alain Touraine. ‘Um mundo em pedaços’, *Folha de São Paulo*, 13 de agosto de 1995, São Paulo.

⁵ Henri Lefebvre. *Critique de la vie quotidienne*, vol. I. Paris: Anthropos, p. 41.

feita apenas de clichês. Ele vive neste impasse. Aos olhos, esses simulacros vêm substituir tudo aquilo que acabou, acelerando sua desapareição. Implicam perda. Mas estes cenários, em vez de remeterem a fala, são, antes de tudo, construções do mundo”⁶.

A indústria do turismo transforma tudo o que toca em artificial, cria um mundo fictício e mistificado de lazer ilusório, onde o espaço se transforma em cenário, “espetáculo” para uma *multidão amorfa* através da criação de uma série de atividades que conduzem a passividade, produzindo apenas a ilusão da evasão e, deste modo, o real é metamorfoseado, transfigurado, para seduzir e fascinar. Aqui o sujeito se entrega às manipulações desfrutando a própria alienação.

Esses dois processos apontam para o fato de que ao vender-se o espaço, produz-se a *não-identidade* e, com isso, o *não-lugar*, pois longe de se criar uma identidade produz-se mercadorias para serem consumidas em todos os momentos da vida, dentro e fora da fábrica, dentro e fora do ambiente de trabalho, nos momentos de trabalho e de não-trabalho. Para Debord, “o mundo por sua vez tempo presente e ausente que o espetáculo revela o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido. E o mundo da mercadoria é também mostrado como ele é, pois seu movimento é idêntico ao distanciamento dos homens entre si e em relação ao seu produto global.”⁷.

Ainda podemos afirmar que os lugares são cada vez mais marcados por outros ritmos, por outras relações pessoais, por outros símbolos (ou pela substituição destes por sinais), que ganham novos conteúdos, ora redefinindo antigos lugares ora criando outros lugares.

Auge traz uma importante contribuição ao desenvolvimento do tema em questão, mais do que de não-lugares, fala sobre a “abolição de lugares”, apesar de afirmar que lugar e não-lugar não se opõem. Para o Autor, o lugar tem um sentido estrito e simbólico, liga-se à idéia de espaço antropológico, que se refere sempre “a um acontecimento (que ocorreu) a um mito (lugar dito) ou a uma história (lugar histórico)”⁸. Afirma também que “se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá o não-lugar”⁹. No contexto dos não-lugares o Autor inclui os aeroportos, auto-estradas, estações ferroviárias, os supermercados que aparecem como lugares de passagem, da não fixação, que para Auge são os espaços da supermodernidade que vão impondo à consciência individual novas vivências marcadas pela solidão, associadas à proliferação dos não-lugares. Assim na sua definição de não-lugar, Auge inclui, de um lado, espaços constituídos em relação a determinados fins como aqueles de transporte, lazer, comércio, trânsito, e de outro lado a idéia da relação que os indivíduos mantêm com esses espaços.

Em muitos casos a figura do viajante aparece para explicar o sentido último de não-lugar, como aquele da passagem, da não-relação ou mesmo da não-identidade uma vez que o viajante constrói sempre uma visão fragmentada daquilo que vê, instantâneos parciais organizados confusa e fragmentariamente em sua memória. Nesse contexto a viagem construir-se-ia pela relação fictícia entre olhar e paisagem. Assim o espaço do viajante aparecia, para Auge, como arquetípico do não-lugar. Um espaço onde “nem a identidade, nem a relação, nem a história fazem sentido, onde a solidão é sentida como superação ou esvaziamento da individualidade, onde só o movimento das imagens deixa entrever, por instantes, àquele que as olha fugir, a hipótese de um passado e a possibilidade de um futuro”¹⁰.¹¹ Calvino¹¹ não usa a expressão não-lugar, mas, ao falar sobre o viajante, assinala

⁶ Nelson Brissac Peixoto. *Cenários em ruínas*, São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 203.

⁷ Guy Debord. *La société du spectacle*. Paris: Essais, 1992.

⁸ Marc Auge. *Não-lugares*. São Paulo: Papirus, 1994, p.77.

⁹ Ibidem, p.73.

¹⁰ Ibidem, p. 81.

¹¹ Ítalo Calvino. *Se um viajante numa noite de inverno*. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 1979.



o fato que existiria um “lugar nenhum” que se referiria à situação do viajante no percurso entre um lugar e outro, e nesse caso sua intenção é reforçar a idéia de que todos os lugares se comunicam instantaneamente com todos e que, mesmo nas estações, um viajante determinado pode ter o sentimento do retorno, de uma recuperação do tempo e do lugar perdidos. Aqui acentua-se o fato de que a relação entre o homem e o lugar é aquela da identidade.

Em Rodrigues a discussão sobre o não-lugar se realiza no plano do debate do espaço turístico, criados enquanto simulacros – são principalmente os *resorts*, verdadeiros paraísos artificiais que ilustram o caso de que “produz-se no espaço global um lugar, que nega o local, sendo portanto um não-lugar. Neste caso o turista viaja falsamente, sem sair do lugar, quase nada acrescentando a sua experiência pessoal ... o lugar é o referencial da experiência vivida, pleno de significado; enquanto o espaço global é algo distante, de que se tem notícia, correspondendo a uma abstração”¹². Seu raciocínio a leva mais longe ao sugerir a idéia de que a mídia também produz lugares preenchendo-os de falsos significados, que com desenvolvimento da *internet* será possível viajar sem sair do lugar. Estaríamos aqui entrando no limite máximo da produção de um lugar autonomizado das relações sociais concretas, que estaria limitado e enquadrado na tela do computador, sem existência material concreta, onde o uso limitado se reduziria ao olhar, eliminando-se o corpo e todos os outros sentidos que fazem com que o homem seja capaz de se apropriar efetivamente de um lugar, enquanto espaço para a vida. Aqui o lugar se reduz ao espaço abstrato.

O não-lugar produzido pelo turismo, enquanto novo ramo de atividade econômica envolve ainda outra questão que se refere à sua própria definição. Para George Cazes o turismo é típico e exclusivamente um setor de serviços. O que pretendo demonstrar, no entanto, é que o turismo, enquanto atividade econômica, engloba um conjunto de atividades produtivas ou não, que não se limitam a classificação de Clin Clark sobre os setores de atividade. O processo de reprodução, como o definimos anteriormente, constitui-se para além da fábrica e da produção *strictu sensu*, produzindo relações sociais, um espaço, um modo de vida, uma cultura, valores, além de um modo de gastar o tempo de não-trabalho (também incorporado ao processo de reprodução), desejos, etc. O setor turístico compõe-se de uma multiplicidade de atividades que inicialmente referem-se à produção concreta de um lugar: delimitação espacial, criação de infra-estrutura – de todos os tipos desde estreitos caminhos, heliporto – auto-estradas, aeroportos, hotéis e tudo que ele implica (inclusive maravilhosas cascatas artificiais, ou mesmo cenários exuberantes que descaracterizam ou mesmo não guardam nenhuma semelhança com o lugar original onde se encontram), ruas, centros comerciais, áreas de restaurantes, podendo comportar cidades inteiras. Envolve além da indústria da construção outras, como a têxtil que produz, em todos os lugares, camisetas com as inscrições que marcam a presença dos turistas, a indústria alimentícia ou mesmo de bebidas, a indústria gráfica e editorial com a produção de centenas de títulos sobre “lugares paradisíacos”, que direcionam os fluxos e os passos dos turistas; mas também cria um vasto setor de comercialização e serviços de todos os tipos desde agências com seus guias e sacolas uniformizados, até atendimento pela internet, além de uma mídia muito bem montada sem a qual o turismo – enquanto mercadoria – não poderia se desenvolver num contexto de lugares mundializados. Assim esta nova atividade econômica comporta de um lado um vasto setor produtivo e de outro um importante setor improdutivo, amplamente articulados.

Para exemplificar, tomo como exemplo uma experiência ocorrida em 1995 durante uma viagem ao Havaí, mais especificamente Honolulu, onde uma sensação estranha me fez querer pensar mais profundamente

¹² Adyr A. Balastrieri Rodrigues. “Lugar, não-lugar e realidade virtual no turismo globalizado” in *Revista do Departamento de Geografia*. São Paulo: Departamento de Geografia da FFLCH/USP, 1996.



sobre o fenômeno turístico no mundo moderno. Sensação¹³ de que se é parte de um cenário, a sensação de que tudo é controlado, que cada passo seu ou mesmo cada gesto é esperado, cada atitude predeterminada. Este espaço, é na realidade, produto de um processo no qual nada é natural, tudo se volta para o espetáculo porque aqui o lugar é ele próprio mercadoria. Em Honolulu tudo é muito bem planejado, o que dá a sensação que dá a sensação que se é um ator participando de um filme. Em nenhum outro lugar essa sensação parece ser tão forte. Ao caminhar-se, particularmente pela área dos hotéis, na praia de Waikiki, a sensação de cenário de filme se reforça. Os hotéis, uns ao lado dos outros – como grandes torres fincadas no chão – têm *lobbies* que se comunicam, pontuados por belíssimos (mas falsos) jardins tropicais, absolutamente simétricos, sem uma única folha caída no chão, sem nem tampouco folhas amareladas, fontes de água corrente, lagos com peixes coloridos, tochas, aléias serpenteadas por belos gramados de todos os tamanhos, poltronas confortáveis e bancos colocados estrategicamente e, evidentemente, muitas lojas. Tudo muito limpo. Um filme de Elvis Presley. A saída do hotel para ir à praia também não parecia menos controlada, elevadores conduziam os hóspedes das várias torres à rouparia para se pegar toalhas de praia (é claro que só depois de assinar um recibo, no qual se esclarecia sobre o uso e o horário da devolução).

O caminho que conduzia à areia era uma trilha entre torres, estreito, muito bem-cuidado e limpo (isto é, sem areia no chão, este era de cimento), só se distinguia pela placa “acesso à praia pública”. Isso delimitava os acessos; à praia não se acessava de qualquer ponto. Também não se podia andar livremente pela areia uma vez na praia, pois alguns hotéis construía aí seus jardins e *decks*, impedindo a liberdade dos passos, exigindo o serpentear. Jovens fortes, ar atlético, com a pele corretamente dourada pelo sol, sentados em altas cadeiras de salva-vidas equipadas com potentes binóculos e celulares, vigiavam os banhistas dando aquele ar de segurança ao qual nós brasileiros não estamos acostumados. Mas na realidade o que aqui surpreende é que nesse trecho da praia é quase impossível ao banhista correr algum tipo de perigo pois a água era rasa a ponto de impedir banho de mar em alguns trechos, ou as pedras que formavam um tapete sob a água o tornava desconfortável, logo viam-se à beira-mar as piscinas lotas de hotéis, cuidadas por seguranças.

Outro fato chama bastante atenção – é o *show* de “hula” dançada em cenários cinematográficos com *scripts* bem ensaiados e pausas para fotografias no meio e no final do espetáculo quando os espectadores são convidados a se somar às dançarinas para tirar fotos, como parte intrínseca do *show*. O apresentador, sempre sorridente, organizava as filas para fotos ao lado das bailarinas. Por todo lugar se espalhavam barraquinhas onde se podiam comprar artigos típicos distribuídos de forma estratégica no caminho da saída; aqui também se podem comprar filmes Kodak para máquinas fotográficas ou mesmo tirar algumas fotos com um profissional (o espetáculo era patrocinado pela Kodak que colocava ônibus à disposição dos turistas buscando-os nos hotéis e, após o *show*, levando-os a um *shopping center* onde havia mercadorias de todos os tipos e preços para todos os orçamentos). Tudo perfeitamente organizado, lembrando nossos sonhos de um paraíso tropical.

As surpresas não param por aí. O pôr-do-sol reservou-nos um espetáculo à parte, não tanto pela beleza (que era na verdade estonteante, pois o sol se põe no mar), mas como se estivéssemos prontos para ir ao cinema; as pessoas iam chegando, sentavam na areia, obviamente com suas máquinas fotográficas ou de filmar, absolutamente indispensáveis – o surpreende – esperando silenciosamente o pôr-do-sol. Quando este se põe é como se o filme tivesse acabado, pois todos se levantam e saem da praia formando um fluxo que se assemelha à saída do cinema, ou melhor, ao fim de uma partida de futebol, pelo número, só que saem organizada e silenciosamente como se alguém os estivesse dirigindo.

¹³ A partir daqui o texto contém o trabalho “O turismo e a produção do não-lugar” publicado no livro *Turismo, espaço, paisagem e cultura*, publicado pela Hucitec, São Paulo, 1996, p. 26/36.



Em todos esses lugares o espetáculo contempla a vitória da mercadoria que produz cenários ilusórios, vigiados, controlados sob a aparência da liberdade.

Honolulu é um dos milhares de exemplos a que podemos recorrer, espaço reproduzido como perfeito simulacro.

É possível presenciar outros espetáculos produzidos após o pôr-do-sol – todos muito impressionantes pelo artificialismo de um fenômeno tão natural – a exemplo do que ocorre na costa oeste dos E.U.A, em Carmel, por exemplo, ou mesmo na costa leste, em Key West, por exemplo. Só que, aqui, uma ilha onde é muito difícil encontrar a praia, há um lugar pequeno, uma espécie de laje de aproximadamente 100 metros de extensão, por uns 10 de largura, de onde se pode ver o mar, escondido atrás de um estacionamento (em Mallowry Square), pontuado de “barracas” que vendem camisetas e coisas “do lugar”, onde *shows* improvisados (daquele tipo que quando acaba se passa o chapéu) distraem os “espectadores” (é essa a sensação) que para aí se dirigem nos finais de tarde. Nessa hora centenas de pessoas de acotovelavam para ver o pôr-do-sol. Quando o sol parece, numa ilusão de ótica, tocar a água, os *shows* terminam e todos voltam a atenção para o mar. Aqui também, quando o sol se põe, todos saem, como se o filme tivesse acabado. Em alguns momentos ocorre a sensação de que as pessoas vão aplaudir.

O espaço produzido pela indústria do turismo perde o sentido, é o presente sem espessura, quer dizer, sem história, sem identidade; neste sentido é o espaço do vazio. Ausência. Não-lugares. Isso porque o lugar é, em sua essência, produção humana, visto que se reproduz na relação entre espaço e sociedade, o que significa criação, estabelecimento de uma identidade entre comunidade e lugar, identidade essa que se dá por meio de formas de apropriação para a vida. O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano de vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade. Aí o homem se reconhece porque aí vive. O sujeito pertence ao lugar como este a ele, pois a produção do lugar se liga indissociavelmente à produção da vida. “No lugar emerge a vida, posto que é aí que se dá a unidade da vida social. Cada sujeito se situa num espaço concreto e real onde se reconhece ou se perde, usufrui e modifica, posto que o lugar tem usos e sentidos em si. Tem a dimensão da vida”¹⁴, por isso o ato de produção revela o sujeito.

A identidade, no plano do vivido, vincula-se ao conhecido-reconhecido. A natureza social da identidade, do sentimento de pertencer ou de formas de apropriação do espaço que ela suscita, liga-se aos lugares habitados, marcados pela presença, criados pela história fragmentária feita de resíduos e detritos, pela acumulação dos tempos. Significa para quem aí mora “olhar a paisagem e saber tudo de cor” porque diz respeito à vida e seu sentido, marcados, remarcados, nomeados, natureza transformada pela prática social, produto de uma capacidade criadora, acumulação cultural que se inscreve num espaço e tempo — essa a diferença entre lugares e não-lugares.

Assim, o não-lugar não é a simples negação do lugar, mas uma outra coisa, produto de relações outras; diferencia-se do lugar pelo seu processo de constituição, é nesse caso produto da indústria turística que com sua atividade produz simulacros de lugares, através da não-identidade, mas não pára pôr aí, pois também se produzem *comportamentos e modos de apropriação* desses lugares.

No primeiro caso, o exemplo clássico da Disneylândia, tão bem analisado por Baudrillard e Eco, ou ainda Epcot Center, Universal Studios, Downtown de San Diego. Como num passeio por Disney, o que importa aí é o trajeto; é ele que dá a sensação do conhecer, no percurso se sucedem imagens do lugar. Para Baudrillard¹⁵, o imaginário da Disney não é verdadeiro nem falso, é uma máquina de dissuasão encenada para

¹⁴ Ana Fani A. Carlos. “O lugar: mundialização e fragmentação” in *Fim de Século e Globalização*. São Paulo: Hucitec, 1993.

¹⁵ Jean Baudrillard. *Simulações e Simulacros*. Lisboa: Editora Relógio d’Água, 1991, p.21/3.

regenerar no plano oposto à ficção do real: efeito imaginário esconde que não há mais realidade além como aquém dos limites do perímetro artificial. A era da simulação vai desse modo eliminado quaisquer referências ligadas à vida humana. Aqui a indústria turística criou um lugar que só existe pela ausência.

Para Eco¹⁶, a Disney é uma alegoria da sociedade de consumo, lugar do imaginário absoluto e também o lugar da passividade; seus visitantes devem aceitar aí viver como autômatos. O acesso a cada atração é regulamentado por barreiras e tubos metálicos dispostos em labirintos que desencorajam qualquer iniciativa individual. Assim, para o autor, a Disney é a quintessência da ideologia do consumo, obra-prima do falso. Mas a Disney é apenas um exemplo de um espaço sem memória, posto que daí está ausente a pluralidade dos tempos. Aqui o simulacro é uma das expressões do não-lugar.

É preciso também chamar atenção para o fato de que a indústria do turismo não produz apenas não-lugares mas também um comportamento e fundamentalmente um modo de ver/estar em determinado lugar, como em Nova York, Paris, Roma ou Buenos Aires. O lazer aqui se refere ao distante, isto é, o espaço do lazer se dissocia do da vida e passa a referir-se a um lugar distante ligado ao sonhado ou imaginado.

Refiro-me, aqui, aos pacotes turísticos que programam, controlam, vigiam o uso que se impõe sobre um espaço pleno de sentido. É evidente que não se pode dizer que essas cidades sejam simulacros, pois é claro que não o são, o que quero dizer é que o pacote turístico ao controlar, delimitar o turista acaba por ignorar a identidade do lugar, sua história, cultura, modo de vida banalizando-os, pois produz a não-relação, o não-conhecimento, o distanciamento dado pelo olhar orientado e vigiado que predetermina, preconcebe.

O turista assume uma postura passiva, ele deixa acontecer e se deixa levar por um programa, pelas mãos seguras de um guia. Os pacotes turísticos têm papel importante, pois homogeneizam o comportamento, direcionam a escolha tratando o turista como mero consumidor, delimitam hora, lugar, o que deve ser visto e o que não deve, além do tempo destinado a cada atração num incessante “veja tudo depressa para dizer que viu tudo”, registre e fotografe. Desse modo, o pacote turístico representa a lei e a ordem estabelecida do perceber o espaço e tempo na sociedade contemporânea, produzidos por uma racionalidade que engendra a passividade. Isso significa a sujeição do turista ao programa da agência, o que faz com que mesmo os chamados “horários livres” acabem sendo despendidos em atividades programadas pelas agências com custos extras.

Cidade de Buenos Aires, manhã ensolarada. Dentro de um ônibus que ia iniciar um *city-tour* um turista se dirige à guia: de manhã vamos conhecer a cidade (duas horas – como se isso fosse possível, mas os *city-tours* parecem ter poder de convencer o turista dessa possibilidade), à noite vamos ouvir tango para o qual já fizemos a reserva com você, à tarde passeio ao Tigre, amanhã pela manhã vamos fazer compras, à noite outro *show* de tango (também com reserva feita pela guia numa outra casa de tango para turista com jantar incluído) o que vamos fazer à tarde, não tem nada programado?

O turismo apresenta-se como uma forma de programa gerenciada pela empresa: todos os instantes previstos e preenchidos. Tudo programado nos mínimos detalhes no tempo e no espaço. Os guias explicam aos turistas o que ver, o que estão vendo e escolhem o que deverão ver num programa em que a quantidade dos lugares vistos é o que importa, limitada apenas pela equação tempo/distância: 24 horas do dia, número de dias de viagem/distância entre lugares e meios de transporte utilizados. Essa rapidez impede que os olhos desfrutem da extensão da paisagem, “que o caminho que ele segue vai lhe ficar na lembrança com a excitação produzida por lugares novos, atos inabituais”¹⁷. A busca dos lugares se desfaz na pressa. Passa-se em segundos

¹⁶ Umberto Eco. *La guerre du faux*. Paris: Folio-Essais, 1985.

¹⁷ Marcel Proust. *Em busca do tempo perdido*. Vol.1 – A caminho de Swann. Porto Alegre-Rio de Janeiro: Globo, 1986, p.9.



por séculos de civilização, faz-se tábua rasa da história de gerações que se inscrevem no tempo e no espaço. Tudo previsto nos mínimos detalhes propõe um uso do tempo e, com isso, uma forma de apropriação do espaço. Num autêntico *tour de force*, consentido, os programas produzem uma programação que pouco espaço permite à criatividade. A carga de atividades faz com que levas de turistas cheguem aos hotéis de madrugada, deixando-os logo de manhã cedinho ao raiar do sol. A indústria turística impõe uma nova racionalidade, que não é diferente da imposta ao processo de trabalho na fábrica. Por sua vez, o turista acostumado a uma rotina massacrante no seu cotidiano, vê sufocar-se um desejo que nem se esboçou, o de experimentar, que permite a descoberta dos lugares como descoberta da vida.

O que está em questão, realmente, é o fato de que a hora de não-trabalho destinada ao lazer não escapa das regras do mercado; transporte, cultura, viagem, tudo vira mercadoria, e esta transforma lugares e produz uma forma dele se apropriar: a não-apropriação. O turismo cria uma idéia de reconhecimento do lugar, mas não o seu conhecimento, reconhecem-se imagens antes veiculadas mas não se estabelece uma relação com o lugar, não se descobre seu significado, pois os passos são guiados por rotas, ruas preestabelecidas por roteiros de compras, gastronômicos, históricos, virando um ponto de passagem (os passos dos turistas são sempre apressados, aí não se fica, só se deixa passar). Fragmentam-se os lugares, exclui-se o feio, afasta-se o turista do pobre, do usual; trajetos feitos por ônibus refrigerados ou *vans* confortáveis com guia de fala mansa e agradável, sempre bem disposto, sorriso nos lábios, naquele estilo absolutamente igual em todo lugar, estereotipado, que infantiliza o turista.

Aqui o tempo se acelera na busca de um pseudoconhecimento de lugares. Sem referências não se produz sequer o lugar na memória. No fim do caminho o cansaço, do sobre e desce do ônibus, do entra e sai de lugares desconhecidos que, parece, continuaram desconhecidos, o olhar e os passos medidos religiosamente em tempo, um tempo produtivo que aqui se impõe sem que disso as pessoas se dêem conta. Nesse sentido, a viagem cronometrada torna-se travessia, toda ela percurso, é preciso pôr-se em movimento para não perder nada. *Flânerie*, passos lentos, olhares perdidos não cabem. Tudo é diferente e ao mesmo tempo sempre igual.

O tempo cotidiano homogêneo, a medida abstrata do tempo comanda a vida social em todos os momentos. O tempo do relógio se impõe, aqui ele é até mais importante que no trabalho pois indica uma rigorosa repartição programada do tempo. O contemplar uma fachada ou uma criança brincando pode levar o turista a perder o ônibus. O tempo do não-trabalho faz parte do tempo social, contrapartida do tempo dedicado à produção, mas domina a economia porque é tempo de consumo, daí a importância da indústria turística hoje no mundo, uma vez que enormes setores produtivos se constroem a partir do não-trabalho.

A indústria do turismo sabe captar (além de produzir) o desejo transformando tudo que toca em espetáculo controlado, o que transforma o indivíduo num ser reduzido à passividade e ao olhar. Reproduz um espaço e tempo controlados, homogêneos, vigiados. Reproduz a reprogramação da vida sob a alegação da fuga do cotidiano, revelando uma ilusão sob a aparência de liberdade de escolha. Na realidade há uma contradição não revelada visto que o lazer produz a mesma rotina massacrante, controlada e vigiada do trabalho, sob diferentes formas em lugares diferentes. A indústria turística reforça a hierarquia social produzindo espaços diferenciados exclusivos e fechados. A característica do espaço produzido é a do homogêneo, altamente excludente, com ausência de identidade. O lugar é apenas o que pode ser visto, fotografado e depois esquecido.

A vigilância, o controle da indústria turística, está em toda parte produzida pela sociedade do consumo que produz a identidade abstrata, dominando todos os momentos de lazer, seja ele fim de semana, seja de férias (não importando a duração), e que produz o consumo do espaço.

O mundo contemporâneo reproduz-se a partir de uma nova dimensão do espaço-tempo; com isso cria-se também, no dizer de Harvey, novas maneiras dominantes pelas quais experimentamos o tempo e o espaço¹⁸. A intensificação dos processos de instantaneidade que aumentam a rapidez e o fluxo de mercadorias, dinheiro, informações e serviços transforma o quadro de vida. Walter Benjamin já nas primeiras décadas do século explicitava, ao analisar o “*flâneur* Baudelaire”, que as formas do progresso detonado por Taylor significavam o fim da *flânerie* e se perguntava o que viria depois. Nesse “novo passo”, determinado por outro ritmo, o turista quem sabe poderia ser esse personagem contemporâneo capaz de substituir o *flâneur* com seu passo rápido, controlado, vigiado, que nada observa, pois olha sem realmente ver. Isso porque o tempo linear predomina, a repetição e a medida do tempo se aperfeiçoa. Os dias de viagem seguem-se sempre dentro da mesma rotina, numa programação impecável, os dias sempre iguais mesmo se os lugares são diferentes porque o tempo reduzido e a forma do seu uso impedem que as especificidades dos lugares, na sua diferença, aflorem, tudo se homogeneiza.

O lazer é hoje um elemento do processo de reprodução, um tempo que se organiza em função da reprodução de relações sociais. O tempo tem as mesmas propriedades do espaço. O que organiza toda a vida social, porque organiza a sociedade de consumo, organizando lazeres. Impõe-se pela publicidade e pelo *marketing*. Aqui se produz a identidade abstrata. Aqui o reconhecimento é exterior e dado pela propaganda. O sentido do conhecer um lugar se transforma ou se realiza no testemunho da compra: as camisas e blusas do Hard Rock Café espalhadas pelo mundo, as inúmeras camisetas, bolsas, chaveiros etc., estampando o nome de lugares sedutores.

Esse quadro é revelador de nossa condição contemporânea apresentada por Brissac como “aquela de ser estrangeiro em seu próprio país”. Por analogia, podemos afirmar que ao cabo de qualquer viagem não se conhecem lugares, mas criam-se impressões fugidias que logo se apagarão. “Os longos percursos no espaço aberto se converteram num permanente movimento sem objetivo final. Agora só importa a constância e a velocidade do deslocamento. Da viagem só sobrou a transportação e o movimento. As pessoas vivem sendo levadas de um lugar para outro, da casa para o trabalho, de um país para outro. Não há mais destinação. Passa-se o tempo em trens, no tráfego urbano, em estações. Todos os lugares do mundo se transformam num só lugar: hotéis, aeroportos, paradas de ônibus. Lugares de trânsito por onde passam esses indivíduos que estão sempre andando, que nunca se detêm”¹⁹.

O turismo cria ilusões e lugares imaginários que não se conhecerá jamais, pois o tempo de uma viagem turística impede qualquer contato, passa-se, nesse contexto, não se faz mais do que passar. Nesse sentido, não se chega a “empreender uma viagem para ver com os próprios olhos uma desejada cidade e imaginar que se pode gozar, em uma coisa real o encanto da coisa sonhada”²⁰, pois não há a menor dúvida que nossos sonhos também são manipulados.

Os *city-tours* são bastante característicos desse passar, realizam as imagens vendidas por essa publicidade: Paris e a torre Eiffel, Roma e o Coliseu, Nova York (que na realidade é Manhattan) e os Tuwins ou o Central Park, Londres e o Big Ben, Los Angeles com seus bulevares e a Universal Studios, Buenos Aires e a Plaza de Mayo, Rio de Janeiro e Copacabana etc. E, assim, vai uma seqüência interminável onde cada lugar se representa por um signo sem significado reduzido a uma coisa sem sentido posto que forma. A cidade transformada numa ou duas imagens perde seu significado, seu conteúdo, mas há também um panorama visto do alto indispensável num *city-tour*. Tal fato cria o *voyeur*, coloca-o à distância “ser apenas esse ponto que vê eis a ficção

¹⁸ David Harvey. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1994, p.7.

¹⁹ Nelson Brissac Peixoto. *Cenários em ruínas*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.203.

²⁰ Marcel Proust. *op.cit.* p. 11.



do saber” escreve Certeau ²¹. “Aqui está presente a idéia de que se produz um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e desconhecimento das práticas (...) escapando às totalizações do olhar, existe uma estranheza do cotidiano que não vem à superfície. Aquele que sobe até lá no alto foge à massa que carrega e tritura em si mesmo toda a identidade de autores ou de expectadores”. Continua Certeau, “lá embaixo vivem os praticantes ordinários da cidade onde as redes de fragmentos de trajetórias individuais vão criando os traços, os usos e os sentidos do espaço da cidade”²².

O olhar viaja através da paisagem sem nada efetivamente notar, sem nada observar, conhecer, lugares assépticos sem cheiro, sem vida, imagens fugidias que se sucedem num fluxo de informações que se embaralham pelo excesso, pela diversidade, porque não são vividas, vivenciadas, vêm de fora para dentro, exteriorizam-se, pois o sujeito não se apropria – é preciso seguir os passos ao contrário, inverter-se o roteiro, perder-se nos lugares.

Daí o esquecimento, a não ser imagens efêmeras que não resistem ao tempo, pois dentro de poucos anos cada lugar visitado virou apenas um nome. O turista vira *voyeur*, não observador. Para Charles Baudelaire²³, o observador é um príncipe que consegue estar incógnito em toda a parte; no caso de nosso turista, ele apenas olha a paisagem que desponta como um panorama que precisa ser desvendado com calma, pois nem sempre ou quase nunca os traços reveladores do lugar são visíveis, o que requer um outro tempo. Para Roncayolo “a identidade vem da cultura mais do que a estrita localização física (...) A noção de percepção do espaço reduz o conhecimento dos arranjos, dos usos e sensações que a paisagem e o dispositivo urbano suscitam ou cristalizam e que não são de ordem visível. O elemento cultural fornece as melhores referências e uma apropriação mais profunda que a lógica aparente do plano e das massas (...) O aprendizado da cidade é outra coisa que a leitura neutra de um plano ou de uma paisagem (...) mais que percebido o território é apreendido pelo indivíduo e construído por práticas e crenças que são de natureza social”²⁴.

Há ainda um elemento que não pode ser negligenciado, a indústria do turismo ramifica-se produzindo uma série de mercadorias voltadas para sua realização. Jornais, revistas e a televisão voltam-se para a criação, manipulação de desejos e gostos; ao precisar, especificar e orientar escolhas, produzem um modelo geral do “estar satisfeito” como consumidor de lazer. Esses meios de comunicação criam estereótipos, comportamentos e dados de lazer que relegam a viagem a uma satisfação máxima imposta pelos padrões da sociedade de consumo.

Em muitos casos as publicações subestimam a capacidade dos turistas. Os exemplos são muitos mas vamos recorrer a um caso significativo; o livro *New York*, de Kátia Zero, posto que é um grande êxito editorial, trata o turista brasileiro antes de mais nada como consumidor e desse modo o livro se dirige às compras. Isso porque subestima-se o leitor, sua inteligência, ignora curiosidades que não se refiram a mercadorias, relega o turista ao reduzido papel de mero consumidor. Aqui tudo é simplificado, superficial. Nova York, por exemplo, tem aproximadamente 160 museus, muitos deles estão entre os melhores no mundo, mas quase nada sobre eles aparece no livro. Basta olhar o índice, lá não acharemos nenhum, é preciso tentar o índice remissivo para achar alguma referência. Ao item “clássico, ópera, balé e teatro” atividades que fazem a fama de nova York como capital cultural é dedicada meia página. Só para exemplificar tomemos o caso do Lincoln Center; aqui é possível assistir a espetáculos de ópera que jamais serão realizados no Brasil, o balé da cidade de Nova York é um dos melhores do mundo (aqui não raro é possível assistir aos bailarinos do Bolshoi) apresentando uma dança de beleza absoluta. A sinfônica apresenta as peças mais importantes do repertório clássico num deleite

²¹ Michel de Certeau. *Artes de fazer*, vol. I – A invenção do cotidiano. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 172/3.

²² Idem. *Ibidem*. P. 170.

²³ Citado por Walter Benjamin “A Paris do segundo império de em Baudelaire”, cit., p. 94.

²⁴ Marcel Roncayolo. *La ville et ses territoires*, Paris: Folio Essais. 1992, p. 185/9.

para os ouvidos. As apresentações na maioria dos casos simultâneas “é a sublimação dos sentidos”, como diria Paul Klee, mas nada é revelado no livro. Em compensação o turista brasileiro poderá achar de tudo pois há endereços onde se comprar trezentos tipos diferentes de dardo, material de equitação, ou mesmo temperos, aqui também há dicas para se alugar uma gôndola, ou mesmo um iate, ou ainda uma fantasia, sem esquecer é claro os *night-clubs*. Evidente aqui se encontra até uma maneira de se entrar num clube noturno onde não se é sócio.

Como indústria, o turismo não me parece criar perspectivas que se abriam para o conhecimento do lugar ou para o lazer como atividade com possibilidades de se impor num cotidiano fragmentado ou mesmo alienado, como perspectiva de superação das alienações impostas pelo cotidiano. Só a viagem, como descoberta, busca do novo não pasteurizado, abre a perspectiva de novos lugares, novas paisagens que se produzem em territórios diferenciados, como possibilidades de recomposição do passo do *flâneur*, daquele que se perde e que, por isso, observa. Benjamin lembra que “saber orientar-se numa cidade não significa muito. No entanto, perder-se numa cidade, como alguém que se perde numa floresta, requer instrução”²⁵. Mas como desvendar o que os passos perdidos parecem revelar?

Lorca, em *Poeta em Nova York*²⁶, produz uma poesia da cidade que se cria enquanto “carne mía, alegría mía y testimonio mío (...) No os voy a decir lo que és Nueva York por fuera porque juntamente com Moscú son las dos ciudades antagónicas solo las cuales se vierte ahora un río de libros descriptivos, ni voy a narrar um viaje, pero si mi reacción lírica con toda sinceridad y sencillez. Los dos elementos que ele viajero capta em la gran ciudad son: arquitectura extrahumana y ritmo furioso. Geometría y angustia. Em uma primera ojada el ritmo puede parecer alegría, pero cuando se observa el mecanismo de la vida social y la esclavitud dolorosa de hombre y máquina juntos, se comprende aquella trágica angustia vacía que hace por evasión hasta el crimen y el bandidaje (...) Nada mais poético y terrible que la lucha de los rascacielos com el cielo que los cubre. Nieves, lluvias y nieblas subrayan, mojan, tapan, las imensas torres, pero estas ciegas a todo juego, expressan su intención fría enemiga de misterio... La impresión de aquel inmenso mundo no tiene raíz os capta a los poços dás de llegar y comprendéis de manera perfecta como el vidente Edgar Poe quiere abrazar-se a lo misterioso y al hervor cordial de la embriaguez em aquel mundo”. E, então o poeta lança-se na rua pois “pero hay que salir a la ciudad y hay que vencerla, no se puede uno entregar a las relaciones líricas sin haberse rozado con las personas de las avenidas y com la baraja de sombras de todo el mundo. Y me lanzo a la calle y me encuentro com los negros”²⁷.

Da sua ida ao Harlem escreve:

“No hay angustia comparable a tus ojos oprimidos,
atu sangue estremecida dentro Del eclipse oscuro,
a tu violência granate sordomuda en la penumbra,
a tu gran prisionero com um traje de conserje!”²⁸

Aqui a cidade aparece com outra via, numa outra dimensão que não a dada pelas mercadorias e pelo consumo estrito senso do lugar, aqui não se faz nenhum tipo de concessão. A cidade vai aparecendo no livro de Lorca em sua riqueza infinita, em sua diversidade, multiplicidade, com uma vida construída numa paisagem multifacetada. O poeta caminha e seus passos se apropriam da cidade. O ato de caminhar é um modo de uso, na expressão de Certeau, uma forma de apropriação do lugar, um modo de “realização espacial do lugar. Se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades e proibições”, afirma o

²⁵ Walter Benjamin. *Rua de mão única*. Obras Escolhidas II. São Paulo: Brasiliense, 1987, p. 73.

²⁶ Federico Garcia Lorca. *Poeta em Nueva York*, Barcelona: Editorial Lumen, 1966, p.8/9.

²⁷ Idem. *Ibidem*, p. 16.

²⁸ Idem. *Ibidem*, p.23.



autor, o caminhante atualiza algumas delas. Desse modo, ele tanto as faz ser como aparecer. Mas também as desloca, inventa outras, pois as idas e vindas, as variações ou as improvisações da caminhada privilegiam, mudam ou deixam de lado elementos espaciais²⁹.

Talvez o que Sêneca escreveu no início da era cristã traga uma contribuição ao debate que nos propomos realizar: “é ocioso o que é consciente de seu lazer”, isso porque para o filósofo os “ocupados não vivem a vida, eles simplesmente deixam-se existir e calculam o tempo apenas pelo relógio e não pela vida interior”³⁰. Isso porque, no dizer de Dauvignaud, “uma reflexão sobre o espaço é uma análise da vida”³¹.

²⁹ Michel de Certeau, op cit., p.177/8.

³⁰ Sêneca. *Sobre a brevidade da vida*. São Paulo: Nova Alexandria, 1993.

³¹ Jean Dauvignaud. *Lieux et non lieux*. Paris: Galilée, 1977, p.9.

A CONSTRUÇÃO DE UMA “NOVA URBANIDADE”

... “nous sommes plus libres qu ‘on ne le fut jamais de jeter le regard dans toutes les directions; nous apercevons de limite d’aucune part. Nous avons cet avantage de sentir autour de nous un espace immense - mais aussi un vide immense”...

Nietzsche.

Convém, inicialmente, esclarecer que tomo como ponto de partida para o desenvolvimento deste texto, alguns fragmentos da vida urbana na metrópole paulista, na tentativa de que, ao transcendê-los, possa chegar a um entendimento mais aprofundado sobre o modo de vida urbano neste final de século. A metrópole comporta um modo de vida urbano, este, todavia, comporta um sistema de objetos (tv, computadores, carros, freezer, celulares, etc.) e um sistema de valores que definem/produzem comportamentos. As ruas da metrópole revelam comportamentos que nos ajudam a entender um pouco do que acreditamos ser a construção de algo que talvez possa ser chamado de “nova urbanidade”.

As pessoas passam na rua, umas pelas outras, sem se ver, ninguém parece ser especialmente notado. O cidadão parece passar despercebido na multidão de rostos preocupados ou mesmo sem expressão, perdidos no burburinho de vozes e sons indistintos. O constante ir e vir das pessoas acontece sem que elas deixem rastros aparentes apesar da advertência de Benjamin de que “habitar é deixar rastros”. Na realidade, para o Autor, a perda de rastros se dá através “de uma múltipla caricatura de registros acarretados pela desapareição do homem nas massas da grande cidade”.¹

Estes são sinais que representam a vida cotidiana numa metrópole, uma vida programada de pequenas alternativas bem circunscritas, limitadas por um tempo e espaço homogêneos, sem cortes aparentes, revelando-se nos modos do morar, no uso da cidade e nas relações que se estabelecem entre vizinhos, habitantes desta cidade.

Uma coisa me incomoda, terrivelmente, no prédio onde moro; quando estou na garagem fechando o carro um condômino (não dá para usar outra palavra) se antecipa e sobe no elevador sem me esperar. Dentro do elevador, também, não raro, há um forte cheiro de cigarro. Os carrinhos de supermercado — que deveriam auxiliar no transporte das compras — frequentemente, jazem abandonados dentro do elevador de serviço ou, até em algum hall de um dos andares. Quando alguém quer prolongar ou mesmo concluir uma conversa começada no elevador segura a porta aberta pelo tempo que for necessário, num andar qualquer. Todavia, na maioria dos casos o encontro nos pequenos espaços dos elevadores e corredores, parece até constrangedor, apenas obrigando um polido cumprimento revelando a necessidade de se manter distância.

Numa cidade como São Paulo onde as pessoas não se fazem de rogadas e estacionam seu carro em fila dupla, em qualquer lugar, desde que de sua conveniência; onde também nem sempre os carros esperam pelo

¹ Walter Benjamin: “Paris , capital do século XIX”. in *Walter Benjamin* (org. por Flávio Kothe). São Paulo: Editora Ática, 1985, p. 75.

sinal verde para passar, e joga-se lixo no meio da rua, essas atitudes não soam de todo estranhas. Ao contrário, diria ironicamente, que são situações “bem urbanas” e chegaria, mesmo a afirmar, “modernas”.

Este relato me lembra uma reportagem que vi há pouco na televisão onde um homem simulava um desmaio no centro de Manhattan e ninguém parou para ajudá-lo, distantes, fechados em si mesmos, nem sequer um olhar atento, apenas rostos encerrados em sua rotina percorrendo a cidade como passagem. Tal fato foi repetido numa cidade pequena do interior com resultados radicalmente diferentes.

Em “Vive la Ville“, Thierry Paquot, desenvolve a idéia da existência de uma *politesse*, enquanto conjunto de regras elementares que uma comunidade adota a fim de viver, enquanto elemento dos usos e costumes. Daí decorre a idéia de que a polidez é um produto da história e refere-se a um tempo e lugar específicos, resultado de diferenças culturais. Na metrópole, a polidez apareceria como reconhecimento do indivíduo, como código de hospitalidade, e é aqui que, a meu ver, reside toda a ironia pois na cidade a polidez se perde, os “bons dias” ou mesmo os “muito obrigado“, — uma fórmula que se esvazia — parece desaparecer no meio da pressa porque não há mais espaços para ouvi-las. A polidez só existe, para o Autor, numa sociedade hierarquizada. Paquot trabalha a idéia de um igualitarismo de *pacotille* (objeto sem valor), o que se refere a ideologia da coca-cola onde o indivíduo é igual a uma garrafa. Aqui um indivíduo vale como outro qualquer, mas este valor, conclui, passa pela indiferenciação e não pela consideração. Ao invés de termos a atenção resta-se insensível à relação com o outro, priva-se daquilo que poderia permitir uma ligação com o outro e, com isso opta-se pela impassibilidade. “Participamos de um gigantesco *balé* regulado por uma mecânica da rejeição do encontro, da fobia do tocar, na crença do dever de se falar”.²

Não resta dúvida que o *walkman*, a televisão e mais recentemente o computador pessoal, resolvem esse problema na rua e no seio familiar. Os adolescentes, preferem o refúgio dos *walkman*, anda-se pela rua com ele, vai-se a universidade com ele, é com ele que muitos se sentam à mesa para o jantar. Nas ruas de Paris, basicamente nos metrô, por exemplo, o *walkman* virou um complemento necessário e inseparável da indumentária, absoluto, reina obrigatoriamente abolindo qualquer tentativa de se discutir o tempo ou a sujeira do metrô, subtraindo até a possibilidade de um sorriso ou um olhar.

Em casa a TV transforma radicalmente a relação entre pessoas de uma mesma família. Presas num cotidiano repetitivo e massacrante diante da TV, ninguém mais se fala. Millôr Fernandes, muito convenientemente, já definiu a família como “pessoas que tem a chave do mesmo lugar“. Mais que isso a TV nos acostuma à violência exacerbada tornando-nos indiferentes aos dramas que se desenrolam à nossa frente, fazendo com que o indivíduo se feche em si mesmo preso numa redoma que o protege de qualquer contato, aprisionando-o num auto-interesse egoísta e indiferente ao bem comum no mundo contemporâneo, traços que Lasch associa ao “narcisismo”.³

O computador, por sua vez, tira as crianças das suas relações com as outras e da rua onde também já não podem brincar, para jogá-las diante de uma tela. Agora as relações interpessoais passam cada vez mais pela técnica: computadores, celulares, TVs, *walkman*, etc.

Hoje o telefone celular que invade restaurantes, lanchonetes da moda, clubes, supermercados, representa uma autêntica invasão da privacidade, que as pessoas ainda não se deram conta, embaladas pelo sinal de status que eles adquiriram. Em 2/2 de 1995 havia 800.000 pessoas na fila da Telesp, em São Paulo, para comprar um telefone celular. Porque as relações passam pelo ter, as mercadorias seduzem, reinam absolutas numa metrópole que não deixa de ser uma grande vitrina.

² Thierry Paquot. *Vive la Ville*, Paris, 1994, p. 190.

³ Christopher Lasch, *O mínimo eu*, São Paulo: Editora Brasiliense, 1986, p. 9.



O não se olhar, o não se falar, o exacerbado individualismo, produz uma nova polidez que se baseia na recusa do outro.

Aonde quero chegar com esse elenco de idéias? Pensar o modo como a produção do cotidiano reproduz as relações entre as pessoas na metrópole, produzindo o que estamos chamando de uma “nova urbanidade”. Esse problema nos aponta, inicialmente, duas vertentes de discussão. De um lado, o triunfo do objeto sobre o sujeito, já preconizado por Shakespeare na tragédia *Timão de Atenas*, onde as relações entre as pessoas passam pela simples posse da riqueza que tudo pode comprar, menos amigos, o que leva Timão a desprezar os homens da cidade e a retirar-se dela indo morar numa caverna.

De outro lado, a exacerbção do individualismo que se reproduz como condição / produto da reprodução das relações sociais, neste fim de século.

A supremacia do objeto ?

Apesar de Marx estar completamente fora de moda hoje em dia, acredito que ninguém ainda esqueceu como ele inicia *O Capital*: “a riqueza da sociedade na qual domina o modo de produção capitalista se apresenta como um enorme acúmulo de mercadorias e a mercadoria individual como a forma elementar de riqueza”⁴. Mais adiante no que se refere ao fetiche da mercadoria afirma que “à primeira vista a mercadoria parece ser uma coisa simples e trivial de compreensão imediata, mas sua análise demonstra que é um objeto endemoniado”⁵.

Para Marx o fetiche da mercadoria deriva do fato de que ela reflete para os homens o caráter social de seu próprio trabalho como característica objetiva inerente aos produtos do trabalho, como propriedade social natural das ditas coisas e do mesmo modo, reflete a relação social que existe entre os produtores e o trabalho global como relação social entre objetos existentes à imagem dos produtores — isto é, tomar uma coisa por outra. Apesar da forma fantasmagórica de uma relação entre coisas, a mercadoria é uma relação social determinada por homens, socialmente. A mercadoria parece assim como figuras autônomas dotadas de vida própria em relação e, em relação aos homens. No mundo moderno essa situação atingiu o seu limite. A mercadoria se autonomizou ante o sujeito determinando as relações entre as pessoas uma vez que o processo de reprodução das relações sociais dá-se cada vez mais fora da fábrica, na cidade englobando a sociedade e o espaço inteiros, invadindo o cotidiano e produzindo o que Granou chamou de reino da mercadoria. Nesse contexto o mundo da mercadoria generalizou-se, mas não sem conseqüências. Na sociedade de consumo passa-se definitivamente da cultura da escassez — alicerçada na limitação das necessidades — para a da abundância, esta constituída pela multiplicação dos objetos e na amplitude do consumo, onde o homem passa a ser visto e pensado enquanto simples consumidor, apagando-se a idéia do homem criativo substituído pela imagem do consumidor, isto é, homens dominados pelo valor de troca. Isto porque o alargamento da base econômica da sociedade requer a multiplicidade dos objetos produzidos com um tempo de vida cada vez menor. Aqui até a origem se desvanece. Para o poeta polonês Czeslaw Milosz o objeto não tem antecedente, existe uma espécie de aparente automatização do objeto como se não possuísse história. Antigamente, continua, havia uma conexão entre o produtor e seu produto. Hoje ele surge pronto instantâneo, caído do céu.⁶

A mercadoria quebra, para Baudrillard⁷, a idealidade anterior do objeto — a sua beleza, a sua autenticidade e mesmo a sua funcionalidade — produzindo uma indiferença formal relativamente ao valor de uso, que suscita o desejo, substituindo o real.

⁴ Karl Marx. *El Capital Tomo I*, vol I, México:Ed. Siglo Veinteuno, 1984, p. 43.

⁵ Idem, *Ibidem*, p. 87.

⁶ Entrevista que aparece no Documentário “América” realizado pela rede Bandeirantes de São Paulo.

⁷ Jean Baudrillard. *Estratégias fatais*, Lisboa: Editorial Estampa, 1990.

No mundo atual, “fechado, onde a produção do capital enche todo o espaço social, o modo de vida reduz-se a este incrível consumo de mercadorias duas vezes consumidas sendo que a primeira na imagem que impõe o capitalismo e a segunda no uso do objeto-mercadoria. Mas também duas vezes alienantes: a primeira, na imagem da mercadoria que cria a ilusão de que ao apropriar-se desta mercadoria o indivíduo se realiza, quando, na verdade, apenas se despersonaliza; a segunda vez, quando adquire um objeto-mercadoria que apenas o deixa insatisfeito pois quer ser diferente, não é gozar com o uso dos objetos mas, apropriar-se constantemente das imagens-objetos-mercadorias com a qualidade ilusória de objetos diferentes”. Nesse sentido “o reino absoluto da mercadoria é também o da alienação e da servidão”⁸.

Na outra vertente, o objeto também se modifica radicalmente através da separação entre significado-significante, isto é, entre forma e conteúdo, valor de uso e signo e, deste modo, produzindo os objetos-signos não mais ligados a uma função ou definidos por uma necessidade. Agora os objetos produzidos correspondem a uma outra lógica a da moda ou do prestígio — o signo é agora distintivo da pessoa — o que cria uma “lógica fetichista”, nas palavras de Baudrillard⁹. Como consequência os objetos se hierarquizam como decorrência do desaparecimento generalizado do valor de uso e da imposição da função simbólica do objeto pela diferenciação e pelo prestígio.

Nesse contexto, surge o *gadget*¹⁰ que na análise de Baudrillard é o emblema da chamada sociedade pós-industrial — definido pela desaparecimento relativa de sua função objetiva — que o identifica com o utensílio — em proveito de sua função de signo, se admitirmos que o objeto de consumo se caracteriza por uma espécie de “inutilidade funcional“. O *gadget*, escreve o Autor, “faz parte de uma lógica sistemática que apreende toda a cotidianidade sobre o modo espetacular e, por sua vez torna suspeita de artificialidade, de trucagem e de inutilidade todo o ambiente de objetos e, por extensão, todo o ambiente de relações humanas e sociais (...). Ele é pobre, é o efeito da moda, é uma sorte de acelerador artificial dos outros objetos, ele é tomado num circuito onde o útil e o simbólico se resolvem numa sorte de inutilidade combinatória como em seus espetáculos óticos totais, onde a festa ela mesma é *gadget*, quer dizer, pseudo evento social — um jogo sem jogadores”¹¹.

A construção e reprodução do cotidiano passa pela idéia de que os homens se relacionam com um conjunto de objetos que, cada vez mais, regem as relações entre os homens e são convertidos em elementos distinguidores na construção da sociabilidade ou de sua negação, pois as relações com os objetos substitui cada vez mais as relações diretas entre as pessoas. Por sua vez, a mídia se instala na vida cotidiana como programação profunda de todos os comportamentos. Ao apropriar-se do objeto o indivíduo se realiza e se impõe socialmente ao outro. Na realidade, esconde-se o fato de que o que ocorre é que o sujeito se despersonaliza.

O que se produz é o mundo do espetáculo permanente, da celebração do objeto que envolve o homem num ambiente saturado de objetos que acaba provocando a inércia e a sua subjugação. O triunfo do objeto faz desaparecer o homem isto é, na resplandecência do objeto, o homem torna-se ausente e aí o objeto aparece como sujeito.

Assim, o processo de produção que produz uma massa de mercadorias que se sobrepõe ao trabalho humano e que lhe é alienada e, em seu desenvolvimento, produz uma separação abissal entre o sentido da mercadoria, o uso e o seu valor. Nesse contexto, a mercadoria absoluta criou o maravilhoso espetáculo do valor de troca.

⁸ André Granou. *Capitalismo e modo de Vida*. Porto: Afrontamento, 1975, p. 58.

⁹ Jean Baudrillard, *La société de consommation*. Paris: Folio Essais, 1970.

¹⁰ Termo usado por Baudrillard e Lefebvre

¹¹ op cit p. 171/172



No universo da mercadoria produz-se relações sociais que a transcendem, mas que a colocam no centro do processo de realização da reprodução das relações sociais. Ao longo do tempo, a produção de um conjunto de relações sociais que ultrapassa, efetivamente, a produção englobando todas as relações sociais fora da fábrica, criou a sociedade de consumo e, para tanto revolucionou o modo de vida, produziu valores, uma cultura de massa, transformou as relações familiares, sobrepondo-se e redefinindo as relações entre as pessoas.

Baudrillard¹² chama atenção para o fato de que as coisas se proliferam até o infinito, potencializam-se e sobrepondo-se à sua essência numa escalada até aos extremos, esse lado exprime-se numa forma estática, o objeto seduz, sedução que se exerce no ter mas não como o despertar de sensações mais profundas que subtrai das coisas a sua qualidade subjetiva para se entregar ao poder dos efeitos desencadeados .

O prazer emerge da posse, aprisionados no ter pela forma independente de seu conteúdo ou pela simples posse/ostentação na multiplicação vertiginosa das suas qualidades formais que mistificam ou deificam o objeto. Assim, a exacerbação dos valores deve produzir as referências individuais e a ligação entre os homens num mundo onde o efêmero se impõe e, onde as referências, como consequência, se destroem num mundo onde os simulacros estão em toda a parte. Nesse mundo até a poesia se redefine. Para Milosz o ato de fazer poesia, hoje, se assemelha a paixão que sentiu por uma moça no metrô de Paris “eu olho para ela, tenho a sensação de que ela é. Eu sou e ela é “O ato dura um minuto e meio, é fugaz e efêmero tal como mundo. Nesse caso a poesia é a mera contemplação do ser. Ou o que para Baudelaire significa um amor à última vista, um amor que nasce instantaneamente numa das ruidosas ruas de Paris e que não dura mais do que um instante, e que por ser tão fugidivo não se realiza.

“Ensurdecadora urrava a rua ao meu redor
Alta, elegante, toda de luto, na dor majestosa,
(...) Tão longe daqui! tão tarde! Talvez nunca; no além!
Não sei para onde foste, não sabias para onde eu ia,
Ó tu que eu teria amado, ó tu que disto sabias! “¹³

O objeto ganha autonomia, existência em si mesma, isto é, ganha força de realidade. Cada um separadamente no cotidiano programado e povoado de objetos que se autonomizam diante do sujeito.

Vivemos num mundo de representações, povoado de objetos como parte de sua reprodução. Há um mundo de representações, isto é, a representação se generaliza na sociedade atual onde o objeto dotado de prestígio e poder hierarquiza a sociedade e se consome como signo de modernidade, status, tecnicidade. Convém também não esquecer que o consumo dos signos e dos significados tem um papel determinado na reprodução das relações sociais no plano do cotidiano programado, que se instala no vazio, “como presença e ausência ilusórias”.¹⁴

A questão da individualidade

É inegável que vivemos um momento da história da humanidade, quando a construção do urbano, como novo modo de vida, novas formas de organização do tempo, novo modo de consumo, um modelo de comportamento, uma mudança cultural generalizada — que privilegia as coisas em detrimento do homem —, que construiu novas formas provisórias, aparentemente, acabadas que se expressam como um movimento em

¹² Jean Baudrillard. *Estratégias Fatais*. Lisboa: Editorial Estampa, 1990, p. 100.

¹³ Citado por Walter Benjamin in op cit. p. 73.

¹⁴ Henri Lefebvre *Introduction à la modernité* . Paris: Les Éditions de Minuit, 1962, p. 24.

constituição abrindo como perspectiva a discussão sobre o mundial. O processo se expande mundialmente contaminando todos os pontos do planeta, trazendo profundas mudanças nas relações tradicionais, forjando um novo tipo de identidade baseada numa indiferença dividida por indivíduos atomizados.

Assistimos a emergência do que Horkheimer chama de um novo “ser no mundo”, que se revela num novo individualismo apontando novas formas de relacionamento entre as pessoas. Novos comportamentos ligados à constituição do reino do objeto como efeito da fragmentação do indivíduo. Na sua realidade imediata, o homem não aparece como indivíduo real, é apenas “membro imaginário de uma soberania imaginária, acha-se despojado de sua vida individual real e dotado de uma generalidade irreal”¹⁵.

O homem está alienado de si mesmo, manipulado, preso a um consumo programado que separa o homem do outro, encerrado em seu universo pessoal, isto porque, o homem em sua existência imediata, real é o consumidor independente, vinculado a um mundo de interesses privados, onde os objetos se defrontam num mundo de indivíduos atomizados que no limite, chegam a se hostilizarem. Nesse quadro, o homem consumidor, por excelência, é parte integrante da massa — realidade opaca que aparece isenta de contradições — nem sujeito, nem objeto, mas sujeito e objeto de manipulação.

A construção deste novo individualismo que contribui ao aprofundamento da atomização da sociedade se cria e se desenvolve no bojo da sociedade de consumo, produzindo-se a partir de uma nova orientação: a existência do hedonismo, legitimidade dos prazeres e satisfações materiais mais íntimas. O que há de novo nesse processo? O fato de que agora trata-se de um hedonismo de massa, como aponta Lipovetsky, para quem “a elevação do nível de vida, a renovação incessante dos produtos, o crédito e a publicidade convergiram para fazer cumprir, imediatamente, os desejos pessoais, um comportamento socialmente e individualmente legítimo (...). Doravante o indivíduo se absorve cada vez mais em seu espaço privado: aspiração ao bem estar, ao gozo privado, gerando a exigência de depender menos dos outros, de ser, antes, dono dele mesmo, de decidir a conduta de sua própria vida, de viver por ele mesmo”.¹⁶

Esse individualismo moderno, ligado à implosão das orientações sócio-culturais e da crise da cidade, aponta para o fato de que as transformações do processo de reprodução do espaço urbano tendem a separar e dividir os habitantes na cidade em função das formas de apropriação determinadas pela existência da propriedade do solo urbano; cada um num endereço específico, apontando para uma segregação espacial bem nítida, passíveis de ser observada na paisagem como produto da articulação entre uma hierarquia social e uma hierarquia espacial, que caracteriza os usos no espaço urbano. Essa delimitação, bem marcada, separando a casa da rua, reduzindo o espaço público, apagando a vida nos bairros onde cada um se reconhecia, porque este era o espaço da vida, torna a cidade mais fria, anônima, funcional e institucionalizada. São elementos que contribuem para a construção do individualismo moderno.

Horkheimer aponta com precisão que o tema destes tempos é a autopreservação, embora não exista mais nada a ser preservado. “O indivíduo outrora concebia a razão como instrumento do eu, hoje experimenta o reverso dessa auto deificação “onde a máquina explodiu o maquinista”.¹⁷ Sua entidade hedônica como ser consciente é o reconhecimento de sua própria identidade.

Como já vimos, o poder social hoje é mais do que nunca mediado pelo poder sobre as coisas que são dotadas de, prestígio e poder, o que produz uma hierarquia de objetos paralelamente ou imbricada a hierarquia

¹⁵ Karl Marx . *A questão judaica*, p. 27.

¹⁶ Giles Lipovetsky “Espace privé, espace public à l’âge postmoderne” in AAVV. *Citoyenneté et urbanité*. Paris: Éditions Esprit, 1991, p. 109.

¹⁷ Max Horkheimer. *Eclipse da razão*. Rio de Janeiro: Editorial Labor do Brasil, 1976, p. 139.



social. A alta tecnicidade entra no cotidiano através dos *gadgets* que se transformam numa utilidade imediata ou não; pois o que se consome ao utilizar um *gadget* é um signo de tecnicidade. O consumo dos signos e das significações representa um certo papel além de ser também, signos da exclusão, “cativo do presente evanescente, privados de sua espontaneidade. Através da repetição e imitação das circunstâncias que o rodeiam, da adaptação a todos os grupos humanos poderosos a que eventualmente pertença, da transformação de si mesmo de um ser humano em um membro das organizações, do sacrifício de suas potencialidades em proveito da capacidade de adaptar-se e conquistar influência em tais organizações, do sacrifício de suas potencialidades em proveito da capacidade de adaptar-se e conquistar influência em tais organizações, ele (o homem) consegue sobreviver. A sua sobrevivência se cumpre pelo mais antigo dos meios biológicos de sobrevivência, isto é, o mimetismo”¹⁸.

Na questão da construção desta nova individualidade, a cultura de massa acaba por desempenhar um papel fundamental, pois reforça as pressões sociais sobre o indivíduo ao impor modelos de imitação coletiva, o que finda por pulverizar o homem. Derrubam-se convenções, costumes, crenças, para, em seu lugar, construir o vazio e, nesse sentido o cotidiano também se realiza como ausência e presença ilusórias, instalado no vazio, produto de relações sempre fluídas, da construção da imagem de uma sociedade programada e, aparentemente, sem sujeitos, ou de um sujeito que se reconhece em sua demanda mercantil. “O poder social é hoje mais do que nunca mediado pelo poder sobre as coisas. Quanto mais intensa é a preocupação do indivíduo com o poder sobre as coisas, mais as coisas o dominarão, mais lhe faltarão os traços individuais genuínos, e mais a sua mente se transformará num autômato da razão formalizada”¹⁹.

É bem verdade que o indivíduo isolado não existe, é apenas uma ilusão. “As qualidades pessoais mais estimadas, tais como a independência, o desejo de liberdade, a simpatia e o senso de justiça, são virtudes tão sociais quanto individuais. O indivíduo totalmente desenvolvido é a consumação de uma sociedade totalmente desenvolvida. A emancipação do indivíduo não é uma emancipação da sociedade, mas o resultado da liberação da sociedade da automação. Uma automação que pode atingir o cume nos períodos de coletivização e cultura de massas”²⁰. Onde a idéia de felicidade se reduz a banalidade.

O cotidiano e a metrópole

A produção do cotidiano revela os conflitos humanos, as contradições da sociedade situadas no conjunto de problemas humanos de nossa época. O cotidiano não se restringe às atividades de rotina, nem tão pouco a atos isolados, isto porque no cotidiano se realizam as coações e se gestam as possibilidades. De um lado, temos, então, que a produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se a ampla difusão do consumo de massa e da constituição de uma cultura, também de massa, que invadem a vida determinando-a, associada às necessidades de reprodução das relações sociais que produz um modo de vida, valores, um modo de consumo, necessidades. Por outro lado, o cotidiano — fortemente burocratizado, dominado — também é o lugar onde se formulam, para Lefebvre, os problemas da reprodução no seu sentido amplo; é o lugar da superação das necessidades, é o lugar do novo.

Até aqui apontamos os aprisionamentos, as coações. Mas aonde estão as insurgências? Segundo Lefebvre elas explodem nas periferias. De um lado temos o fato incontestável, de que a metrópole é mais anônima e impessoal, onde a venda é substituída pelo supermercado — que impõe uma relação indireta entre as pessoas —, as lojas de armário desaparecem, a costureira se transforma de criadora de roupas em sua mera reparadora, o sapateiro deixa de fazer sapatos para apenas consertá-los, as cadeiras nas calçadas desaparecem e a Tv

¹⁸ Max Horkheimer, op cit., p. 152.

¹⁹ Idem, p. 141.

²⁰ Ibidem, p. 146.

substitui as relações de vizinhança, enquanto os vídeo games tiram as crianças das ruas, cada vez mais perigosas da grande cidade, isolando-os dos outros. Presenciamos o fato de que o indivíduo esta cada vez mais absorvido no espaço privado da casa. A TV, depois a TV a cabo, agora o PC, através do qual é possível fazer compras de supermercado, livros, gadgets, etc, trabalhar, se divertir nos isolam. Aqui a individualidade humana aparece como valor último, isto é, para Lipovetsky o “o indivíduo pós-moderno é militante de si mesmo”.²¹

De outro lado, enquanto que o individualismo cresce, emergem aqui e ali, na metrópole, novos ou velhos usos do espaço que provam que nem tudo foi capturado. Nos bairros italianos antigos da metrópole paulista, por exemplo, ainda restam as festas em homenagem a padroeira das regiões de origem dos migrantes; as procissões ainda tem apelo em algumas comunidades, as quermesses reúnem vizinhos em torno das barracas típicas para conversar tomando quentão, mudando no seu decorrer, literalmente, a vida no bairro. Em outros bairros o sistema de “compra com caderneta” ainda permeia as relações diretas entre as pessoas no ato de compra e venda, onde todos se conhecem. As feiras que resistem bravamente à invasão dos supermercados e *shopping centers* ainda persistem enquanto ponto de encontro, além de lugar do mercado.

A festa de San Gennaro na Mooca, é um exemplo interessante. Existindo há 22 anos, de um lado foi incorporada no calendário oficial turístico da cidade onde se compra convites para sentar-se no restaurante para ouvir o show do maestro Zaccaro, e que tem forte apelo turístico. De outro os bastidores da festa. Movidos por um ideal solidário que não se perdeu nestas duas décadas, um grande número de pessoas que nela trabalham, guardam a identidade que as uniu trazendo, inclusive, antigos moradores que vêm de outros bairros e de outras cidades para aí passar o mês de setembro. É decididamente o irredutível que não se deixa matar, o residual que não será nunca suprimido. Este é também um dos atributos da individualidade, aquela da ação espontânea que não foi completamente capturada e submetida à pressão da realidade programada. Capaz de se opor aos padrões de comportamento ditados, existe viva a possibilidade do despertar ou mesmo da permanência do papel ativo e intransigente do homem.

Lipovetsky chama atenção para o fato de que ainda se afirma a necessidade, nos habitantes das cidades novas francesas, de recriar os centros da cidade. “Como nós sabemos, os indivíduos reagem negativamente contra a conformização funcional das cidades novas. As pesquisas revelam o desejo, nas populações de periferia de que sejam recriados os centros urbanos, lugares públicos, ruas de comércio tradicionais. Em todo lugar o déficit da identidade e do relacional é a questão, as sociedades individualistas e hedonistas engendram a necessidade e aspiração a um quadro urbano habitável onde se pode sonhar, matar o tempo”.²² Ainda está presente na metrópole o desejo de um tipo de retorno ao passado tradicional cheio de encontros /reencontros, o que preserva de forma viva a vida de relações.

Assim, a metrópole é o lugar da atomização da vida, mas de outro lado, é o lugar onde se abrem as perspectivas do encontro, da construção de um sonho comum através das apropriações possíveis a partir de uma trajetória comum de vida .

Nesse contexto, a cidade pode ser “o anonimato ou a liberdade, a promoção social ou a ambição, o reencontro e o amor, o pecado e a penitência, é o “talvez” e certamente o certo, é a vida como a morte, é um e outro, é a piroeta, a insolência, a desapareição. Cortina! É o teatro da vida e o simulacro. É a sombra e as divagações. É o lugar da verdade nua .”²³

²¹ Gilles Lipovetsky. *Espace privé , espace public à l'agê posmoderne*, cit., p. 113.

²² Idem, *Ibidem*, p. 116-117

²³ Thierry Paquot. *Homo Urbanus* , Paris: Essai Éditions du Félin. 1990, p. 93.



A cidade é o lugar dos conflitos permanentes e sempre renovados, lugar do silêncio e dos gritos, expressão da vida e da morte, da emergência dos desejos e das coações, onde o sujeito se encontra porque se reconhece nas fachadas, nos tijolos ou, simplesmente porque se perde nas formas sempre tão fluídas e móveis. Nas palavras de Thierry Paquot, “é lá e sómente lá (na cidade) que o *homus urbanus* pode tomar consciência da artificialidade do mundo, da desapareção progressiva das zonas naturais, da amplitude dos simulacros que ocultam a nudez do ser. O *homus urbanus* é um animal sábio, que sabe como daí se sair e de fazer do urbano o lugar propício à sua felicidade. Tarefa tão difícil que se assemelha a um desafio. A cidade é uma conquista, um desenvolvimento dos sentidos. Um desabrochar dos espíritos. Uma possibilidade da paixão. O urbano é a intelegibilidade do *Homo urbanus*.”²⁴

As coações como as insurreições estão no cotidiano e presentes na cidade. O cotidiano enquanto noção acentua o possível ao invés de orientar-se somente para o real e o terminado. Lefebvre nos lembra que é na vida cotidiana que ganha forma e se constitui o conjunto das relações humanas e, cada ser humano num todo.

²⁴ Idem, *Ibidem*, p. 135/136.

BIBLIOGRAFIA

- AUGÉ, Marc. Não lugares. Campinas: Papirus, 1994.
- BAUDRILLARD, Jean. *Simulações e simulacros*. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- _____. *América*. Rio de Janeiro, 1996.
- MARSHALL, Berman. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BENJAMIN, Walter. "A Paris do segundo Império em Baudelaire", in KOTHE Flávio (org). *Walter Benjamin*. São Paulo: Editora Ática, 1985.
- CARLOS, Ana Fani. *A (re)produção do espaço urbano*. São Paulo: Edusp, 1994.
- CERTEU, Michel. *Artes de fazer: a invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- DAUVIGNAUD, Jean. *Lieux et non-lieux*. Paris: Galilée, 1977.
- ECO, Umberto. *La guerre du faux*. Paris: Biblio Essais, 1985.
- GRANOU, André. *Capitalismo e modo de Vida*. Porto: Afrontamento 1975.
- GHÉHENNO, Jean-Marie. *O fim da democracia*, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand do Brasil, 1994.
- HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- IANNI, Otávio. *A sociedade global*. Rio de Janeiro: Editora Brasiliense, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. *La vie quotidienne*. 3 volumes. Paris: L'Arche, 1961
- _____. *Les temps des méprises*. Paris: Editora Stock, 1975.
- _____. *De L'État*, volume IV. Paris: Union Générale d'Éditions, 1978.
- MARTINS, José de Souza (org.) *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- PAQUOT, Thierry. *Vive la Ville*. Paris: Arléa/ Corlet, 1994.
- _____. *Homo Urbanus*. Paris: Essai Éditions du Félin, 1990.
- PEIXOTO, Nelson Brissac. *Cenários em ruínas*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- RODRIGUES, Adyr. "Lugar, não-lugar e a realidade virtual no turismo globalizado", *Revista do Departamento de Geografia N° 10*. São Paulo: Departamento de Geografia, FFLCH/USP, 1996.
- SANTOS, Milton. *A metrópole corporativa fragmentada — o caso de São Paulo*, São Paulo: Ed. Nobel, 1990.
- _____. *Por uma Economia Política da cidade*, São Paulo: Hucitec – EDUC, 1994.
- SANTOS, Milton et al (orgs.). *Fim de século e globalização*. São Paulo: Hucitec – ANPUR, 1993.
- SANTOS, Milton et al (orgs.). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec-ANPUR, 1994.
- SOJA, Edgard. *Geografias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1993
- VIRILIO, Paul. *Esthétique de la dispersion*. Paris: Balland, 1980.
- YÁZIGI, Eduardo et al (orgs.). *Turismo, espaço paisagem e cultura*. São Paulo: Hucitec, 1996.

